

UE-PAANE na Guiné-Bissau

Resultados do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais 2011|2016

Assistência Técnica para a implementação de uma Unidade de Gestão do Programa



Ficha Técnica

Título “Resultados do Programa UE-PAANE 2011-2016”

Produzido por Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e CESO CI Internacional, SA (CESO CI)
no âmbito do UE-PAANE - Programa de Apoio aos Atores Não Estatais | Nô Pintcha Pa Dizinvimentu | 10º FED/Decisão nº 21 338

Financiado por União Europeia

Design Marco Neves Ferreira

Infografia Marco Neves Ferreira e José Alves

Ilustração de capa Nuno Saraiva

Tiragem 300

Redação IMVF (Sónia Sánchez Moreno e Teresa Sousa) e CESO (Elena Molinero Garau e Rita Aleixo)

Revisão IMVF (Sónia Sánchez Moreno e Teresa Sousa) e CESO (Elena Molinero Garau)

Data de edição Dezembro 2016

Os conteúdos e opiniões expressos nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não podem, em caso algum, ser tomados como expressão das posições da União Europeia.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve ler-se também “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

Índice

6	Sumário Executivo	24	EIXO I APOIO INSTITUCIONAL 1. Organizações da Sociedade Civil Guineense <ul style="list-style-type: none">• Estudo “A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau”• Programa de formação inicial• Programa de formação avançada• 1ª Edição da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau• Iniciativas formativas da Sociedade Civil apoiadas pelo UE-PAANE	52	3. Ministérios <ul style="list-style-type: none">• Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades, através da DGCANG• Ministério da Comunicação Social, através da SGCS	68	EIXO II - FINANCIAMENTO DE INICIATIVAS <ul style="list-style-type: none">• Resumo dos convites lançados e contratos atribuídos• Resumo das atividades de apoio às OSC e OCSC beneficiárias do apoio a iniciativas• 1º Convite UE-PAANE: Linhas Temáticas• 2º Convite UE-PAANE: Redes, Plataformas e Grupos de Trabalho Temáticos• 3º Convite UE-PAANE: Fundo regional (1ª e 2ª Fase)• 4º Convite UE-PAANE: Boa Governação• Fundo flexível I: Sociedade Civil e Eleições• Fundo Media e Projeto de reforço das Televisões Comunitárias• Projetos da 1ª Edição da Academia Ubuntu - Guiné-Bissau
10	I O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau <ul style="list-style-type: none">1.1 Contexto1.2 Objetivos1.3 Lógica de intervenção1.4 Gestão do programa1.5 Metodologia1.6 Grupos-alvo	38	2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC) <ul style="list-style-type: none">• Estudo “Os Media na Guiné-Bissau”• Programa de formação de Rádios Comunitárias• Programa de formação para OCSC• Desenho do guia prático das Leis da Comunicação Social• Outros apoios na área Media	58	4. Espaços de reflexão e concertação <ul style="list-style-type: none">• <i>Djumbais</i>, <i>djumbais</i> regionais e cine-<i>djumbais</i>• 1ª Conferência Nacional de Jornalistas sobre Media e Eleições• Iniciativas das OSC e OCSC apoiadas pelo Programa UE-PAANE	110	III. SÍNTESE DAS ÁREAS TEMÁTICAS ABARCADAS COM O PROGRAMA
22	II Balanço da abrangência geográfica do programa			66	5. Recursos <ul style="list-style-type: none">• Plataforma das Organizações da Sociedade Civil e Media• Centro de Recursos do UE-PAANE	112	IV. CONCLUSÕES E REFLEXÕES PARA O FUTURO

Lista de Acrónimos

AD	Ação para o Desenvolvimento
AL	Autoridades Locais
AMPCS	Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social
ANE	Atores Não Estatais
ANG	Agência Noticiosa de Guiné-Bissau
AT	Assistência técnica
AUGB	Academia Ubuntu - Guiné-Bissau
BRIDGE	Building Resources in Democracy, Governance and Elections
CAON	Célula de Apoio ao Ordenador Nacional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação para Jornalistas
CESO CI	CESO CI Internacional, SA
CF	Convenção de Financiamento

CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRE	Comissão Regional de Eleições
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGCANG	Direção Geral de Coordenação de Ajuda Não-governamental
DGCI	Direção Geral de Cooperação Internacional
SGCS	Secretaria Geral de Comunicação Social
FONAGMU-PCTT	Fórum Nacional de Grupo das Mulheres Praticantes da Cultura do Tambor
GNT	Geração Nova Tiniguena
GOSCE	Grupo de Organizações da Sociedade Civil para as Eleições
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr

INACEP	Imprensa Nacional
IPAV	Instituto Padre António Vieira
MAC	Movimento Ação Cidadã
MCS	Ministério da Comunicação Social
MNECIC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades
OCSC	Órgãos de Comunicação Social e Comunitária
ONG	Organização Não Governamental
OPCS	Órgãos Públicos da Comunicação Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PADOR	Potential Applicant Data On-Line Registration
RC	Radio Comunitária
RDN	Rádio de Difusão Nacional

REMPSECAO	Rede de Mulheres para a Paz e Segurança no Espaço CEDEAO
RENARC	Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias de Guiné-Bissau
RENLUV	Rede Nacional de Luta contra Violência baseada no Género
SAB	Sector Autónomo de Bissau
SC	Sociedade Civil
SECIC	Secretária de Estado da Cooperação Internacional e das Comunidades
SGCS	Secretaria Geral da Comunicação Social
TGB	Televisão da Guiné-Bissau
UE-PAANE	Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha pa Dizinvolvermentu”
UGP	Unidade de Gestão do Programa
VBG	Violência baseada no género

Sumário Executivo

O presente documento apresenta um resumo dos principais resultados do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu” financiado integramente pela União Europeia e implementado na República da Guiné Bissau, entre 2011 e 2016, pelo consórcio do qual faz parte a Organização Não Governamental (ONG) portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e a empresa portuguesa CESO CI Internacional SA (CESO CI).

Após a apresentação do Programa são apresentadas as atividades implementadas pela Unidade de Gestão de Projeto (UGP) no quadro dos Eixos de Apoio Institucional e de Financiamento de Iniciativas, sendo também incluindo um balanço da abrangência geográfica do

programa, uma síntese das áreas temáticas abarcadas, conclusões e reflexões para o futuro e testemunhos de vários beneficiários do programa.

Ao nível do Eixo I - Apoio Institucional foram realizadas atividades com OSC, OCSC e os Ministérios da Comunicação Social e o dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, este último Ministério de Tutela do Programa. Este apoio abrangeu formações, oficinas, conferências, promoção de espaços de reflexão (*djumbais*), o apoio à participação de parceiros internacionais em diferentes atividades, a entrega de equipamentos e mobiliário, a implementação da 1ª Edição da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau e a realização de 2 estudos: 1 estudo sobre os Media e 1 estudo so-

bre as Organizações da Sociedade Civil.

O programa de formação junto das OSC apresentou 2 níveis de programas definidos consoante a experiência das organizações e respetivas necessidades formativas e de capacitação.

O programa de formação inicial para Organizações de Base foi composto por 4 módulos considerados básicos para começar a construir as competências dos quadros destas organizações: gestão do ciclo de projeto, planificação estratégica, gestão organizacional e animação comunitária. O programa teve uma abrangência nacional, beneficiando um total de 136 organizações das diferentes regiões.

O programa de formação avançada para OSC foi composto por módulos temáticos, metodológicos e temáti-



cas transversais, para 60 organizações registadas numa Bolsa de Formação, ferramenta essencial para focalizar as ações de formação e definir o público-alvo do programa. Foram realizadas 20 ações formativas ao longo do programa, das quais 9 foram metodológicas, 4 temáticas e 7 sobre temáticas transversais.

No que diz respeito à promoção de espaços de reflexão foram realizados 19 *djumbais* e 2 *cine-djumbais*, encontros de reflexão crítica e promoção de concertação, em temáticas relativas às formações e em temáticas importantes no contexto do momento ou de especial interesse para a sociedade civil guineense. No quadro destes espaços de reflexão dinamizados pela UGP, o UE-PAANE financiou iniciativas propostas pela sociedade civil, com destaque para as

iniciativas ao nível do processo eleitoral e de género. Apostou-se também na promoção da partilha de experiências internacionais em diferentes matérias, através do financiamento da vinda de 11 convidados internacionais para participação em eventos dinamizados pelo próprio UE-PAANE e ao nível da sociedade civil.

O Eixo de Apoio Institucional financiou também a 1ª Edição da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau, com um total de 71 jovens ativos no seio de Organizações da Sociedade Civil, selecionados para participar neste projeto de capacitação de jovens líderes, com um forte potencial de contribuição para o fortalecimento da sociedade civil guineense.

Por fim, o longo percurso percorrido pelo programa no apoio a Organizações

Sumário Executivo

da Sociedade Civil permitiu constatar a necessidade de aprofundar o conhecimento de outras organizações da Sociedade Civil, diferentes das que tinham sido o público-alvo do programa, tendo sido financiado o estudo “A Sociedade Civil e o Estado: dinâmicas, desafios e perspetivas”.

Um 2º grupo-alvo do Eixo de Apoio Institucional recaiu sobre os OCS privados, públicos e comunitários, tendo todo o apoio sido desenhado na base do estudo “Os Media na Guiné-Bissau”. Destaca-se o programa de formação para os meios de comunicação social: jornais, rádios e televisões (privados, públicos e comunitários), que incluiu temáticas no campo do processo eleitoral e democracia, oficinas de língua portuguesa e formações técnicas ministra-

das pelo CENJOR – Centro Protocolar de Formação para Jornalistas. Participaram nestas iniciativas a quase totalidade dos OCSC e mais de uma centena de jornalistas.

A divulgação do quadro jurídico dos media foi também contemplada no apoio institucional aos media através do desenho de um Guia Prático das Leis da Comunicação Social e um seminário de apresentação e divulgação.

Paralelamente foram apoiadas iniciativas como a criação da Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social e foi concedido apoio em equipamento informático e mobiliário à Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias (RENARC).

Transversalmente aos vários públicos-alvo (OSC e OCSC) foi criado o

website das Organizações da Sociedade Civil, plataforma agregadora única no país e essencial para divulgação e reforço de visibilidade.

Por fim, a nível ministerial foram contemplados apoios aos Ministérios da Comunicação Social (através do Secretariado-geral da Comunicação Social) e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades (através da Direção Geral de Coordenação da Ajuda Não-Governamental).

No Eixo II - Financiamento de Iniciativas, a ação de capacitação e reforço foi complementada pelo apoio através de atribuição de subvenções para implementação de projetos de OSC, e OCSC, e por todo o reforço institucional inerente do apoio da UGP no segui-



mento e implementação das mesmas.

Mais uma vez a UGP teve a preocupação de diferenciar os tipos de convocações, adaptadas a cada grupo-alvo, segundo as suas necessidades, a sua experiência e a sua capacidade de gestão. Foram lançados 5 convites à apresentação de propostas e 1 fundo específico para OSC no quadro do programa, nas áreas de: linhas temáticas, reforço de redes, plataformas e grupos de trabalho, processo eleitoral e democracia e boa governação, num total de 57 iniciativas de 37 OSC apoiadas.

Para o grupo-alvo OCS privados, públicos e comunitários foi lançado o concurso de atribuição de contratos de prestação de serviços, com o objetivo de promover um jornalismo de qualidade através da produção e difusão de infor-

mação em temáticas de interesse cívico, essencial à formação de uma opinião da realidade política, social e económica do país. Embora este fundo não tivesse como objetivo específico a temática eleitoral foi lançado estrategicamente no período eleitoral de modo a poder contribuir para um debate crítico. No total foram financiadas 19 OCSC: 12 rádios comunitárias, 4 jornais e 3 rádios privadas no quadro do fundo media.

Por fim, importa referir a atribuição direta de duas subvenções: uma para o reforço das 4 televisões comunitárias e outra para o IPAV – Instituto Padre António Vieira, implementador da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau, para o apoio financeiro dos projetos dos participantes na mesma.

I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

1.1 Contexto

O Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu” enquadra-se na Convenção de Financiamento (CF) Nº GW/FED/2009/021-338, assinada entre a União Europeia (UE) e a República da Guiné Bissau a 15 de abril de 2010, no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Para a sua operacionalização foi lançado um concurso para o recrutamento de uma Assistência Técnica Institucional ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e

das Comunidades (MNECIC) da Guiné-Bissau com o objetivo de implementar uma Unidade de Gestão do Programa (UGP), cujo contrato foi atribuído ao Consórcio composto pela Organização Não Governamental (ONG) Portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela empresa portuguesa CESO CI Internacional, SA (CESO CI).

A Assistência técnica (AT) ao Programa “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu” arrancou no dia 23 de maio de 2011, tendo sido criada a Unidade de Gestão do Programa (UGP) composta pela equipa res-

ponsável por assegurar a devida execução da Convenção de Financiamento e todas as componentes do referido programa.

Depois de dois anos de implementação, a UE decidiu prorrogar o Programa de Apoio aos Atores Não Estatais – UE-PAANE e estendeu por mais 24 meses a Convenção de Financiamento (CF) inicialmente assinada, passando esta a ter uma duração de 96 meses – e o Programa UE-PAANE de 36 para 60 meses, respetivamente -, sendo igualmente reforçado o orçamento previsto inicialmente na CF com mais 2 mi-

lhões de euros, passando a ter uma contribuição total de 6 milhões de euros.

Apesar da contínua instabilidade política no país não ter permitido um trabalho permanente com as instituições do Governo envolvidas no Programa, nomeadamente o MNECIC (Ministério de Tutela) através da DGCANG e o Ministério da Comunicação Social (MCS) através da SGCS, a UGP envolveu e desenvolveu atividades conjuntas com ambas as instituições, disponibilizando também apoio institucional através da capacitação do seu pessoal e o fornecimento de equipamentos.



Tendo em vista a diversidade de atores da Sociedade Civil que se enquadram nas siglas ANE, o programa UE-PAANE focou a sua ação em dois grupos-alvo, isto é organizações da sociedade civil ou Atores Não Estatais que desenvolvem o seu trabalho na área do desenvolvimento e órgãos de comunicação social e comunitários.



1.2 Objetivos

O objetivo geral do Programa UE-PAA-NE era o de contribuir para a consolidação da boa governação e tinha como objetivo específico o reforço da participação, concertação e o compromisso dos Atores Não Estatais (ANE) face aos desafios do desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Para alcançar este objetivo específico, foram estabelecidos os seguintes resultados a atingir:

1 Os ANE melhoram a governação interna, assim como a capacidade de conceber ações de desenvolvimento e dialogar sobre as políticas de desenvolvimento.

2 As temáticas essenciais da atualidade socioeconómica e política do país são difundidas pelos media e a qualidade de informação cresce.

3 As capacidades operacionais dos ANE são consolidadas para a execução de micro-projetos nos domínios socioeconómicos e de informação.

I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

1.3 Lógica de Intervenção

O UE-PAANE assenta numa lógica de reforço das capacidades e acompanhamento próximo dos ANE, de acordo com os ensinamentos recolhidos da anterior intervenção realizada no quadro do 9º FED, através do projeto “Reforço das Organizações da Sociedade Civil Guineense – No Na Tisi No Futuru”¹.

Nessa perspetiva, o Programa foi orientado para o reforço da participação, concertação e compromisso dos Atores Não Estatais no processo de desenvolvimento, contribuindo, desta forma, para a consolidação da boa governação na Guiné Bissau.

Os resultados do Programa estruturaram-se em torno de dois eixos de atuação interdependentes:

1º EIXO Apoio Institucional

Visou acompanhar e reforçar institucionalmente os ANE num percurso contínuo e participativo de tomada de consciência quanto ao seu papel como promotores do processo de transformação política, institucional e socioeconómica do país através da sua participação efetiva nesse processo. Integrou duas componentes de ação:

Reforço de capacidades:

(I) Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem o seu trabalho na área do desenvolvimento: compreendendo as atividades de capacitação na conceção e desenho de ações de desenvolvimento, na melhora da sua gestão interna e em diversas temáticas de desenvolvimento. Integraram também esta componente todas as ações de acompanha-

mento e seguimento na execução das iniciativas financiadas.

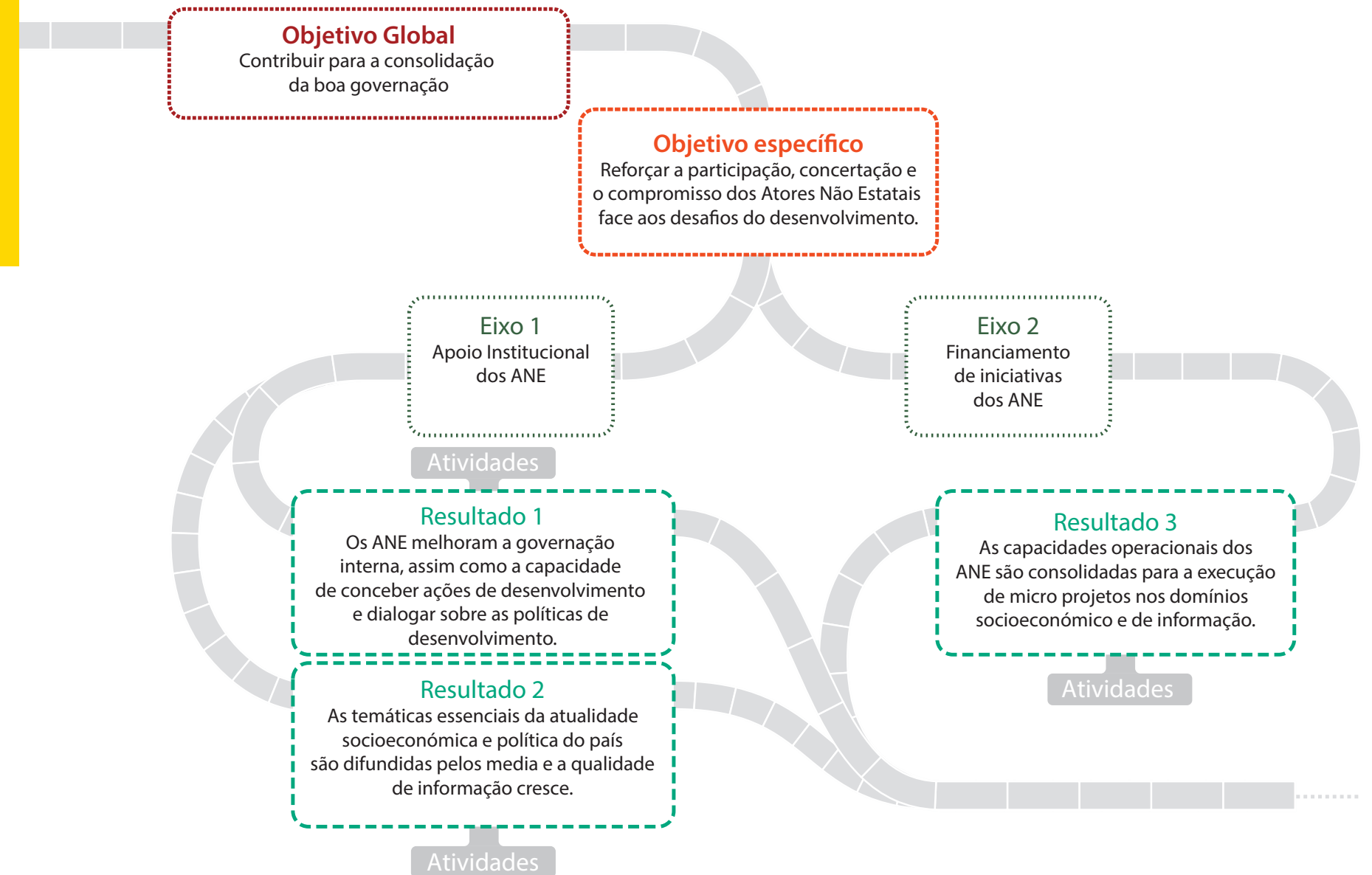
(II) Órgãos de Comunicação Social e Comunitária: abrangendo todas as atividades de reforço dos media para a promoção de informação de qualidade incluindo em áreas como o processo eleitoral e a democracia.

Promoção de Espaços de reflexão e concertação:

esta componente integrou todas as atividades dirigidas tanto a OSC como a OCSC que tiveram o intuito de promover um espaço de partilha crítica de opiniões e abertura à reflexão sobre temáticas e desafios atuais no desenvolvimento da Guiné-Bissau, materializando-se em ações como os *djumbais*, *cine-djumbais*, os debates e as conferências.

2º EIXO Financiamento de iniciativas dos ANE

Esta componente compreendeu o lançamento de concursos de financiamento a nível nacional tanto a OSC como a OCSC, grupo alvo do programa. Estes financiamentos concretizaram-se em subvenções para a execução de iniciativas de desenvolvimento e contratos de prestação de serviços ao nível nacional como forma de apoiar o desenvolvimento socioeconómico do país e a qualidade da informação e como componente complementar das ações de capacitação realizadas através do eixo de apoio institucional. O financiamento de iniciativas foi um instrumento essencial para uma aprendizagem através da experiência prática e para um acompanhamento próximo dos ANE no reforço das suas próprias capacidades.



¹ Projeto implementado pelo IMVF durante os anos de 2007 e 2009 e cofinanciado pela UE e pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

1.4 Gestão do Programa

Conforme referido anteriormente, a implementação do UE-PAANE foi gerida por uma Unidade de Gestão do Programa (UGP) composta pelos seguintes membros:

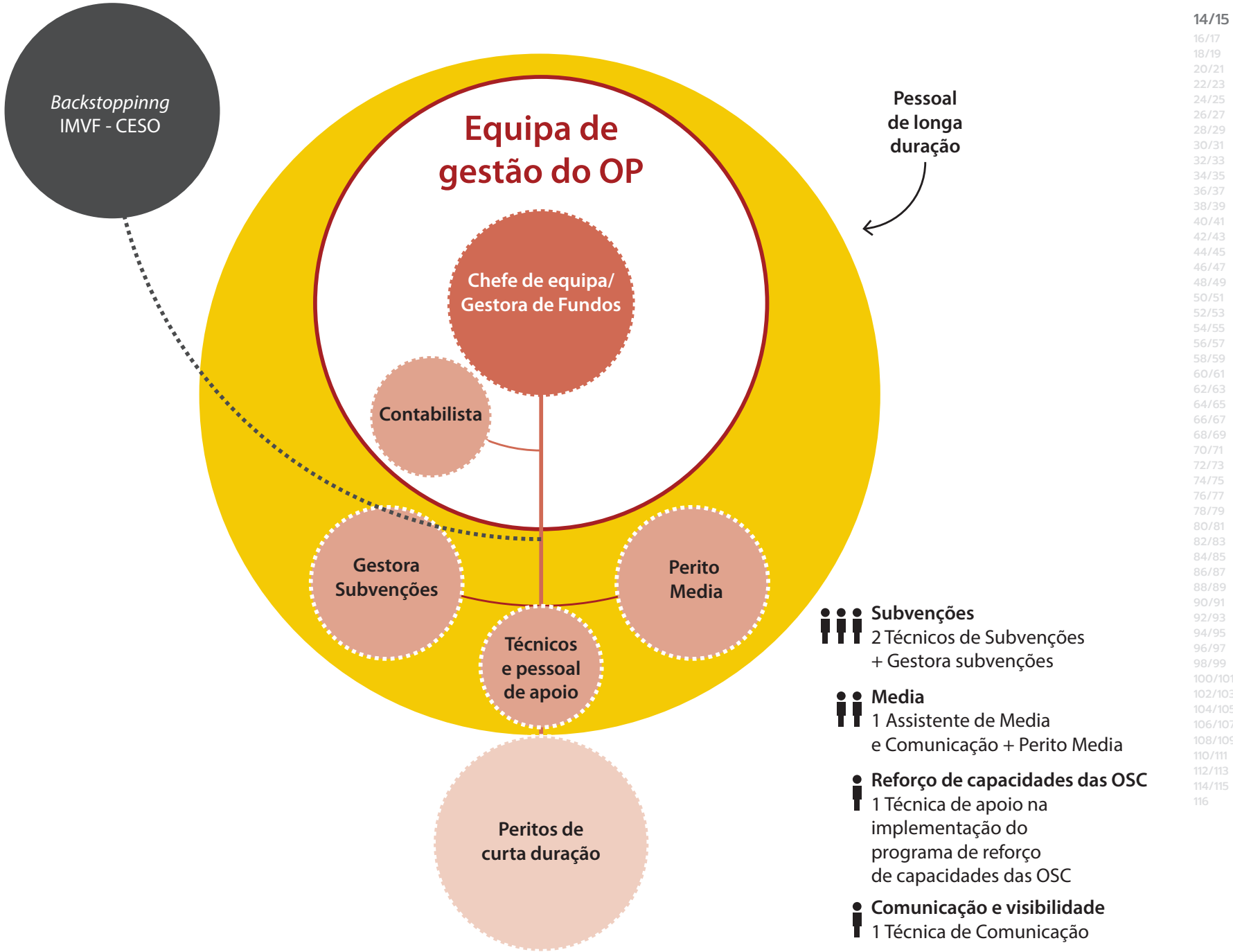
- Chefe de equipa/Gestora de Fundos
- Gestora Subvenções
- Contabilista
- Perito Media
- Técnicos e pessoal de apoio

À equipa da UGP coube a gestão permanente total, técnica e financeira dos quatro Orçamentos Programa através dos quais foi executada a Convenção de Financiamento sendo responsável por assegurar o sucesso da sua execução e de todas as componentes do referido Programa, em coordenação com o Ministério de Finanças, Ordenador Nacional (ON) dos fundos FED, através da sua Célula de Apoio ao Ordena-

dor Nacional (CAON – FED) e a UE.

Simultaneamente o Programa contou com especialistas de curta-duração, identificados e mobilizados na base de necessidades técnicas específicas, como seja formação dos ANE ou a realização de estudos de diagnóstico ou monitoria e avaliação das iniciativas financiadas. A seleção de especialistas esteve sempre precedida do desenho dos termos de referência, do lançamento de concursos de recrutamento, e da realização de processos de avaliação e seleção de candidaturas, cujo resultado exigia, em alguns casos, a aprovação da entidade adjudicante, a CAON – FED.

Para além disso, a UGP contou com o apoio de *backstopping* do Consórcio da AT, que no decorrer do Programa realizou visitas de acompanhamento técnico e supervisão.



I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

1.5 Metodologia

Ao longo dos 5 anos de implementação do Programa, o UE-PAANE acumulou uma experiência que se caracterizou por um conjunto de práticas que constituíram a metodologia da equipa da UGP e que marcaram a diferença na AT prestada. Dentre elas, destacam-se:

UE-PAANE “Nô Pintcha Pa Dizinvovmentu”. Financiado pela UE

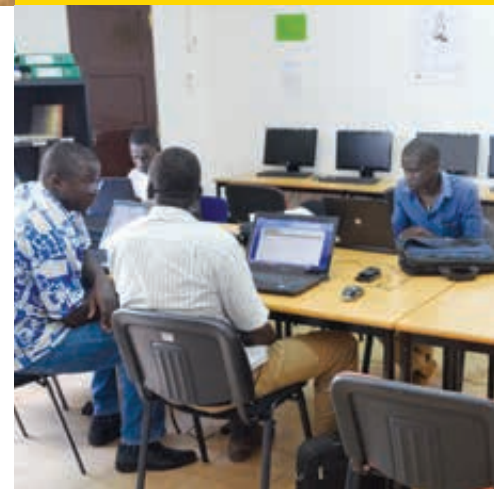


Participação e envolvimento

A aposta na participação e envolvimento das OSC e OCSC, bem como de potenciais beneficiários foi um dos pilares diferenciadores do Programa UE-PAANE, desde o seu início. Assim, nos meses de arranque do programa, foram realizados encontros de auscultação em Bissau com duas dezenas de organizações, tendo também as sessões de lançamento do programa em Bissau e nas regiões, que contaram com a participação de dezenas de OSC e OCSC, sido essenciais para a recolha de informação preliminar para a redação da proposta de Programa Operacional Global. Importa salientar que o próprio desenho das atividades contribuiu para a promoção da participação das OSC e OCSC no programa uma vez que tanto as atividades de formação como as modalidades de financiamento foram programadas pela UGP segundo as necessidades do seu público-alvo concreto.

Proximidade e Acompanhamento

O trabalho de proximidade junto de beneficiários e parceiros caracterizou-se, na prática, pela disponibilidade constante dos elementos da equipa da UGP para o atendimento contínuo de todas as organizações que solicitavam um encontro ou necessitavam de apoio, na disponibilização constante de informações de interesse para as OSC, na criação de um espaço de trabalho nas instalações do Programa, - o centro de recursos -, disponível para o público-alvo do programa. O acompanhamento de toda a equipa da UGP aos ANE foi uma prática constante em todas as etapas do programa, especialmente no seguimento e gestão das iniciativas financiadas, assente na premissa de que o reforço de capacidades dos ANE é um processo de aprendizagem contínuo e fundamentalmente prático.



Responsabilidade partilhada:

O estabelecimento claro das regras de participação nas atividades do programa, a sua divulgação em sessões públicas, como as sessões informativas que precediam os concursos para financiamento de iniciativas, e a aplicação rigorosa das mesmas esteve na base da abordagem do UE-PAANE. Esta abordagem tinha o intuito de conscientizar as OSC e OCSC que a sua participação nas atividades do programa implicava uma aceitação das normas, o que dava lugar a uma maior partilha de responsabilidades. Esta abordagem assumiu uma dupla visão:

- (I) O reforço de capacidade dos ANE passa pela responsabilidade mútua no sucesso das atividades;
- (II) A transparência e objetividade na gestão dos recursos do programa como promoção e exemplo de boas práticas.

I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

1.6 Grupos-alvo

O Programa centrou-se essencialmente em dois tipos de ANE como grupo alvo e nos Ministérios associados a cada um deles, a partir dos quais desenvolveu toda a sua atuação. Estes foram:

Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam na área do desenvolvimento Na fase de arranque do programa e de forma a melhor adaptar as atividades às características e diversidade das OSC guineenses, foram defini-

dos subgrupos de organizações com perfis semelhantes tendo em consideração a sua dimensão, experiência em gestão de financiamentos e projetos e capacidade organizacional. Este levantamento e definição realizou-se a partir da auscultação de diversos atores ao nível central e regional, e permitiu o desenho de programas de formação e de concursos de acesso a financiamentos específicos e adaptados às diferentes características para promover uma maior participação no programa.

Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC) O Estudo dos Media, realizado no âmbito do Programa, permitiu fazer um mapeamento dos diferentes tipos de Órgãos de Comunicação Social e Comunitária no país, assim como identificar as suas diferentes necessidades, que conduziram posteriormente ao desenho das atividades dirigidas a este grupo-alvo.

Ministérios Conforme já referido, os Ministérios com quem o Programa coordenou o seu trabalho foram:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades (Ministério de Tutela do Programa), através da DGCANG
 - Ministério da Comunicação Social através da SGCS
- É ainda de salientar o importante papel do Ministério de Finanças da República de Guiné-Bissau enquanto Ordenador Nacional dos fundos FED e que através da sua célula de apoio, CAON-FED, realizou o seguimento e supervisão do programa.



I. O Programa UE-PAANE na Guiné-Bissau

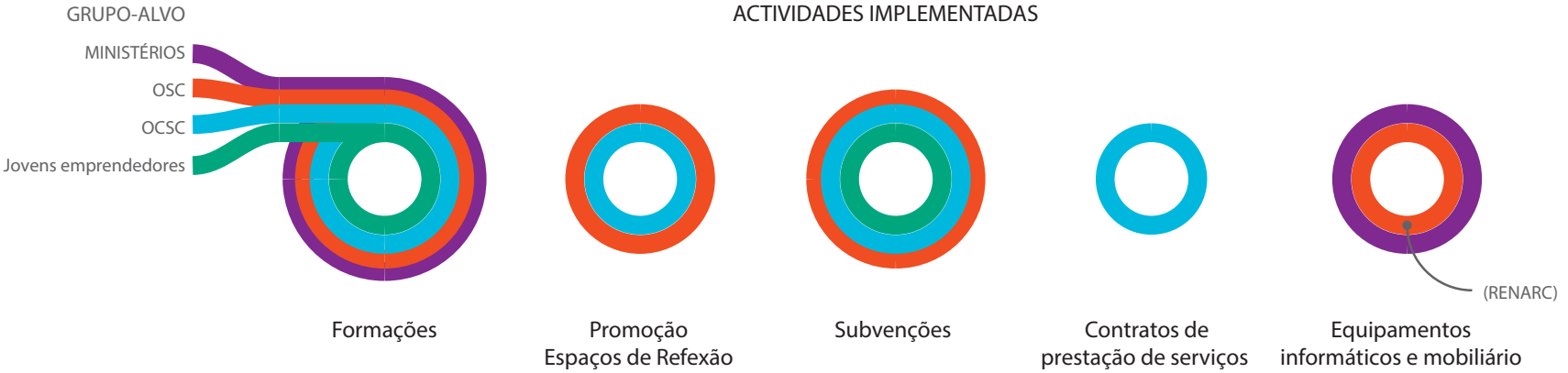
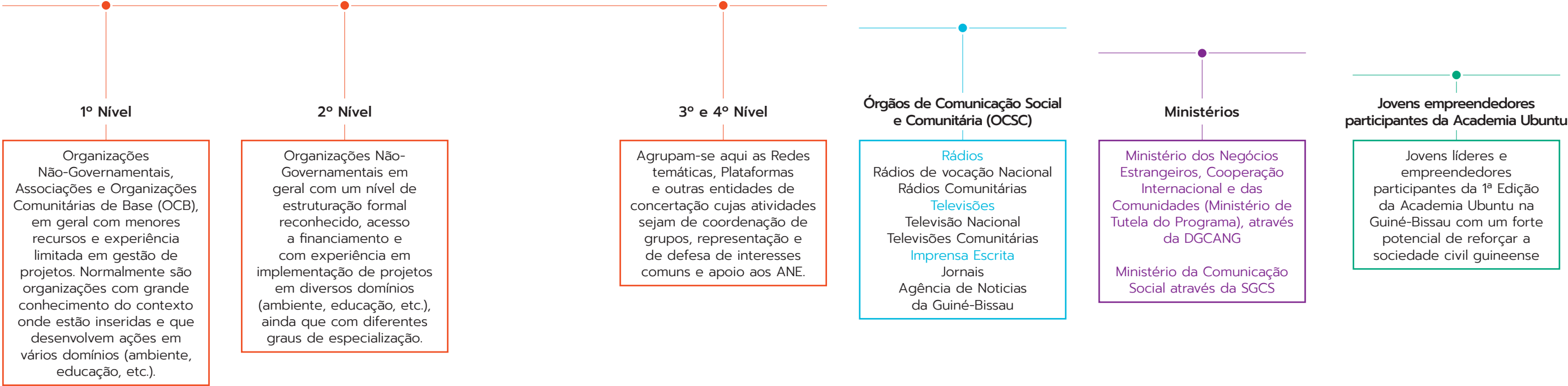
Grupos-alvo (Inicialmente previstos)

Organizações da Sociedade Civil (OSC)

Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC)

Ministérios

Ao longo da implementação do programa foram abrangidos também: Jovens empreendedores



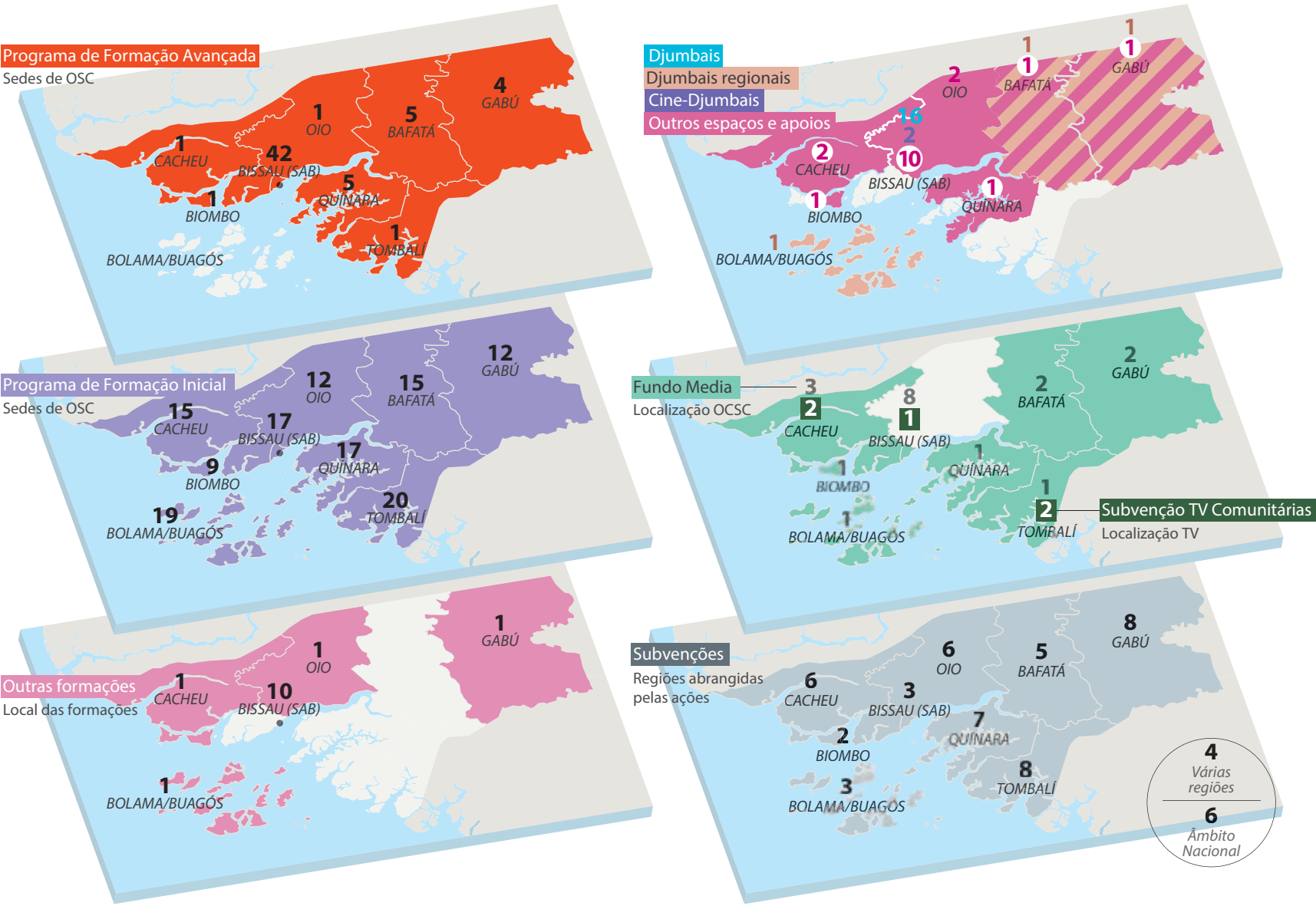
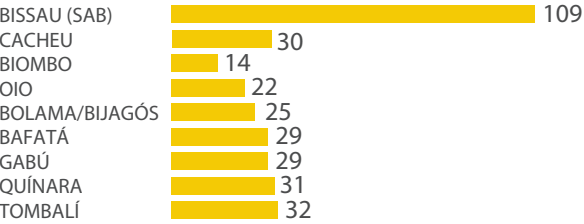
II. Balanço da abrangência geográfica do programa



O UE-PAANE conseguiu abranger todas as regiões do país, quer ao nível das atividades realizadas, quer ao nível do seu público-alvo. Assim, como se apresenta nos mapas a seguir, foram realizadas atividades de formação, de reflexão e concerta-

ção, foram concedidos apoios e foram financiadas ações em todas as regiões do país, e atingidas OSC e OCSC também de todas as regiões do país, sendo que a maior número de atividades e entidades beneficiárias concentraram-se na capital.

Distribuição geográfica de nº atividades e OSC/OCSC



Eixo I

Apoio Institucional

Estudo “A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau” Programa de formação inicial

O primeiro Eixo do Programa – Apoio Institucional - respondeu aos Resultados 2 e 3 que tinham como público-alvo as OSC e os OCSC e através do qual se procurou reforçar as suas capacidades. No caso das OSC pretendeu-se melhorar a governação interna, assim como as capacidades de conceber ações de desenvolvimento e dialogar sobre as políticas de desenvolvimento. No caso dos OCSCs foi objetivo aumentar a qualidade da informação das temáticas essenciais sobre a atualidade socioeconómica e política do país.

Para operacionalizar este eixo a UGP dispunha de uma técnica de apoio para a implementação das atividades de reforço de capacidades das OSC, de um perito media e uma assistente de Media e Comunicação para implementar todas as

atividades que diziam respeito aos media.

A seguir realiza-se uma análise das atividades implementadas no quadro do Eixo Apoio Institucional destinadas às OSC e aos OCSC.

O Estudo sobre as Organizações da Sociedade Civil: “A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspetivas”

No quadro do projeto implementado pelo IMVF e financiado pela UE entre 2007 e 2009 – “Nô na tisi nô Futuro” – foi elaborado o primeiro estudo sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau cujo diagnóstico e experiência de atuação serviu de base para o desenho do Programa UE-PAANE “Nô pintcha pa dizinvolvimento”. No decorrer do mesmo, constata-

rou-se a necessidade de abranger outros atores da sociedade civil além das OSC que atuam na área do desenvolvimento. Assim, o estudo “A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspetivas”, elaborado pelo sociólogo Miguel de Barros, veio aprofundar e alargar o conhecimento da sociedade civil guineense (incluindo sindicatos, organizações socioprofissionais e organizações religiosas), ao mesmo tempo que disponibilizou uma ferramenta que poderá contribuir para o desenho de futuros apoios à sociedade civil.

O estudo foi amplamente distribuído no país, mas também ao nível internacional, encontrando-se disponível online no site do Programa:

<http://www.ue-paane.org/publicacoes>

Tendo em conta a diversidade das organizações da sociedade civil e as suas diferentes capacidades, foram desenhados 2 programas de formação adaptados às suas necessidades específicas:

Programa de Formação INICIAL

– **OSC 1º NÍVEL** O programa de Formação Inicial foi desenhado para responder às necessidades específicas das organizações do 1º Nível.

O seu objetivo principal era o de providenciar uma formação de base, dirigida aos quadros técnicos das organizações com pouca experiência na implementação de projetos ou que tivessem tido poucas oportunidades de formação prévia, em áreas consideradas fundamentais para o funcionamen-

Foram editados 1000 exemplares do Estudo e o seu lançamento foi realizado no dia 24 de fevereiro de 2016 no Centro Cultural Português, contando com a participação do Sr. Embaixador da União Europeia e o Sr. Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau



to de uma organização: gestão do ciclo do projeto, gestão organizacional, planificação estratégica e animação comunitária. Salvo algumas exceções, as organizações que reúnem estas características estão sediadas nas regiões, daí que este programa de formação inicial tivesse uma execução descentralizada ao nível das regiões.

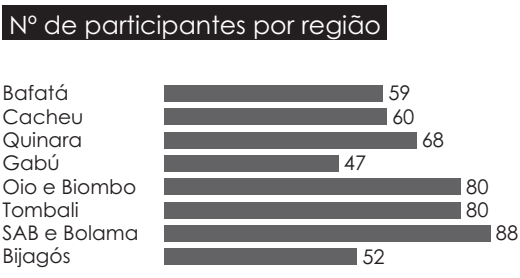
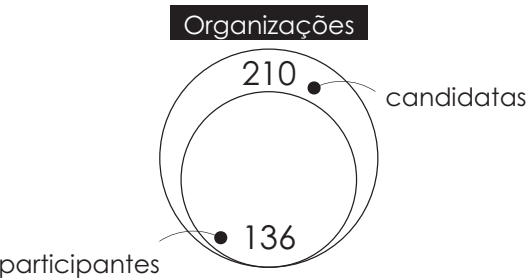
Como parte do desenho do programa foi criada uma bolsa de formação composta por 136 organizações de todas as regiões do país. Para a sua seleção foi lançado o programa de formação inicial em todas as regiões em junho de 2012 e tendo sido recebidas um total de 210 candidaturas. Depois de um rigoroso processo de seleção na base de critérios definidos e divulgados nas sessões

de lançamento, 136 organizações foram selecionadas para participar nesta ação.

Desta forma, foram desenhados e implementados, entre os meses de julho 2012 e abril 2013, 4 módulos de Formação: 1) Gestão do Ciclo de Projeto; 2) Planificação Estratégica; 3) Gestão Organizacional e 4) Animação Comunitária. Nestes módulos participaram 533 técnicos das 136 organizações selecionadas para participar no Programa de Formação Inicial.

Para além dos módulos de formação realizados, os 4 formadores regionais efetuaram ainda uma visita de seguimento a 128 das 136 organizações beneficiárias dos módulos, de modo a complementar o trabalho desenvolvido em sala de aula.

1. Organizações da Sociedade Civil Guineense
Programa de formação inicial



533
membros formados
nos Módulos (data)

QUATRO
MÓDULOS

Gestão de ciclo de projecto

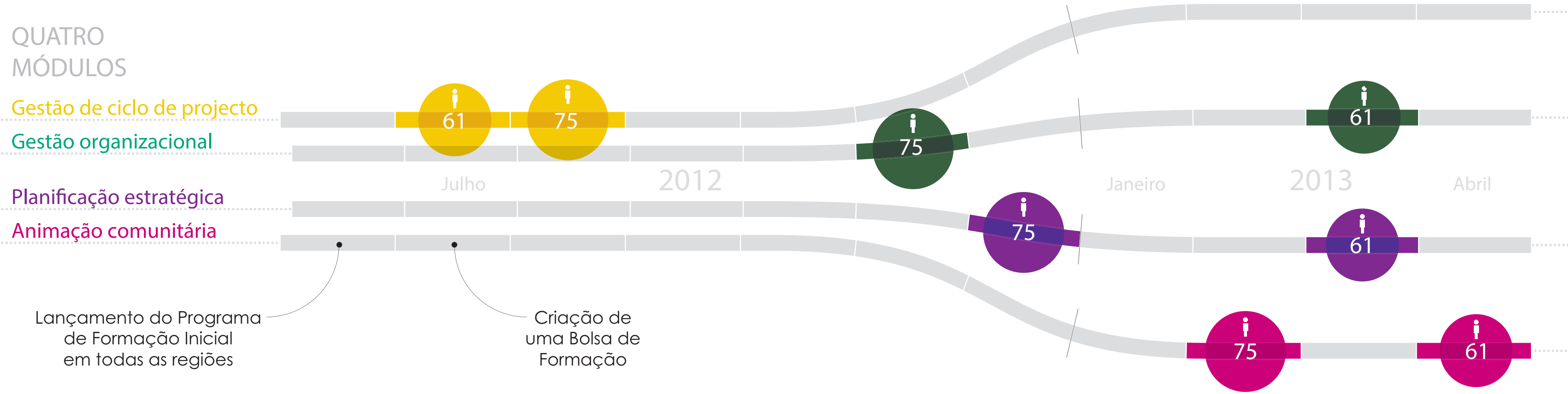
Gestão organizacional

Planificação estratégica

Animação comunitária

Lançamento do Programa
de Formação Inicial
em todas as regiões

Criação de
uma Bolsa de
Formação



Testemunhos
Balanço da
participação
no Programa

ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
ONG MERS BODJAR
Nome/cargo
Beatriz Seidi / Secretária Executiva
Beneficiário do Programa Formação
Inicial e do 3º Convite de subvenções
(Fase I e II)

Não queremos que o
UE-PAANE desapareça.
Quando acabou o 3º Convite,
todas as organizações
beneficiárias fizemos e assinamos
uma carta para a UE a solicitar
a continuidade do apoio
do UE-PAANE

Nós, mulheres,
saímos da escuridão
para a claridade

Mers Bodjar

A Organização existe desde 2000. O nome vem da língua “papel” e significa “casa do lavrador”, e é uma associação de base comunitária que tem em vista a promoção do desenvolvimento socioeconómico das suas comunidades, em particular das mulheres. Na sua constituição, a associação era exclusivamente constituída por mulheres, mas depois compreenderam que era importante incluir os homens na associação para que pudesse ter mais efeitos, mesmo estando esta vocacionada para a melhoria das condições de vida das mulheres. Neste momento, têm 305 associados na região do Biombo, Quinhamel.

Participaram no Programa UE- PAANE, através da Formação Inicial e depois com a candidatura no 3º concurso de subvenções Fase I e II. Os dois projetos submetidos foram na área de geração de rendimentos. Com este financiamento conseguiram criar uma loja comunitária em Quinhamel para a venda dos seus produtos e conseguem atualmente fazer vendas em Bissau a partir de encomendas. Para além da produção, começaram a fazer transformação e embalamento dos produtos. Outras áreas, com uma forte componente social, nas quais a organização foca o seu trabalho são: educação para a saúde, sensibilização comunitária na luta contra o HIV, sensibilização para a mudança de mentalidade, a violência doméstica e planeamento familiar.

O financiamento do UE-PAANE permitiu adquirir um gerador, o sistema de refrigeração (que permite venderem iogurte, por exemplo) e uma eletrobomba.

A participação no programa desta organização concretizou-se também através dos djumbais, nos quais costumavam participar.



40 anos da UE na GB e é a
primeira vez que as pequenas
organizações têm também
oportunidade de participar
diretamente num convite.
É muito difícil ter acesso
a esse financiamento

Aspetos positivos

No passado precisavam de ajuda para elaborar os projetos e tinham que pagar 10% do orçamento sem saber se este seria aprovado. Esta situação agora mudou.

Afirmam ter aprendido muito com os procedimentos de seguimento do UE-PAANE, tanto da parte técnica como da financeira. Tiveram apoio para abrir uma conta bancária.

Com o projeto reforçaram também as capacidades das associadas. É uma troca. Ditado crioulo “se e na buliu costa, buli barriga”: se alguém te ajuda, tu não podes ficar de braços cruzados, deves retribuir também.

Dificuldades

A complexidade dos procedimentos da União Europeia.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Continuar a disponibilizar fundos para a implementação de iniciativas.



1. Organizações da Sociedade Civil Guineense

Programa de Formação Avançada



O programa de Formação Avançada foi desenhado para organizações guineenses com alguma experiência e capacidade em gestão de projetos, com o objetivo de reforçar e aprofundar os conhecimentos dos seus quadros técnicos. Este Programa compôs-se por módulos temáticos, metodológicos e de temáticas transversais.

A implementação deste programa de formação baseou-se numa bolsa onde as organizações podiam solicitar inscrição em qualquer momento para, caso reunissem os requisitos previamente definidos de experiência e capacitação, serem convidadas a frequentar as ações de formação organizadas pelo programa. A lista foi composta por 60 organizações, e esteve

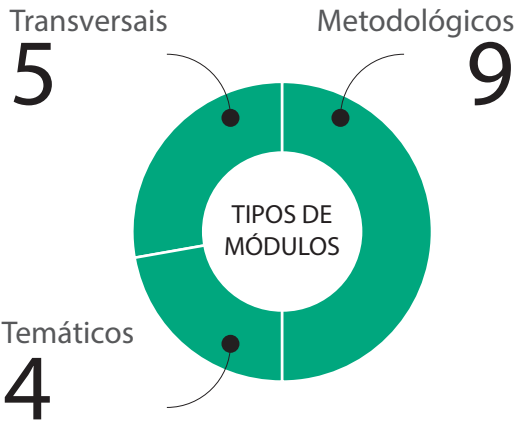
aberta para inscrições até janeiro de 2016. Desde fevereiro de 2012 até março de 2016 foram ministrados 18 módulos de Formação, distribuídos ao longo de 20 sessões de formação, onde se desenvolveram 9 módulos metodológicos, 4 temáticos e 5 transversais. No total da formação avançada formaram-se 1254 membros das OSC.

Lançamento do Programa de Formação Avançada a nível nacional

Criação de uma Bolsa de Formação

60
Organizações inscritas,
18 das Regiões

18
Módulos realizados em
20
sessões de formação



Início	PARTICIPANTES	MÓDULO
Fev. 2012	36	Candidaturas a Subvenções da UE
Mar. 2012	44	Gestão de Ciclo de Projecto
Abr. 2012	29	Formação de Formadores
Out. 2012	46	Planificação Estratégica
Out. 2012	42	Procedimentos EU
Nov. 2012	40	Animação Comunitária
Fev. 2013	23	Segurança Alimentar
Abr. 2013	40	Seguimento e Avaliação
Abr. 2013	25	Ambiente
Jun. 2013	34	Água e Saneamento
Jul. 2013	42	Liderança
Jan. 2014	42	Cidadania, Democracia e Boa Governação
Abr. 2014	23	Bissau
Abr. 2014	332	Regiões (9 acções de formação)
Mai. 2014	272	Reforço - Regiões (9 acções de formação)
Fev. 2015	31	Governança Interna das OSCs
Abr. 2015	37	Comunicação e Visibilidade das OSCs
Ago. 2015	42	Gestão de Recursos Humanos e Legislação Laboral
Nov. 2015	40	Igualdade e Equidade de Género
Mar. 2016	34	Redes e Plataformas



Formação membros GOSC sobre o Processo Eleitoral

1. Organizações da Sociedade Civil Guineense

1ª Edição da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau

A criação da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau nasce a partir de dois momentos que se entrecruzam: por um lado, a participação de jovens guineenses na Academia Ubuntu Portugal, promovida pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), em duas das suas edições (1.ª edição - 2010/12; 2.ª edição - 2013/14), por outro, a ministração do Módulo “Liderança e Gestão de Recursos Humanos” realizado no quadro do programa de formação avançada do UE-PAANE no ano 2013, em que um dos formadores era também formador da Academia Ubuntu de Portugal e, para a parte relativa à Liderança, utilizou conteúdos e ferramentas usados na Academia Ubuntu.

Dada a motivação e entusiasmo dos participantes na metodologia, os 5 dias de formação foram dedicados só à Liderança e começou-se a projetar a ideia de trazer uma Academia Ubuntu para Guiné-Bissau.

O UE-PAANE analisou junto do IPAV como adaptar a experiência da Academia à realidade e necessidades das OSC guineenses. Assim foi lançada a 1ª Academia Ubuntu para Guiné-Bissau, cuja implementação decorreu entre setembro de 2014 e março de 2016.

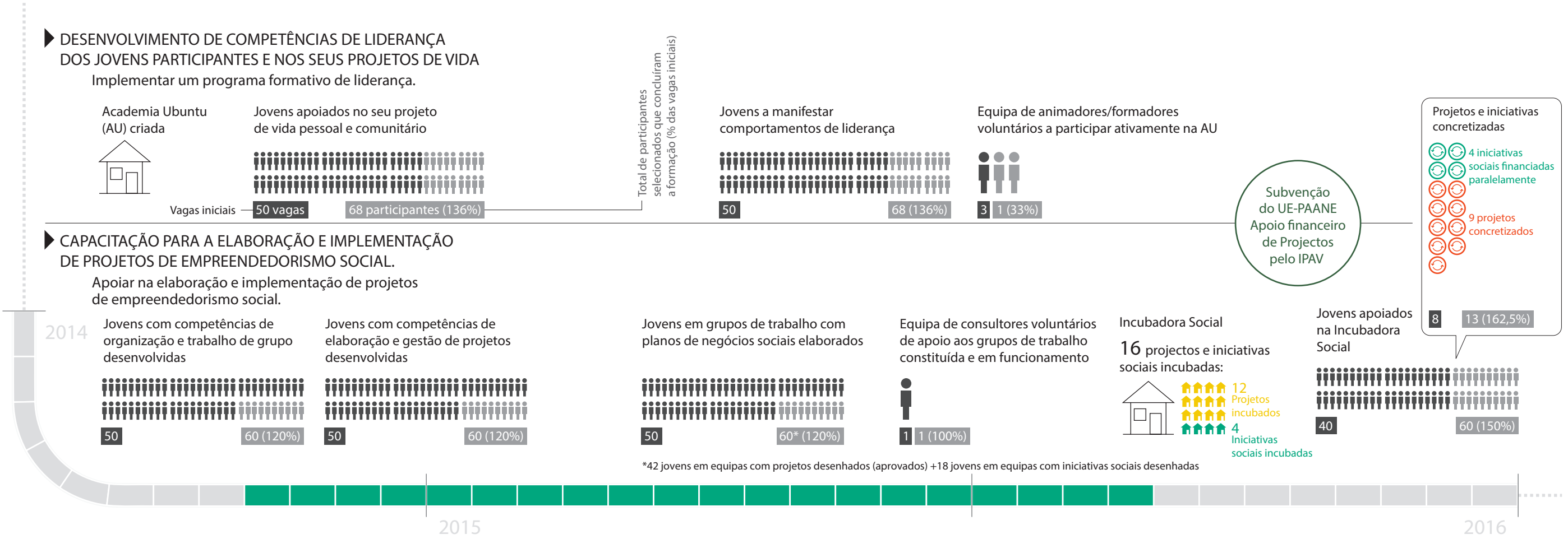
O público-alvo desta ação de capacita-

ção eram jovens, entre os 18 e os 30 anos, com potencial de liderança, ativos em organizações da sociedade civil e com predisposição para desenvolver projetos de empreendedorismo social ao serviço da comunidade. Das 332 candidaturas apresentadas foram selecionados 71 jovens para participar na Academia Ubuntu.

O objetivo geral era o de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil guineense, através da capacitação de jovens com elevado potencial de liderança e ativos em organizações da sociedade civil. A lógica de intervenção estruturou-se em dois eixos:

- o desenvolvimento de competências de liderança dos jovens participantes e dos seus projetos de vida;
- na capacitação para a elaboração e implementação de projetos de empreendedorismo social.

No total, foram realizados 23 seminários temáticos, 2 fins-de-semana residenciais e 3 Conferências e financiadas 9 iniciativas dos participantes para a implementação dos seus projetos de empreendedorismo social. (estas últimas serão descritas no Eixo II – Financiamento de Iniciativas)



23 sessões de formação

Liderança	7
Autoconhecimento, rel. humanas e gestão de conflitos	3
Seminário sobre comunicação em público	1
Conferência pública de histórias de vidas Ubuntu	1
Gestão de projectos	6
Planeamento, RH e finanças	3
Fins-de-semana residenciais	2

12 equipas apresentaram projectos

9 foram aprovados

4 iniciativas sociais concretizadas

Testemunhos
Balanço da
participação
no Programa

ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
IPAV – Instituto Padre António Vieira
que implementou a 1ª Academia
Ubuntu Guiné-Bissau (AUGB) e
beneficiaram de uma subvenção para
o apoio financeiro aos projetos Ubuntu.
Nome/cargo
Lamine Sonco, Edson Incopté
e Saibana Baldé (Gestores da AUGB)

*Fez-se algo muito
prático que transforma
a vida das comunidades
e multiplicam-se
os efeitos*

*A implementação
neste curto tempo foi
extraordinária, apesar de
alguns constrangimentos,
os projectos conseguiram!*

Academia Ubuntu

Ubuntu é uma palavra de raiz africana cuja filosofia “eu sou porque tu és”- foi transportada para Portugal pelo fundador do IPAV, sendo esta uma das bases do espírito Ubuntu, vocacionado para projetos de empreendedorismo social e de serviço ao outro. Aposta-se na partilha de histórias de vida para a formação como meio de prespetivar a vivência, respeito e compreensão do outro.

Dois dos gestores da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau participaram na 1º edição da academia Ubuntu em Portugal, em 2010-2011, o 3º gestor, participou na 2ª edição que decorreu no Porto.

Quando regressaram a Guiné procuraram formas de adaptar o espírito Ubuntu à realidade do país e essa oportunidade surgiu com o apoio do Programa UE-PAANE.

Com o lançamento da 1ª Academia Ubuntu para Guiné-Bissau no mês de outubro de 2014, abriram-se as candidaturas para jovens até aos 30 anos. Receberam-se 332 candidaturas de jovens, para preencher 50 lugares previstos. No total acabaram por ser selecionados 71 jovens que, com o apoio de uma equipa de tutores voluntários e após o programa de formação anual, elaboraram 14 projetos para financiamento. Destes, 2 não chegaram à fase de submissão, mas dos 12 apresentados, 9 foram aprovados e implementados em 3 meses.

A equipa de jovens que não chegou a submeter candidatura e as 3 equipas que viram as suas propostas reprovadas no âmbito deste processo de atribuição de subvenções, foram apoiadas com um montante mínimo pela própria Academia Ubuntu para desenvolverem iniciativas sociais de escala mais reduzida, tendo esta medida permitido que estes jovens participantes pudessem acompanhar o desenrolar normal da Academia.



Aspetos positivos

As diferenças entre Guiné-Bissau e Portugal, nomeadamente o contexto mais carente da Guiné provocou um maior entusiasmo nos participantes e promoveu uma aplicação mais prática da Academia.

Dificuldades

Os tutores voluntários identificados para apoiar as equipas de projeto nem sempre tiveram a disponibilidade necessária, tendo havido grupos com mais apoio do que outros, o que não foi justo.

O tempo de execução (3 meses) foi muito curto

e as verbas foram também reduzidas e com pouca flexibilidade para alterar o orçamento face à realidade.

Os gestores da AUGB que estavam a seguir vários projetos ao mesmo tempo, tiveram que se desdobrar para conseguir acompanhá-los.

“A implementação neste curto tempo foi extraordinária, apesar destes constrangimentos, os projetos conseguiram!”

Em relação a um futuro programa
de apoio à SC

Aumentar a verba dos projetos , variável em função das necessidades de cada um.

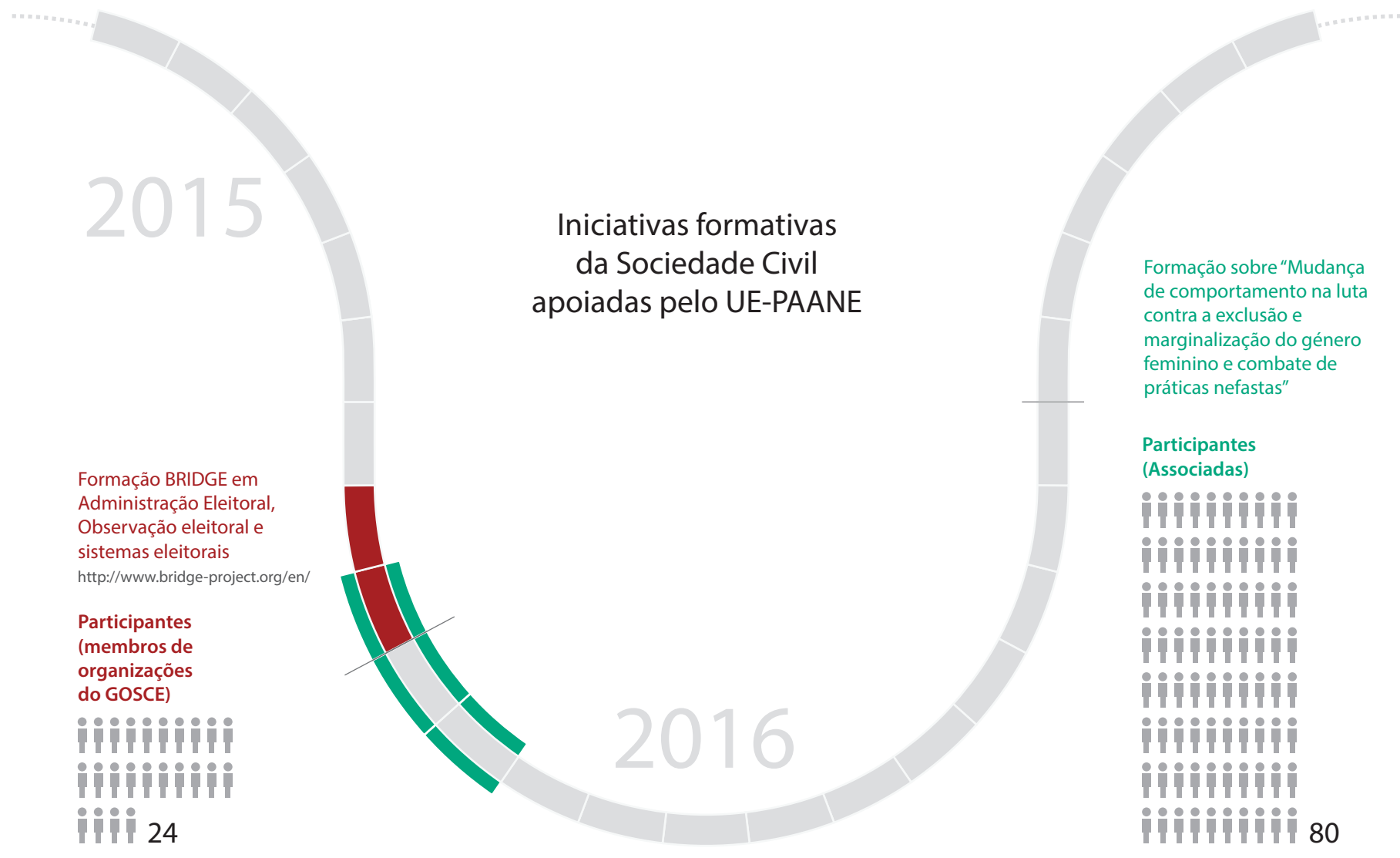


1. Organizações da Sociedade Civil Guineense
Iniciativas formativas da Sociedade Civil apoiadas pelo UE-PAANE

O Programa UE-PAANE, apesar de ter um programa de atividades previamente validado em Comité de Pilotagem, tentou adaptar-se a algumas necessidades sentidas pelas Organizações da Sociedade Civil, tendo, por isso, financiado algumas iniciativas da sociedade civil propostas, fora de qualquer concurso, pelas mesmas. A justificação destes apoios deve-se à crença de que financiar uma iniciativa vinda das próprias organizações reforça as suas capacidades.

Assim, a UGP manteve encontros com uma centena de organizações que contactaram o UE-PAANE para pedir financiamento ou para apresentar-se enquanto organização. Todos os pedidos de financiamento recebidos foram devidamente analisados para verificar o seu enquadramento nos objetivos do UE-PAANE e o seu enquadramento temporal e orçamental, de modo a validar e analisar a possibilidade de financiamento.

Neste sentido foi possível apoiar as iniciativas seguintes:



2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC)

Estudo “Os Media na Guiné-Bissau”

Programa de formação de Rádios Comunitárias



Estudo Media Como ponto de referência para definir as atividades dirigidas a este grupo-alvo, foi realizado o Estudo “Os Media na Guiné-Bissau”, realizado pelo perito media da UGP e jornalista, Tony Tcheka, que permitiu fazer o diagnóstico e levantamento de necessidades existentes na área da comunicação social e comunitária e os seus órgãos. O Estudo foi validado pelos atores envolvidos e serviu de base para a definição de uma estratégia de intervenção para este setor. Foi amplamente distribuído no país, mas também ao nível internacional, encontrando-se disponível online no site do Programa:

<http://www.ue-paane.org/publicacoes>



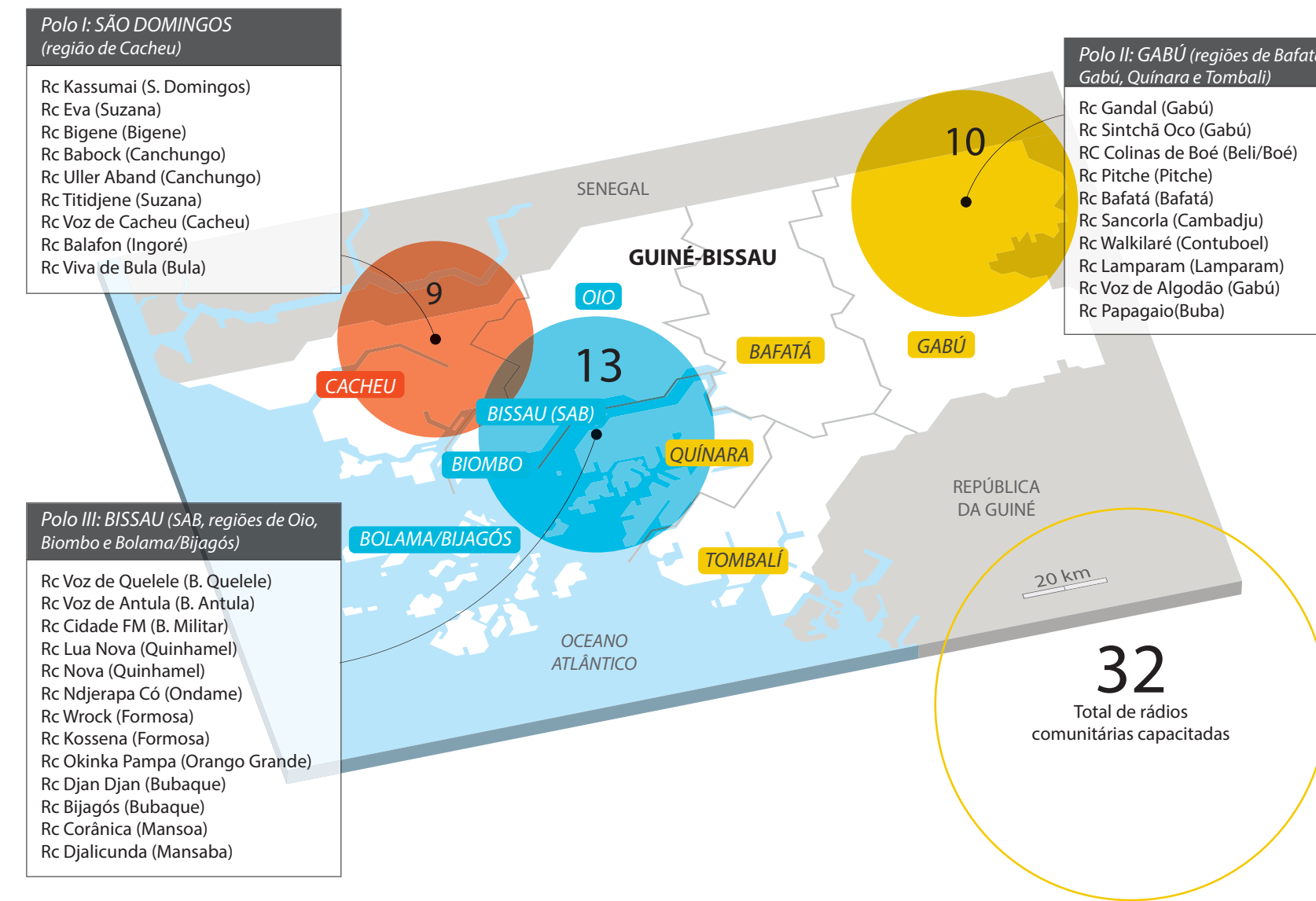
Foram editados 500 exemplares do Estudo e o seu lançamento foi realizado no dia 27 de novembro de 2015 no Centro Cultural Português e contou com a participação do Sr. Ministro da Comunicação Social, entre outros



Programa de formação de Rádios Comunitárias O Programa de formação para as Rádios Comunitárias foi precedido por uma consultoria por Luca Bussotti no mês de julho de 2014 com o intuito de desenhar um manual de formação e o plano estratégico para as rádios comunitárias. Como resultado desta consultoria foi revisto e atualizado o Manual de Radialistas da RENARC e AD em coordenação com estas duas organizações e foi concebido o Plano Estratégico para as rádios comunitárias da Guiné-Bissau, analisado e aprovado no XIIIº Encontro Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias da Guiné-Bissau de outubro de 2015.

Nos meses de janeiro a abril de 2015, as 32 rádios comunitárias, agrupadas em três polos regionais, foram beneficiárias de um programa de formação seguido de uma fase prática de formação “on the job”, que finalizou com uma sessão de formação final conjunta em Bissau.

Polos regionais de formação das rádios comunitárias



2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC) Programa de formação de Rádios Comunitárias

FORMAÇÃO “ON THE JOB”

Objetivos

Realização de formação *On the Job* com vista a mobilizar maior número de radialistas; Constatar in loco aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos e o seu impacto na produção de conteúdos; Identificar principais fatores de estrangulamento na produção e difusão de conteúdos do pendor comunitário.



32 Radios Comunitárias



2014

2015

2016



FORMAÇÃO TEÓRICA

Conteúdos jornalísticos

- Técnicas de fazer Notícia, Entrevista, Reportagem, Artigo de Opinião, Mesa Redonda, Diretos e Animação;
- Modos de Organização e Funcionamento, Rigor e Transparência;
- Estratégias de uma rádio com menos custos e mais impacto junto da comunidade;
- A ética e a deontologia profissional

Componente técnica

- Técnicas de Condução de Emissão, Cortes e Montagem de Programas;
- Importância do sinalética ou seja o diálogo entre o comunicador e o técnico durante a emissão
- Conservação dos Equipamentos;
- Utilização e Captação de Software na Programação dos conteúdos.

Sessão final de formação

Último dia de formação que juntou todas as rádios comunitárias com o fim de fazer um balanço e partilha conjunta que fornecesse dicas para futuras jornadas de restituição, protagonizadas pelos formandos



32 Radios Comunitárias



Testemunhos
Balanço da
participação
no Programa

*A formação
“on the job” e o seguimento
realizado durante as visitas
às rádios comunitárias,
foi essencial para garantir
a aplicação e reforço
dos conhecimentos
adquiridos*

ENTREVISTA presencial
Nome/cargo
Fátima Tchuma Camará
(Jornalista e Formadora rádios
comunitárias do Programa UE-PAANE)
e Azy Carlos Beifa (Técnico de
Rádio e formador técnico das rádios
comunitárias do Programa UE-PAANE)

Fátima Tchuma Camará
e Azy Carlos Beifa

Tchuma e Azy trabalham na área da comunicação social já há muitos anos, colaborando em várias rádios (como a Rádio Nacional e a RC Voz de Quelelé) e fazendo trabalho como correspondentes. Participaram como formadores no Programa de formação das 32 rádios comunitárias da Guiné-Bissau implementado no quadro do programa UE-PAANE.

Da formação pensam que a sua componente prática foi “fantástica”, destacam a importância da componente de formação “on the job” e do seguimento realizado durante as visitas às rádios comunitárias, essencial para garantir a aplicação e reforço dos conhecimentos adquiridos.

Ambos consideram que as rádios comunitárias são hoje em dia um centro de formação para os jovens das regiões uma vez que a idade média do pessoal das rádios comunitárias oscila entre os 20 e 25 anos de idade.

Aspetos positivos

Esta formação permitiu contribuir para a profissionalização das rádios comunitárias. Um exemplo disso são alguns formandos das regiões de Oio, Biombo e Gabú que se mudaram para Bissau de modo a continuar os seus estudos mas continuaram ligados às suas regiões e ao mundo da rádio, através de uma rádio recém-criada em Bissau onde trabalham como estagiários. Houve também o reforço dos laços de cooperação e partilha de informação entre rádios.

A difusão das rádios comunitárias e a sua formação é importante: “As rádios comunitárias são instrumentos de democracia, participação e direitos. Graças às rádios, as pessoas começam a estar conscientes dos problemas e afirmam-se, há partilha de informação sobre as eleições, direitos, etc. As rádios passam programas de alfabetização, justiça e saúde nos dialetos locais, e depois estabelecerem ligação direta à Rádio Nacional.



Dificuldades

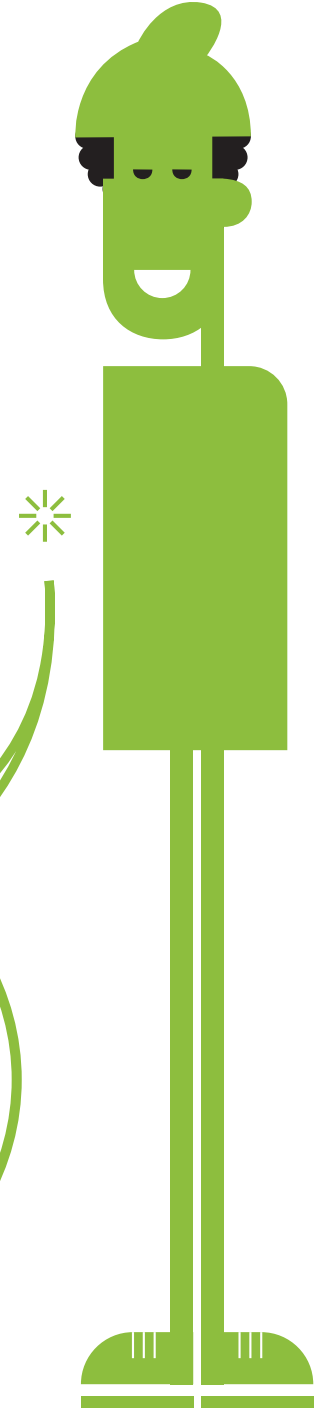
Foi difícil fazer o acompanhamento das regiões, nomeadamente das ilhas, no âmbito da formação. A falta de equipamentos e da sua manutenção é um problema geral mas sobretudo das rádios dos locais mais isolados devido à escassez de técnicos.

As rádios comunitárias funcionam com base em voluntários e muitos não têm formação adequada, além disso a elevada rotatividade do pessoal também não permite que as formações tenham a sustentabilidade desejada. Por fim, é preciso destacar o baixo nível de participação feminina nas rádios.

Em relação a um futuro programa
de apoio à SC

É preciso manter o ênfase na formação de radios comunitarias e restantes OCSC.

*As rádios comunitárias
são instrumentos de democracia,
participação e direitos. Graças
às rádios, as pessoas começam a
estar conscientes dos problemas
e afirmam-se, há partilha de
informação sobre as eleições,
direitos, etc*



2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC) Programa de formação para OCSC



O Programa de formação para os Órgãos de Comunicação Social apostou numa variedade de ações de capacitação. A primeira destas ações contou com uma **formação sobre o Processo Eleitoral**, envolvendo não só os OCS mas também as rádios comunitárias, com um total de 60 jornalistas participantes.

As formações, realizadas no mês de Dezembro de 2013 perante a iminente convocatória de eleições, promoveram junto dos jornalistas conhecimentos e aptidões com vista à planificação e reportagem, tanto ao nível das próprias

eleições como de outros assuntos relevantes em matéria eleitoral.

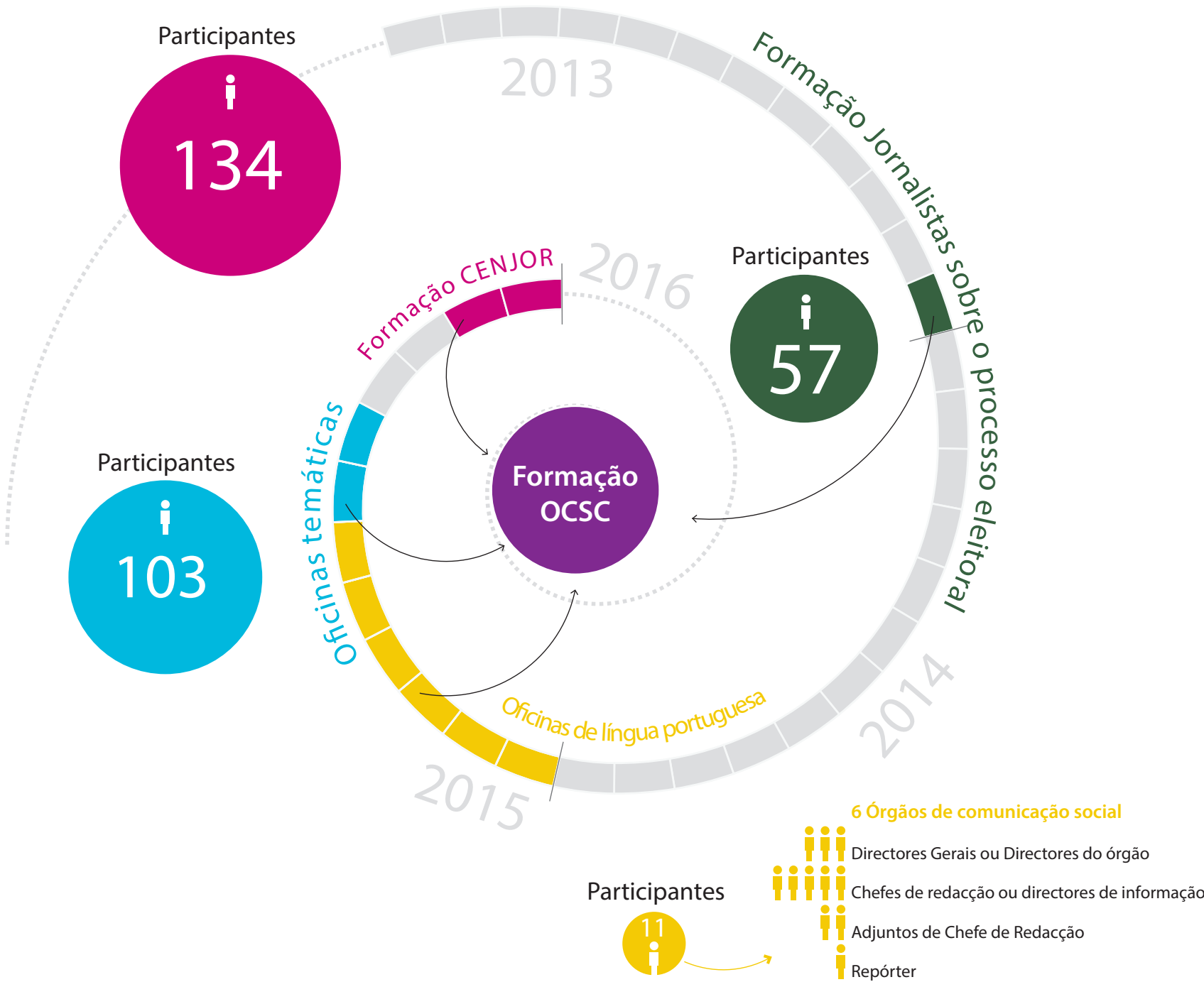
O Estudo “Os Media na Guiné-Bissau” pôs em evidência que uma das lacunas e vulnerabilidade redatorial da comunicação social prende-se com a deficiente utilização do seu principal instrumento de trabalho - a língua portuguesa. Com o objetivo de contribuir para ultrapassar essa dificuldade foram realizadas de janeiro a junho de 2015 as **Oficinas de Língua Portuguesa**, para editores e chefias editoriais, onde estiveram 6 órgãos de comunicação social e um total de 11

formandos (diretores gerais ou do órgão, chefes de redação, diretores de informação, adjuntos de chefes de redação e repórteres). Foram ministradas 21 oficinas de língua portuguesa.

Nos meses de julho e agosto de 2015 foram implementadas 6 **Oficinas Temáticas** dirigidas aos jornalistas dos diferentes órgãos de comunicação social. Sob o lema “Conhecimento – Ferramenta Principal dos Jornalistas em Democracia”, cientes de que as necessidades e carências dos profissionais da comunicação social vão para além de questões natureza técnica, as oficinas

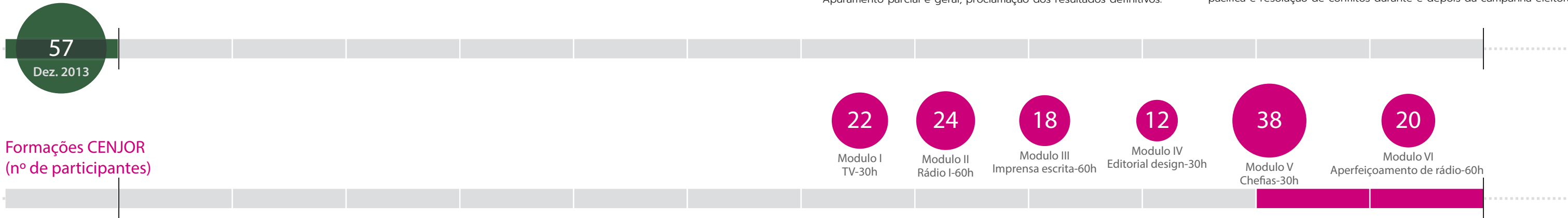
enquadraram-se no reforço de capacidades com base na elevação do nível de conhecimentos dos jornalistas, proporcionando-lhes um horizonte cultural e técnico mais amplo e diversificado. Participaram um total de 103 jornalistas.

Por fim os 6 **Cursos de Formação do CENJOR** ministrados nos meses de novembro e dezembro de 2015, fecharam o programa formativo previsto para os OCSC. Um total de 134 jornalistas e técnicos participaram nos cursos de formação nas áreas de Rádio, Televisão, Imprensa escrita e Chefias.

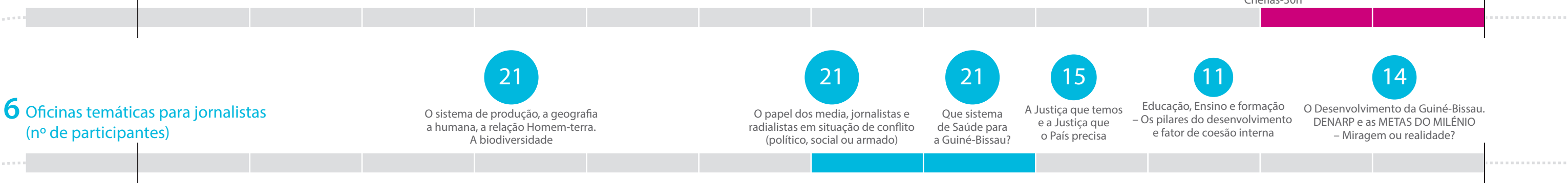


2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC)
Programa de formação para OCSC

1 Formação de jornalistas sobre o processo eleitoral

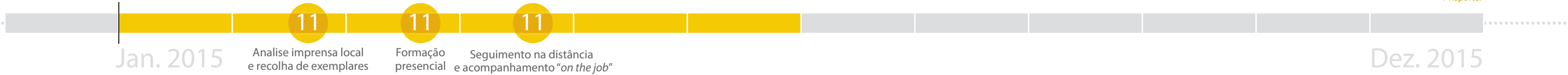


6 Formações CENJOR
(nº de participantes)



6 Oficinas temáticas para jornalistas
(nº de participantes)

21 Oficinas de língua portuguesa distribuídas em 3 Fases



Formação de jornalistas sobre o processo eleitoral

- Temáticas tratadas**
- Recenseamento e fiscalização eleitoral
 - Objetivos da Fiscalização Eleitoral
 - Deveres, Direitos e Funções dos Concorrentes
 - Género e participação política
 - Eleições, moral e ética e comportamento eleitoral (o que se pode fazer e o que não se pode fazer)
 - Procedimentos de Apresentação de Candidaturas
 - Encerramento das candidaturas; Campanha Eleitoral; Dia da votação
 - Fecho das urnas: contagem, resultados provisórios.
 - Apuramento parcial e geral, proclamação dos resultados definitivos.

Objetivos

- Promover junto aos jornalistas conhecimentos e aptidões com vista à planificação e reportagem nas eleições e na campanha eleitoral
- Habilitar os jornalistas com conhecimentos de deveres e direitos dos candidatos
- Treinar os jornalistas em assuntos relevantes do sistema de democracia representativa
- Treinar os jornalistas em assuntos relevantes da legislação eleitoral
- Capacitar os jornalistas em matéria de preparação e organização eleitorais
- Capacitar os jornalistas em matéria sobre ética, concorrência e coexistência pacífica e resolução de conflitos durante e depois da campanha eleitoral.

* 6 Órgãos de comunicação social
3 Directores Gerais ou Directores do órgão
5 Chefes de redacção ou directores de informação
2 Adjuntos de Chefe de Redacção
1 Repórter

2. Órgãos de Comunicação Social e Comunitária (OCSC)

Desenho do guia prático das Leis da comunicação social

Outros apoios na área Media

Desenho do guia prático das Leis da comunicação social De forma a facilitar o entendimento e observância das Leis da Comunicação Social em vigor, o Programa UE-PAANE previu a contratação de uma consultoria para realizar o desenho de um Guia Prático das Leis de Comunicação Social, e apresenta-lo

posteriormente, através de um Seminário realizado em fevereiro de 2016, com o intuito de promover o conhecimento e partilha entre a classe jornalística do novo quadro-jurídico, bem como a sua implicação no universo dos media. Neste encontro tiveram 22 jornalistas dos diferentes OCS.

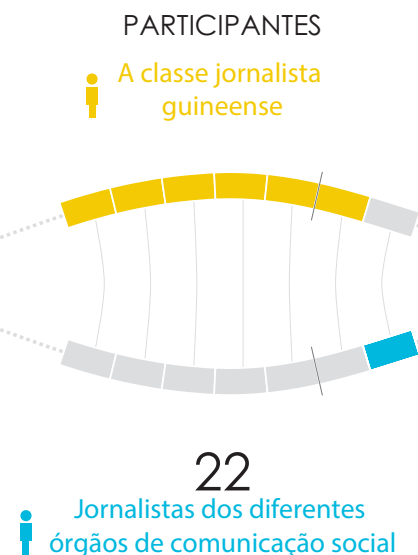
Esta ação constituiu a última das atividades previstas no eixo media do programa e teve por objetivo responder a uma das necessidades que o Estudo “Os Media na Guiné-Bissau” evidenciou. Igualmente supus um reforço na edificação do primado da ética e da deontologia profissionais.

Outros apoios na área Media No âmbito do trabalho junto dos OCSC foram ainda desenvolvidas duas ações de carácter institucional, descritas na página ao lado.

Desenho do Guia Prático

2015

Seminário de apresentação do Guia



Objectivos

Facilitar o entendimento e observância das Leis da Comunicação Social em vigor

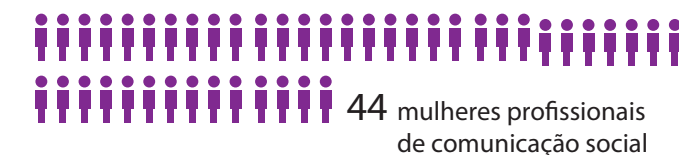
Objectivos

Promover o conhecimento jornalistas seniores e direções dos Órgãos de Comunicação Social, (OCSC) do novo quadro jurídico que rege a comunicação social na Guiné-Bissau;

Treinar os jornalistas na identificação dos artigos que mais têm a ver com a sua profissão e com a atividade dos órgãos onde desempenham as suas tarefas;

Detetar falhas e ou omissões no quadro jurídico em vigor.

Apoio à Associação de Mulheres Profissionais de Comunicação Social O programa promoveu o processo de constituição da Associação, através do apoio à realização da 1ª Assembleia Constituinte (setembro de 2015), que contou com a presença de 44 mulheres profissionais de comunicação social, e financiou todo o processo de legalização da Associação



Apoio à RENARC Rede Nacional de Rádios e TV Comunitárias da Guiné-Bissau Este apoio foi realizado através da aquisição de mobiliário e equipamento informático para o escritório da RENARC (abril de 2016), essencial para que a instituição possa realizar as suas atividades de coordenação das rádios e televisões comunitárias e apoiar os seus membros.

Testemunhos Balanço da participação no Programa

ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
RENARC
Nome/cargo
Pedro Vença Gomes (Responsável)

*Foi um
contributo muito
valioso para rádios
e TV comunitárias*



RENARC

Fundada em 2001, a RENARC é uma organização sem fins lucrativos criada a partir do 5º encontro das rádios e TV comunitárias, tendo conseguido legalizar-se após 7 anos de trabalho.

Conta com 37 membros: 4 TV comunitárias e 33 rádios comunitárias. O seu objetivo é contribuir para a democratização de uma comunicação que vá ao encontro das comunidades locais, através de: 1) uso das rádios comunitárias como modelo alternativo; 2) facilitação de troca de experiências entre os membros; 3) dar a conhecer o seu trabalho ao nível nacional e internacional e 4) representação dos membros.

As rádios comunitárias têm origem em associações de bairro por isso têm um foco de intervenção local importante que as diferencia das rádios de âmbito nacional e privadas. Nos últimos anos assistiu-se a uma expansão das rádios comunitárias no país, expansão que se revela muito importante sobretudo nas comunidades mais isoladas.

No âmbito do Programa beneficiaram de formação em várias temáticas, tendo sido direcionada em função das suas necessidades específicas. Receberam igualmente equipamentos para poder trabalhar.

Aspetos positivos

Os apoios recebidos pelo Programa minimizaram o peso para dar formação aos membros.

Foi um contributo muito valioso para rádios e TV comunitárias.



*As rádios comunitárias
servem para dar voz a
quem não tem voz.
O acesso é mais fácil
e aberto a todos*

Dificuldades

Os procedimentos administrativos da União Europeia levam muito tempo.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Seria interessante apoiar a criação de uma loja para a revenda de peças necessárias para as TV e rádios comunitárias (algo inexistente e necessário).

Igualmente, de formação em técnicas de reparação de equipamentos.



3. Ministérios

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades (Ministerio de Tutela do Programa UE-PAANE), através da DGCANG



Com exceção dos períodos em que as crises políticas assolaram o país e impediram o trabalho conjunto com os Ministérios envolvidos (as relações estiveram suspensas entre abril de 2012 e outubro de 2014), foram promovidas de forma constante as relações e coordenação com estes importantes parceiros institucionais. O envolvimento das instituições do Governo foi, sem dúvida, um elemento incontornável para o sucesso do Programa. Por isso mesmo, e sempre que foi possível o Programa e os Ministérios encetaram esforços para um trabalho conjunto incessante, com um balanço muito positivo para ambas as partes.

Para além dos apoios institucionais concretos previstos no quadro do progra-

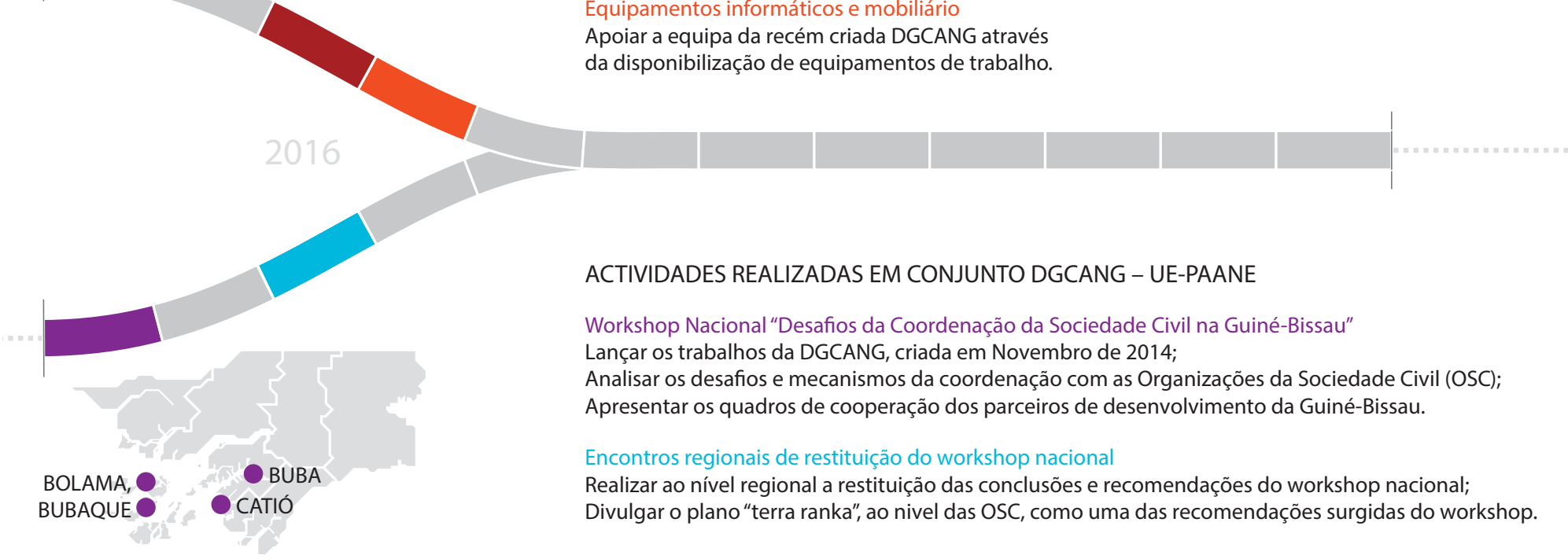
ma para ambos os Ministérios, ambos estiveram envolvidos pela UGP nas atividades através das suas Direções Gerais.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades (Ministério de Tutela do Programa UE-PAANE), através da DGCANG O Programa UE-PAANE previa apoiar a criação, no seio do Governo, de uma estrutura Ad hoc para a concertação dos ANEs. Assim, num primeiro momento iniciou-se o trabalho de coordenação junto da DGCI – Direção Geral de Cooperação Internacional que, mais tarde, em 2014, foi substituída como instituição parceira do programa pela recém-criada DGCANG - Di-

reção Geral de Coordenação da Ajuda Não-Governamental, que passou a estar responsável pela coordenação e concertação entre a sociedade civil e o Governo da Guiné-Bissau, pelo que o Programa continuou o seu trabalho de apoio e capacitação junto da mesma. Por outro lado, a Direção beneficiou dos seguintes apoios:

- Capacitação institucional: formação em gestão administrativa e secretariado.
- Aquisição de equipamentos e mobiliário para o trabalho da equipa.

Para além disso, a DGCANG liderou e organizou duas atividades, com o apoio técnico e financeiro do UE-PAANE numa ótica de reforço de capacidades.



APOIOS INSTITUCIONAIS À DGCANG

Reforço de capacidades em Gestão Administrativa e Secretariado
Reforçar a capacidade em Gestão Administrativa e Secretariado;
Analisar e melhorar o Manual de Procedimentos Administrativos da DGCANG.

Equipamentos informáticos e mobiliário
Apoiar a equipa da recém criada DGCANG através da disponibilização de equipamentos de trabalho.

ACTIVIDADES REALIZADAS EM CONJUNTO DGCANG – UE-PAANE

Workshop Nacional “Desafios da Coordenação da Sociedade Civil na Guiné-Bissau”
Lançar os trabalhos da DGCANG, criada em Novembro de 2014;
Analisar os desafios e mecanismos da coordenação com as Organizações da Sociedade Civil (OSC);
Apresentar os quadros de cooperação dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Encontros regionais de restituição do workshop nacional
Realizar ao nível regional a restituição das conclusões e recomendações do workshop nacional;
Divulgar o plano “terra ranka”, ao nível das OSC, como uma das recomendações surgidas do workshop.

23
Técnicos de DGCANG,
DGCI, SECIC, CAON

134
Membros de organizações da
Sociedade Civil Guineense

133
organizações
convidadas

3. Ministérios

Ministério da Comunicação Social, através da Secretaria Geral de Comunicação Social (SGCS)



Ministério da Comunicação Social, através da Secretaria Geral de Comunicação Social (SGCS) À semelhança da DGCANG, a SGCS foi envolvida constantemente em todas as ações do Programa que diziam respeito ao grupo-alvo dos media. O balanço do trabalho conjunto é igualmente positivo.

Os apoios institucionais previstos depois de identificação conjunta entre o SGCS e a UGP foram:

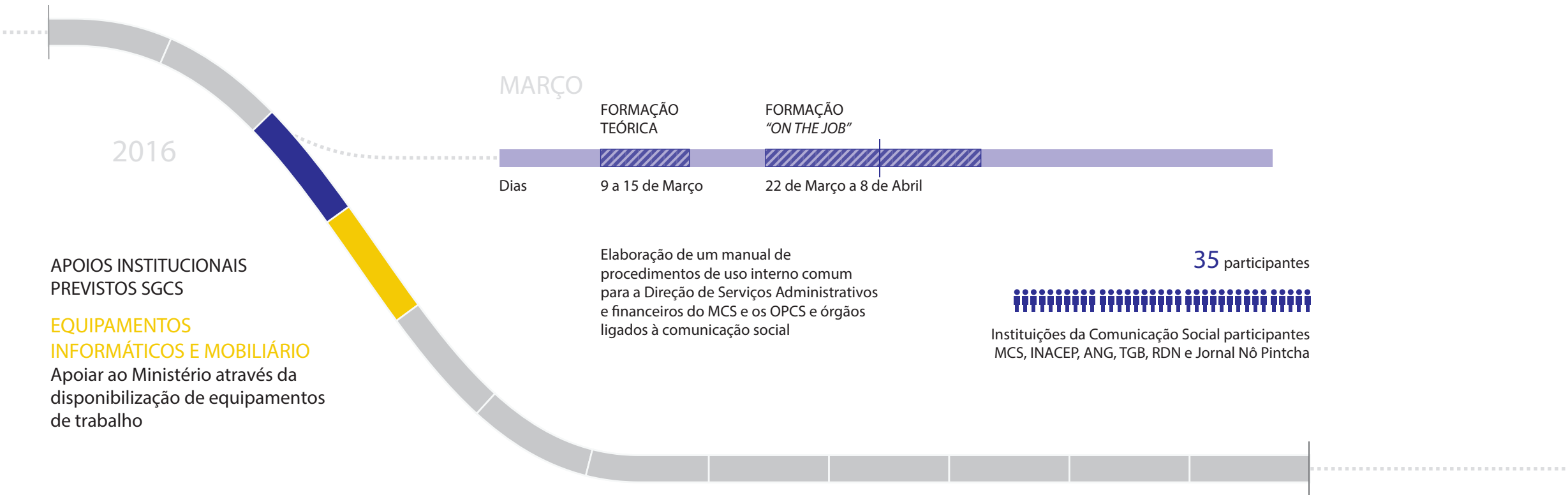
- Capacitação institucional: formação em gestão administrativa e financeira;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário para o trabalho da equipa.

APOIOS INSTITUCIONAIS PREVISTOS SGCS

EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS E MOBILIÁRIO
Apoiar ao Ministério através da disponibilização de equipamentos de trabalho

REFORÇO DE CAPACIDADES EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - FORMAÇÃO AOS OPCS

Reforçar a capacidade do pessoal adscrito à Direção de Serviços Administrativos e financeiros do MCS, os 4 órgãos públicos da área da Comunicação Social e INACEP. Foi ministrada uma formação de 30 horas sobre os conceitos básicos da Gestão financeira, incluído o desenho de ferramentas de gestão. Esta ação de formação foi complementada com 2 tutorias individuais por cada instituição (12 tutorias no total).



Testemunhos Balanço da participação no Programa



ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
Direção Geral de Coordenação
da Ajuda Não-Governamental, Ministério
dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação
e das Comunidades
Nome/cargo
Elisa Pinto (Diretora Geral da Coordenação
da Ajuda não-governamental); Uffé Vieira
(técnico da DGCANG)

DGCANG

A DGCANG é uma estrutura recente, criada há quase 2 anos, inserida na estrutura do Ministério dos negócios estrangeiros, de cooperação internacional e das comunidades, ministério de tutela do programa. No quadro do Programa UE-PAANE, a DGCANG recebeu apoio técnico e institucional desde a sua criação. O foco da Direção está na coordenação e facilitação das ações da sociedade civil e cooperação no país, servindo de elo com o governo e de garantia institucional. Conta com uma equipa de 12 pessoas, 9 delas provenientes de organizações da sociedade civil, o que é uma mais-valia para a instituição. Tendo em conta a sua constituição recente, a sua prioridade tem sido o levantamento e auscultação nacional dos ANE, de forma a ter um conhecimento detalhado do sector e das suas necessidades. Este trabalho de mapeamento contou com o apoio do Programa PAANE, nomeadamente através: do financiamento do Workshop Nacional “Desafios da Coordenação da Sociedade Civil na Guiné-Bissau” e de encontros regionais de restituição do workshop nacional (uma das recomendações surgidas do workshop nacional). Deste workshop Nacional realizado resultaram outras 22 recomendações das organizações da sociedade civil participantes, a partir das quais foi construído o plano de ação bienal.

“Existe muita expectativa das ONG face à DGCANG”. O desafio será conseguir ter o papel de facilitador de informações para as ONG face a novos financiamentos e acompanhar o seu trabalho de forma a recolher informação de tudo o que está a ser feito no país.

*Foi um trabalho
que rendeu. Permitiu
dar um pontapé
de saída para dar
início a esta nova
estrutura*



Aspetos positivos

“A DGCANG é um sinal de presença do Estado”. No fundo, a Direção encontra-se entre o Estado e a sociedade civil, na perspetiva de trabalho conjunto de formação e acompanhamento e também de melhoria da visão que ambos (Estado e as ONG) têm uns dos outros.

Dificuldades

Ainda não existem estruturas de representação das OSC nas regiões, mas isso é parte do nosso desafio, promover/facilitar a criação de plataformas regionais que permitam agregar as associações que trabalham nas diferentes regiões. “É difícil trabalhar assim”.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Proposta de uma participação mais ativa da DGCANG, no sentido de trabalhar em conjunto com a equipa encarregue da implementação.



ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
Secretaria Geral de Comunicação Social,
Ministério da Comunicação Social
Nome/cargo
Francisco Barreto (Secretário Geral)

SGCS

A SGCS é a estrutura estatal responsável pela comunicação social sendo tutelada pelo Ministério da Comunicação Social. No quadro do programa UE-PAANE a SGCS recebeu apoio ao nível de capacitação e de equipamentos informáticos e mobiliário, tendo presidido à abertura de várias sessões de lançamento e encerramento de atividades do eixo media do UE-PAANE.

Aspetos positivos

A SGCS considera o programa UE-PAANE como “o Programa mais estruturante que a comunicação social teve na Guiné-Bissau”. Isto deveu-se, por um lado à realização de um estudo de diagnóstico inicial do setor que contribuiu para identificar à partida as prioridades e as metodologias necessárias, por outro lado, ao facto de ter abarcado todas as valências essenciais para o setor: formação, equipamentos e quadro jurídico/institucional.

O Secretário Geral considera também que:

- Os espaços de concertação promovidos pelo UE-PAANE permitiram abrir um espaço para a reflexão sobre temas importantes para o país, como seja a temática das eleições.
- A formação CENJOR foi igualmente importante para a melhoria da qualidade dos conteúdos e design dos OCS.
- Que o apoio ao MCS, nomeadamente a formação de quadros foi bastante útil, estando o Manual de Procedimentos Administrativos e financeiros, elaborado no âmbito do apoio, a ser usado pelo Ministério.
- A Visibilidade do Programa foi boa, incluiu os governantes e teve uma forte cobertura dos media.

Para o Secretário o Programa permitiu igualmente conhecer melhor as rádios comunitárias, incluindo-as nas suas atividades.

Dificuldades

Não foi possível trabalhar com a Casa da Imprensa, criada pelo PNUD e que tinha como objetivo apoiar a imprensa e jornalistas em meios e recursos para as suas atividades – o processo bloqueou (apesar dos esforços da SGCS e da UGP) por estar pendente da renovação dos seus corpos sociais e o seu funcionamento interno.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Deve haver continuidade das ações pois as carências são enormes: formação, reforço de capacidades dos media e apoio institucional. Deve enfatizar-se mais o papel dos órgãos públicos de Comunicação Social enquanto atores chave no processo de boa governação e o jornalismo de Investigação independente. A articulação entre OSC e OCS deve ser também aprofundada.



*O UE-PAANE,
foi o programa mais
estruturante que a
comunicação social
teve na Guiné-Bissau*

4. Espaços de reflexão e concertação
Djumbais, djumbais regionais e cine-djumbais

O UE-PAANE promoveu várias atividades que procuraram abrir um espaço para a reflexão, debate e concertação entre os diferentes atores da Sociedade Civil da Guiné-Bissau. Estas atividades podem dividir-se da seguinte forma: os *djumbais* temáticos, *djumbais* regionais, *cine-djumbais* e a Conferência Média e Eleições, promovidas pelo Programa, por um lado, e as iniciativas das próprias OSC/OCSC que foram apoiadas pelo Programa, por outro lado.

Djumbais, Djumbais regionais e Cine-Djumbais A realização de *djumbais*, que consistem essencialmente em debates sobre temáticas de interesse para e da sociedade civil guineense abertos a todos os ANE e cidadania em geral, foram atividades centrais no UE-PAANE devido ao contexto de instabilidade política da Guiné-Bissau. Os *Djumbais* incorporaram um duplo objetivo:

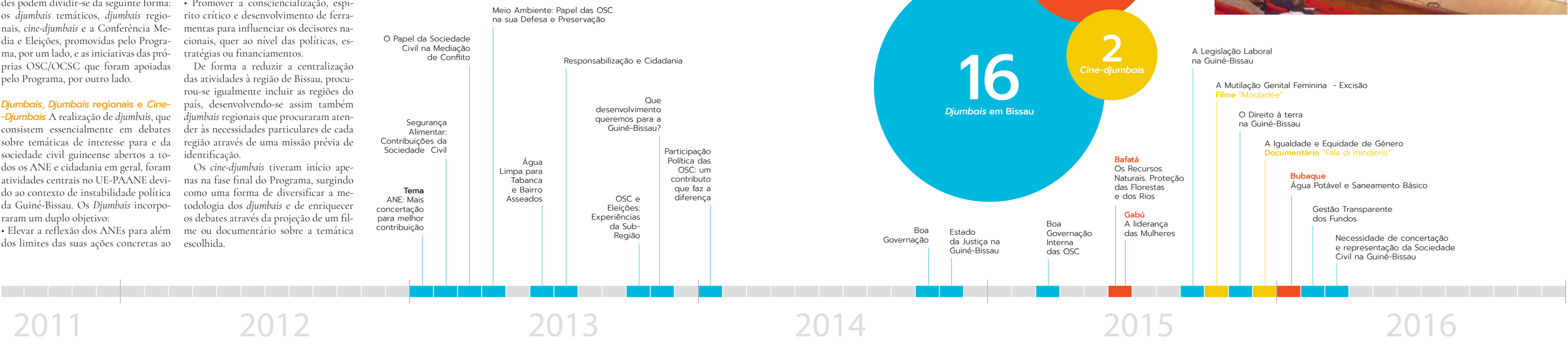
- Elevar a reflexão dos ANEs para além dos limites das suas ações concretas ao

nível local, contribuindo para a construção de soluções ao nível nacional através da concertação e articulação entre os diferentes atores da sociedade civil;

- Promover a consciencialização, espírito crítico e desenvolvimento de ferramentas para influenciar os decisores nacionais, quer ao nível das políticas, estratégias ou financiamentos.

De forma a reduzir a centralização das atividades à região de Bissau, procurou-se igualmente incluir as regiões do país, desenvolvendo-se assim também *djumbais* regionais que procuraram atender às necessidades particulares de cada região através de uma missão prévia de identificação.

Os *cine-djumbais* tiveram início apenas na fase final do Programa, surgindo como uma forma de diversificar a metodologia dos *djumbais* e de enriquecer os debates através da projeção de um filme ou documentário sobre a temática escolhida.



4. Espaços de reflexão e concertação

1ª Conferência Nacional de Jornalistas sobre Media e Eleições



Conferência Media e Eleições

Respondendo a uma necessidade manifestada quer pelos jornalistas e pelos OCSC na sequência do estudo “Os Media na Guiné-Bissau”, quer pelas posições das instituições e organizações profissionais e das instituições ligadas ao processo eleitoral, o UE-PAANE, através da sua componente direccionada aos Media, organizou no Centro Cultural Brasil/Guiné-Bissau, nos dias 2 e 3 de Abril de 2014, a “Primeira Conferência Nacional de

Jornalistas sobre Media e Eleições” na Guiné-Bissau.

Tendo em vista a proximidade das Eleições, o desenho desta conferência obedeceu à necessidade de proporcionar um espaço de reflexão crítica e de partilha de opiniões e experiências aos OCSC tendo em vista o seu importante papel no período eleitoral e a necessidade do respeito escrupuloso por parte dos jornalistas dos princípios éticos e deontológicos da profissão. Assim, a conferência teve como objetivos:

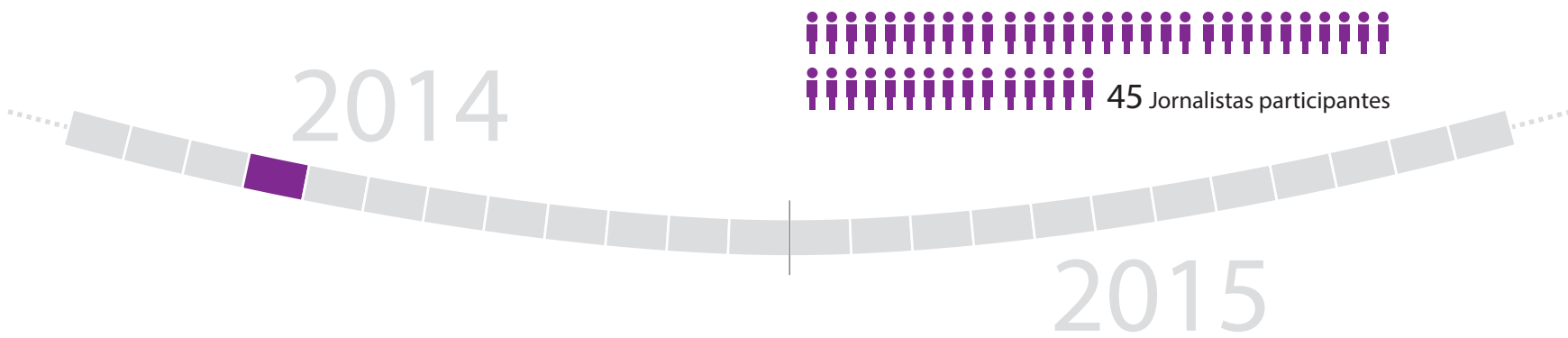
- Criar um ambiente propício entre os jornalistas para a análise e debate da problemática do jornalismo, comunicação e eleições e, por esta via, obter uma visão global da sua atividade com base na ética, deontologia e qualidade da comunicação a produzir;
- Proporcionar aos jornalistas uma oportunidade de eles próprios analisarem os seus problemas internos e, ao mesmo tempo, equacionar as questões externas que interferem na sua vida profissional;
- Familiarizar os jornalistas em assuntos

ligados à ética e deontologia em período eleitoral;

- Elaborar um documento final que reflita o posicionamento da classe profissional sobre o papel dos Media na sociedade e a sua relação com os poderes instituídos.

Para este último objetivo, os 45 jornalistas participantes foram divididos em dois grupos que, durante 2 dias, refletiram sobre os problemas que afetam a sua profissão: um grupo para a análise dos problemas internos e outro para a análise do ambiente externo e a sua influência nos Media.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE JORNALISTAS SOBRE MEDIA E ELEIÇÕES



4. Espaços de reflexão e concertação

Iniciativas das OSC e OCSC apoiadas pelo Programa UE-PAANE

Iniciativas das OSC e OCSC apoiadas pelo Programa UE-PAANE Para além dos debates promovidos através dos *djumbais* e *cine-djumbais*, o UE-PAANE, apoiou também iniciativas das OSC e OCSC que tinham o objetivo de promover espaços de reflexão e/ou concertação. Neste sentido, foram financiadas, através do Programa, 5 iniciativas:

1) Ciclo de 4 debates com os Candidatos Presidenciais: Eleições de abril de 2014 – Iniciativa do MAC – Movimento Ação Cidadã

2) 1 conferência “Guiné-Bissau: desafios de uma agenda de transformação estrutural pós-mesa redonda” – Iniciativa da ONG Tiniguena e o Instituto Bentem

3) 7 fóruns Regionais “Jovens (Re) Pensar a Democracia” – Iniciativa da GNT - Geração Nova Tiniguena

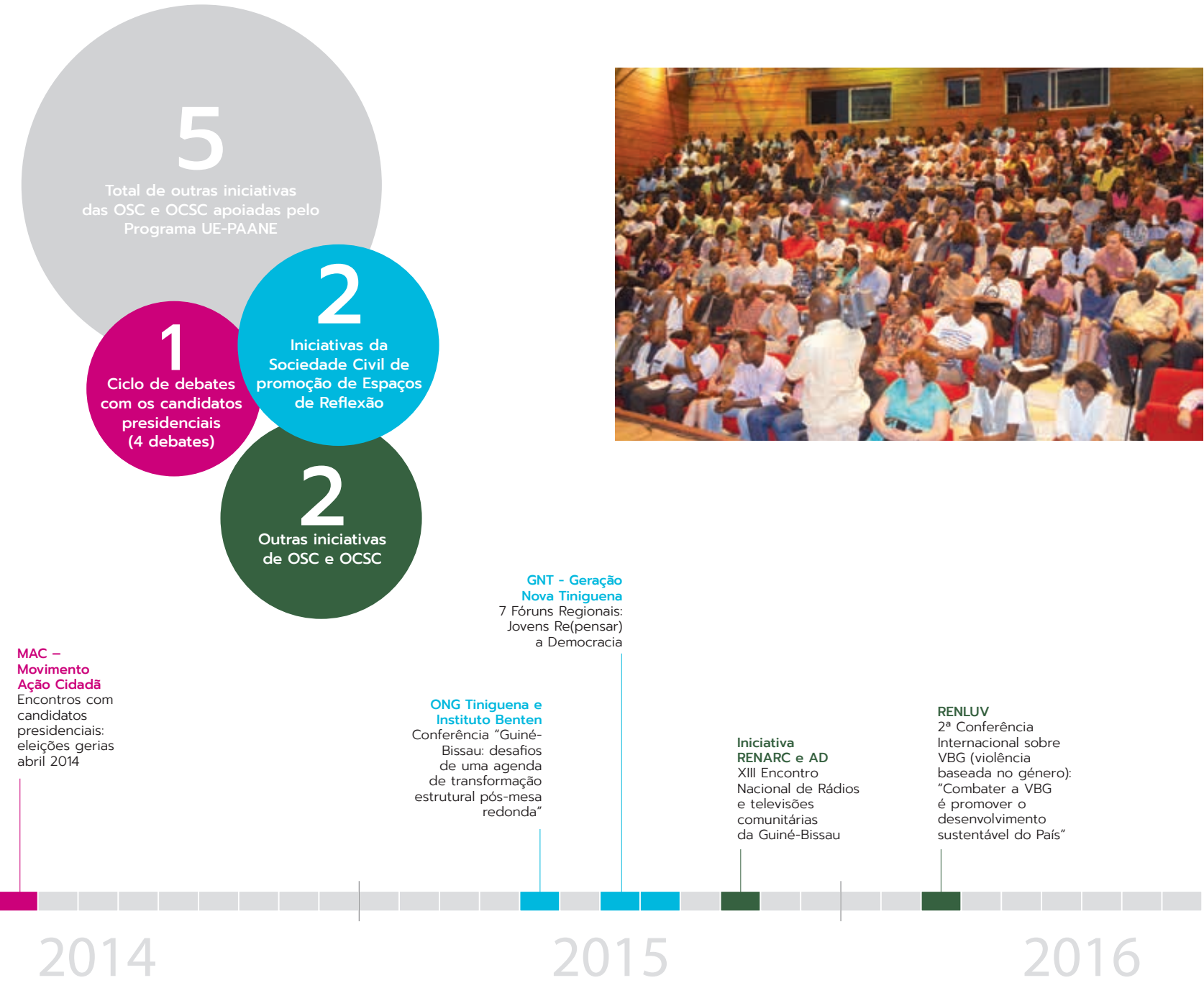
4) O XIII Encontro Nacional de Rádios e Televisões comunitárias de Guiné-Bis-

sau – Iniciativa da RENARC (Rede Nacional das rádios e televisões comunitárias de Guiné-Bissau) e AD (Ação para o Desenvolvimento)

5) 2ª Conferência Internacional sobre Violência Baseada no Género – Iniciativa de RENLUV – Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género.

Como mencionado neste documento o Programa UE-PAANE além de implementar as atividades previstas nos seus documentos estratégicos contribuiu para a realização de atividades das próprias OSC e OCSC, financiando as suas iniciativas sempre que estas se enquadravam nos objetivos do programa, como foi o caso destas atividades.

Estes e outros espaços de reflexão e partilha foram enriquecidos com a vinda de parceiros ou **peritos internacionais** financiadas no quadro do Programa.



4. Espaços de reflexão e concertação

Iniciativas das OSC e OCSC apoiadas pelo Programa UE-PAANE

CICLO DE DEBATES COM OS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS

Local	Centro Cultural Franco Bissau-Guineense	Centro Cultural Português	Centro Cultural Português	Centro Cultural Franco Bissau-Guineense
Iniciativa de	MAC – Movimento Ação Cidadã			
Objetivos	Contribuir para a criação de uma massa crítica nacional melhor preparada para enfrentar os desafios duma escolha o mais consciente possível tendo por base um leque variado de informações detalhadas dos programas eleitorais.			
Candidatos convidados	José Mário Vaz (candidato PAIGC) - N. C. Abel Incada (PRS) Cirilo de Oliveira (PS-GB)	Luís Nancassa (independente) Paulo Gomes (candidato independente) Afonso Té (PRID)	Jorge Malú (independente) Aregado Mantenque (PT) Hélder Vaz Lopes (RGB)	Domingos Quadé (independente) Ibraima Sori Djaló (PRN) - N. C. Iaia Djaló (PND) - N. C. Nuno Gomes Na Biam (independente) - N. C.

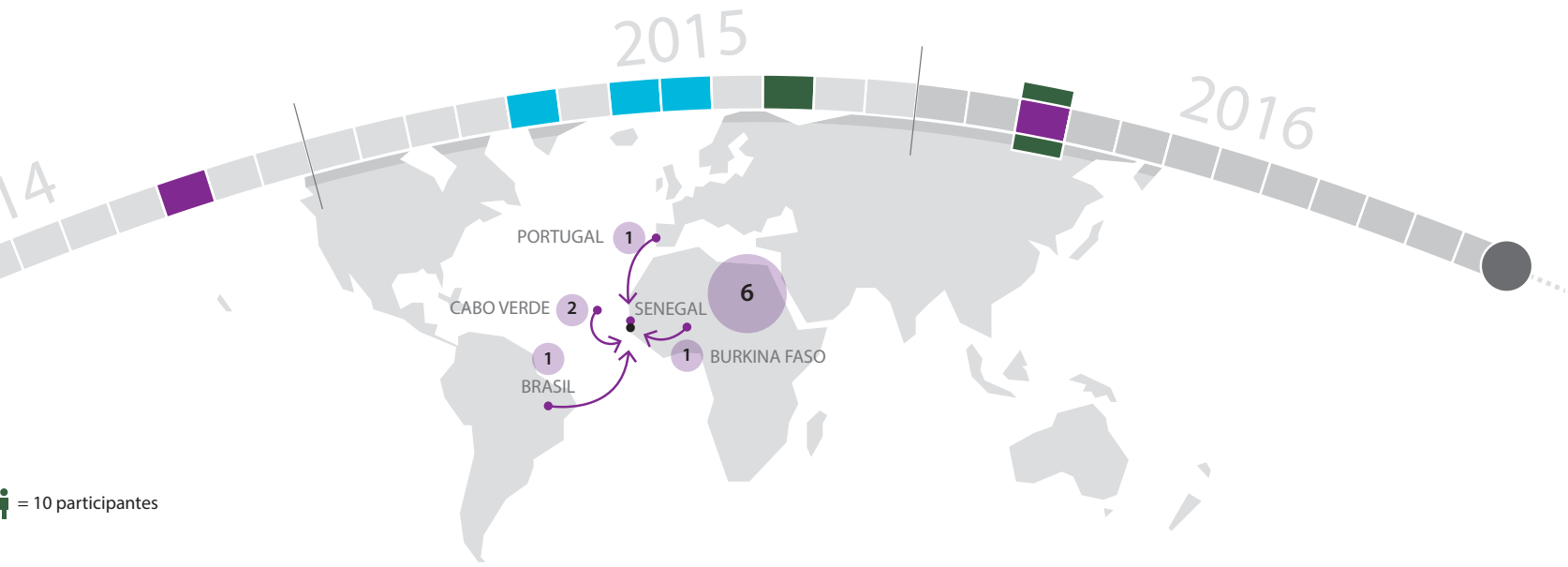
N. C. - não compareceu

INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL DE PROMOÇÃO DE ESPAÇOS DE REFLEXÃO

Tema	Conferência "Guiné-Bissau: desafios de uma agenda de transformação estrutural pós-mesa redonda"	Fóruns Regionais: Jovens Re(pensar) a Democracia
Local	Centro Cultural Franco Bissau-Guineense	Biombo, Oio, Cacheu, Quinara, Setor Autónomo de Bissau, Bafatá e Gabu.
Iniciativa de	ONG Tiniguena e Instituto Benten	GNT - Geração Nova Tiniguena
Objetivo	Analisar as novas perspetivas e desafios de Guiné-Bissau depois da realização da mesa de doadores em Bruxelas no mês de março de 2015	Descentralização das atividades juvenis, promovendo a participação e inclusão dos jovens e das associações juvenis locais no debate nacional que permita identificar a visão dos jovens sobre as problemáticas da educação, política nacional de juventude, cidadania e recursos naturais sob uma perspetiva da realidade e vivências locais, impulsionando de igual modo a busca de soluções dentro da comunidade.

PERITOS INTERNACIONAIS

Evento	Fórum Sociedade Civil, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Djumbai VII - OSCs e Eleições: Experiências da sub-região	Djumbai X - Boa Governação	2ª Conferência Internacional da RENLUV: Sobre violência baseada no género
Origem e nº de peritos	Brasil	Senegal	Senegal, Cabo Verde e Burkina Faso	Senegal, Cabo Verde e Portugal
	Setembro 2013	Outubro 2013	Outubro 2014	Março 2016



👤 = 10 participantes

OUTROS APOIO A OSC e OCSC

Atividade	XIII Encontro Nacional de Rádios e televisões comunitárias	2ª Conferencia Internacional da sobre VBG (violência baseada no género): "Combater a VBG é promover o desenvolvimento sustentável do País"
Iniciativa de	RENARC – Rede Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias e AD (Ação para o Desenvolvimento	RENLUV - Rede nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Género e na Criança na Guiné-Bissau
Local	Ingore	Uaque
Objetivos	Suscitar a determinação e empenho dos órgãos de comunicação comunitária no cumprimento das leis em vigor no país e contribuir com propostas concretas para a elaboração de uma lei específica para as Rádios e Televisões comunitárias; discutir e aprovar o plano Estratégico para as Rádios Comunitárias; contribuir para a promoção de boas práticas e conscientização para a necessidade de respeitar direitos e promover a cidadania e, por fim, a realização da Assembleia Geral da RENARC na qual: foi analisado e aprovado o anteprojeto lei para regulamentar o trabalho das rádios e televisões comunitárias, o qual foi apresentado à SGCS.	Desencadear novos mecanismos que permitam prevenir e combater a prática da violência através de ações coordenadas com outras instituições estatais e a sociedade civil, garantindo uma justiça eficaz e atempada.

Participantes

👤👤👤👤👤 51

*de 26 Rádios Comunitárias e as 4 televisões comunitárias

👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤 150

5. Recursos

Plataforma das Organizações da Sociedade Civil e Media
Centro de Recursos do UE-PAANE

Como atividade transversal para os dois grupos-alvo (incluindo OCSC), foi criado o site das organizações da sociedade civil e disponibilizado o Centro de Recursos do UE-PAANE.

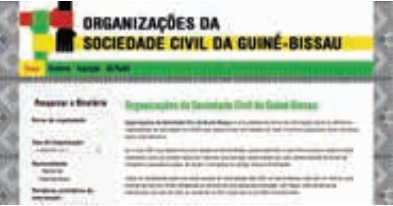
Site das Organizações da Sociedade Civil O site das OSC e dos Media foi concebido enquanto uma plataforma de partilha de informação, conhecimento e divulgação do trabalho das organizações e órgãos, de modo a facilitar o estabeleci-

mento de parcerias dentro e fora do país. O site está desenhado para ser alimentado pelas próprias organizações ou media guineenses, de quem depende a inscrição.

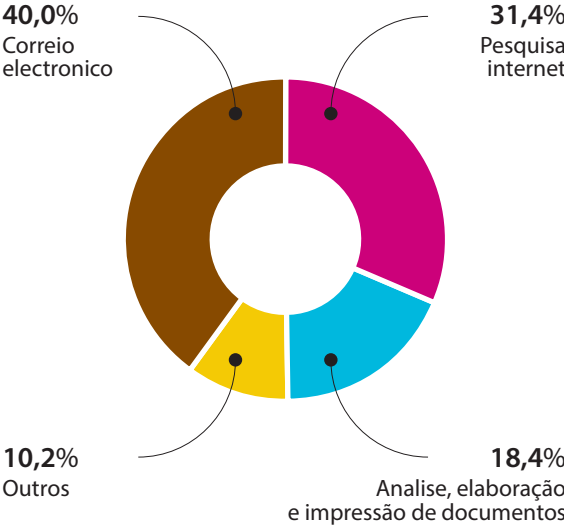
Centro de recursos Nas instalações do UE-PAANE, foi criado um espaço que se designou “Centro de Recursos”, disponível para utilização pelos técnicos das OSC e OCSC. Desde o seu lançamento, no mês de junho de 2013, 40 organizações da Sociedade Civil inscreveram-se para a utili-

zação dos equipamentos e recursos disponíveis no centro, num total de 856 visitas ao Centro de Recursos do UE-PAANE.

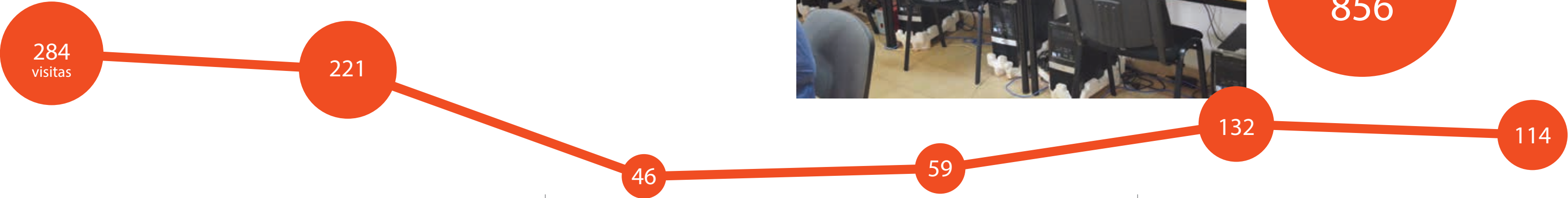
Destaca-se a possibilidade de utilização de computadores, com internet, fotocopiadora e scâner, um espaço com mesas de trabalho e a possibilidade de requisição de sala para reuniões, formação ou mostra de filmes e a existência de uma biblioteca com livros, revistas e DVDs sobre temáticas relacionadas com o Desenvolvimento.



<http://www.sociedadecivilgb.org/>



Total de visitas
856



Dez. 2014

Mar. 2016

Eixo II

Financiamento de Iniciativas

O segundo Eixo do UE-PAANE-Financiamento de iniciativas respondia diretamente ao 3º Resultado do Programa e está intimamente interligado com as ações de capacitação desenvolvidas ao longo do primeiro Eixo.

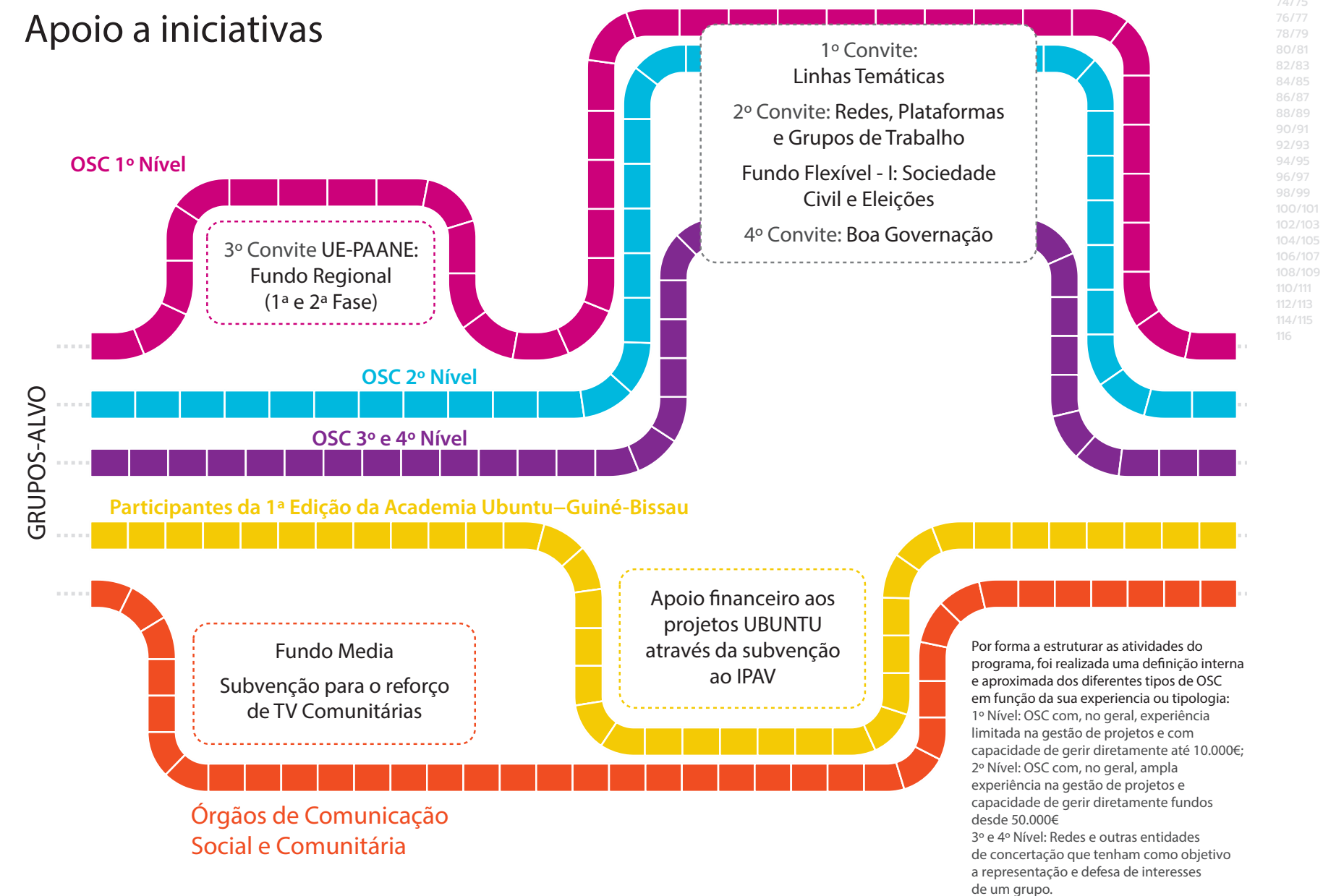
Assim, a componente de apoio a iniciativas visou consolidar as capacidades operacionais dos atores da sociedade civil e media através da implementação de microprojectos nos domínios socioeconómico e de informação. Para que tal fosse possível, a UGP dispunha

de uma equipa especificamente dedicada às subvenções, (composta por 2 técnicos de seguimento e uma gestora de subvenções) e um perito media, que geriram a atribuição dos fundos e acompanharam e apoiaram as OSC e OCSC beneficiários dos apoios ao longo de todo o processo (desde a elaboração das propostas até a justificação dos fundos recebidos), numa ótica do reforço de capacidades através da prática, respeitando as regras de atribuição e gestão de fundos da União Europeia.

Os grupos-alvo do apoio de iniciativas foram os seguintes:

- As Organizações da Sociedade Civil Bissau-guineense (OSC), às quais foram dirigidos os 5 convites à apresentação de propostas e o Fundo Flexível I: Sociedade Civil e Eleições.
- Os Órgãos de Comunicação Social e Órgãos de Comunicação Comunitária (OCSC), aos quais foi dirigido o Fundo Media e o contrato de subvenção para o reforço das televisões comunitárias.
- Os participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu-Guiné-Bissau através do contrato de subvenção assinado com o IPAV para o apoio financeiro de projetos de empreendedorismo social.

Apoio a iniciativas



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Resumo dos convites lançados e contratos atribuídos



Ao longo de todo o Programa, lançaram-se um total de 5 convites à apresentação de propostas e 2 fundos específicos e realizaram-se 2 atribuições diretas, tendo sido atribuído um montante total de 2.339.798 Euros (1.534.806.697 XOF) através de 59 contratos de subvenção e 19 contratos de prestação de serviços para o apoio de iniciativas de 38 OSC, 23 de OCSC e 9 equipas de participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu-Guiné-Bissau.

Os convites e fundos caracterizavam-se por terem um desenho específico para a atribuição e acompanhamento, adaptado ao público-alvo ao qual estavam dirigidos:

Processo de candidatura

O processo de candidaturas aos fundos da UE no quadro do UE-PAANE realizou-se da seguinte forma:

1) Desenho e lançamento dos convites/fundo específico com a máxima difusão através de rádios, jornais, mailing list e site do UE-PAANE, ou convites individuais segundo uma lista restrita predefinida no caso dos fundos específicos.

2) Realização de sessões de esclarecimento sobre as regras do convite/fundo específico, dirigidas às OSC e OCSC interessados. O UE-PAANE realizou 36 sessões de esclarecimento com um total de 727 participantes.

3) Organização de sessões individualizadas de apoio à elaboração de candidaturas numa ótica de reforço de capacidades e garantindo o respeito pelos princípios de transparência e igualdade de tratamento de todos os requerentes.

4) Criação de um comité de avaliação para cada fase dos convites/fundos específicos, composto por 3 avaliadores com direito a voto, incluindo o pessoal da UGP e consultores externos quando preciso, para além de um representante da CAON-FED e da UE enquanto observadores, ambos sem direito a voto. Os Comités de Avaliação avaliaram um total de 362 propostas, incluí-

das aquelas objeto de atribuição direta.

5) Elaboração e assinatura dos contratos de subvenção e prestação de serviços entre a UGP e as OSC ou OCSC cujas propostas foram selecionadas.

Após a assinatura dos contratos

6) Sendo que um dos principais objetivos do UE-PAANE foi o reforço de capacidades das OSC e OCSC, os beneficiários das subvenções e contratos de prestação de serviços, contaram com ferramentas específicas de gestão técnica e financeira das ações, desenhadas pela UGP em função de cada grupo-alvo e fornecidas às entidades beneficiárias do

Montante de apoio a iniciativas

Montantes Atribuído Executado % do montante atribuído executado

1º Convite UE-PAANE: Linhas Temáticas - OSC 1º,2º,3º e 4º Nível
Linhas temáticas - 2º nível



2º Convite UE-PAANE: Redes, Plataformas e Grupos de Trabalho Temáticos
OSC 1º,2º,3º e 4º Nível



3º Convite UE-PAANE: Fundo Regional (1ª Fase)
OSC 1º Nível da bolsa de formação inicial



Fundo Flexível I UE-PAANE: Sociedade Civil e Eleições
OSC 1º,2º,3º e 4º Nível



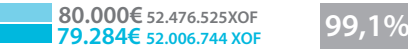
Fundo Media
Órgãos de Comunicação Social e Comunitária



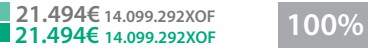
4º Convite UE-PAANE: Boa Governação
OSC 1º,2º,3º e 4º Nível



3º Convite UE-PAANE: Fundo Regional (2ª Fase)
OSC 1º Nível beneficiárias do 3º Convite



Projeto de reforço de TV Comunitárias (Atribuição Direta)
TV Comunitárias



Projetos da 1ª Ed. da Academia Ubuntu-Guiné-Bissau
IPAV para o apoio dos/as participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu (Atribuição Direta)



Período de implementação das ações apoiadas

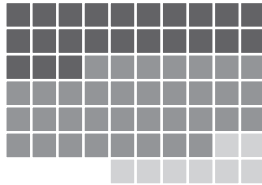


Ao longo de todo o Programa, lançaram-se um total de 5 convites à apresentação de propostas e 2 fundos específicos e realizaram-se 2 atribuições diretas

Para apoio de **78** iniciativas, foi atribuído um montante total de 2.339.798 Euros (1.534.806.697 XOF)

23 de Órgãos de Comunicação Social e Órgãos de Comunicação Comunitária

38 de Organizações da Sociedade Civil



9 equipas de participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu-Guiné-Bissau

Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Resumo das atividades de apoio às OSC e OCSC beneficiárias do apoio a iniciativas

apoio por forma a apoiar na gestão das ações e fundos.

7) O apoio e seguimento contínuo da equipa de subvenções e media, visou reforçar as capacidades das OSC e OCSC na gestão das subvenções e contratos de prestação de serviços e assegurar a conclusão com sucesso das ações financiadas. Este acompanhamento contínuo e próximo da UGP, foi realizado através de sessões individualizadas de acompanhamento, quer na sede da UGP, quer no terreno, incluindo o recurso a consultores de áreas específicas quando preciso, para além dos apoios realizados via correio eletrónico e via telefone.

8) As OSC e OCSC beneficiários do apoio a iniciativas através do UE-PAA-NE também contaram com o apoio e acompanhamento da UGP na justificação técnica e financeira dos fundos recebidos. Com este objetivo, foram realizadas reuniões na sede da UGP e missões no terreno, para além dos apoios realizados via correio eletrónico e via telefone.

9) Todas as ações financiadas no quadro do UE-PAANE, foram alvo de avaliação técnica e verificação de despesas (externas ou internas), assim como uma avaliação das capacidades operacionais das entidades implementadoras.



A equipa de subvenções e perito media do UE-PAANE estabeleceram uma relação de grande proximidade com as OSC e OCSC beneficiários dos apoios, através de um acompanhamento individualizado e contínuo com instrumentos e mecanismos desenhados especificamente para cada grupo-alvo, que permitiu o efetivo reforço de capacidades das OSC e OCSC na gestão dos fundos, assegurando igualmente a conclusão e justificação com sucesso de todas as ações financiadas no quadro do programa.

Este apoio concretizou-se em

- 461 Encontros de seguimento das ações financiadas;

- 146 Missões de seguimento no terreno das ações financiadas;
- 237 Encontros para apoio na conclusão das ações financiadas;
- 19 Missões de apoio na conclusão das ações financiadas;
- para além dos apoios via correio-eletrónico e telefone.

Nestes encontros, foram revistas periodicamente as ferramentas de gestão (técnica e financeira) que foram fornecidas pela UGP a cada organização na assinatura do contrato e que eram atualizadas periodicamente pelas organizações beneficiárias. Isto permitiu, para além de reforçar as capacidades das or-

ganizações, fazer um seguimento contínuo e aprofundado das ações financiadas, identificar atempadamente os constrangimentos e encontrar soluções para os mesmos.

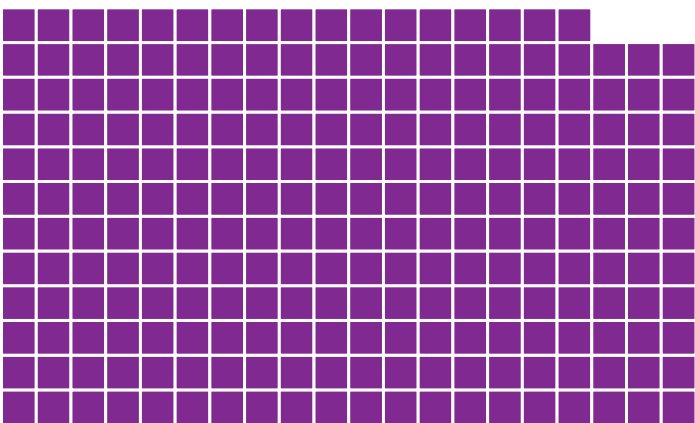
Paralelamente, a UGP criou um **Gabinete de apoio à inscrição e atualização do registo PADOR**, através do qual a equipa de subvenções apoiou um total de 41 OSC e 8 Autoridades Locais na inscrição ou atualização dos dados no PADOR, através de 60 sessões realizadas para o efeito.

Na próxima secção irá analisar-se cada convite, fundo específico e atribuição direta separadamente.

Resumo dos encontros e missões de seguimento e apoio

237

Encontros de apoio na conclusão das ações financiadas na sede do UE-PAANE



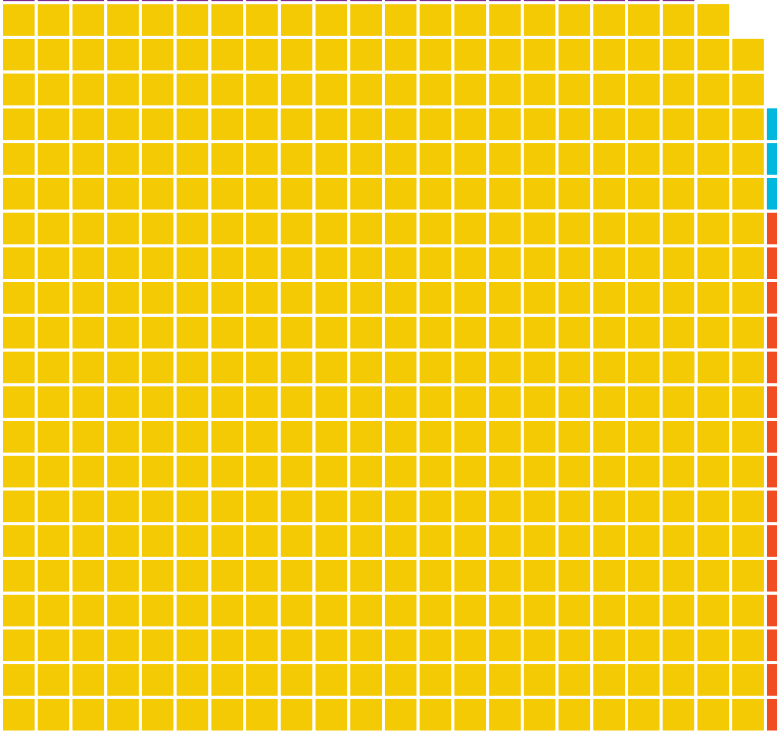
19

Missões no terreno de apoio na conclusão das ações financiadas



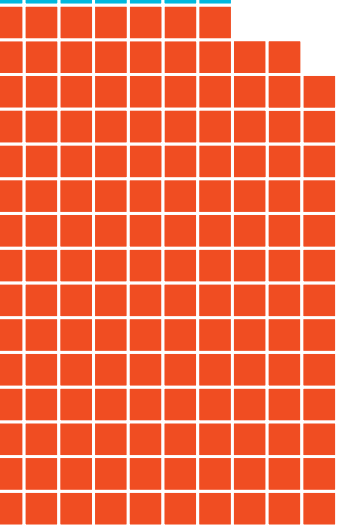
461

Encontros de seguimento das ações financiadas na sede do UE-PAANE



146

Missões no terreno de seguimento das ações financiadas

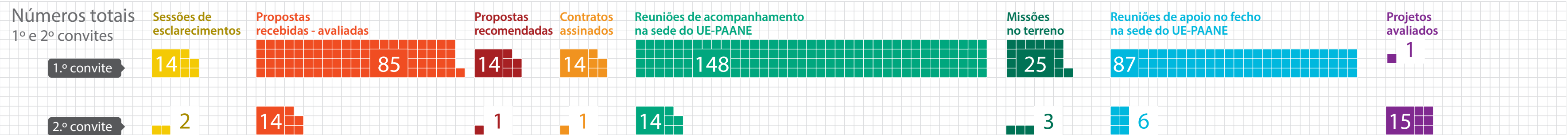
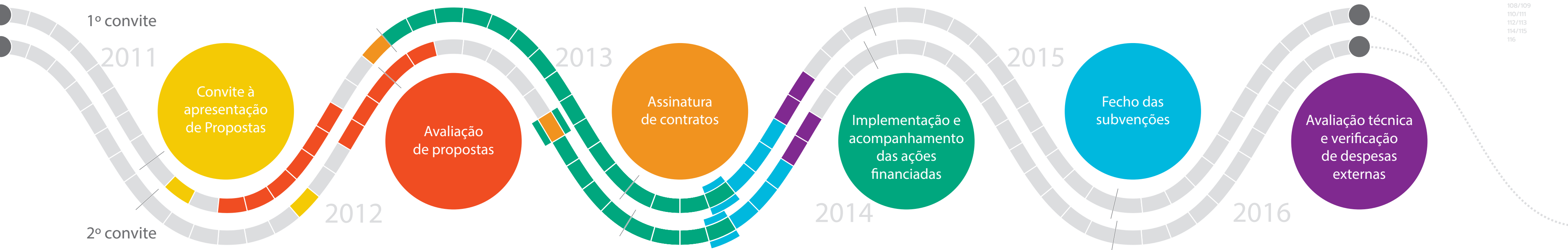


Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

1º Convite UE-PAANE: Linhas Temáticas

2º Convite UE-PAANE: Redes, Plataformas e Grupos de Trabalho Temáticos

OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
RA – Rede Ajuda – Cooperação e Desenvolvimento	Quinara	99.978€	(65.581.268 XOF) 100%
ADIC NAFAIA	Gabú	82.516€	(54.126.948 XOF) 100%
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos	Nacional	99.487€	(65.259.194 XOF) 100%
ONG Nimba	Tombali	100.000€	(65.595.700 XOF) 100%
NADEL – Associação nacional para o Desenvolvimento Local Urbano	Oio	100.000€	(65.595.700 XOF) 98%
FED – Fundação Educação e Desenvolvimento	Oio	100.000€	(65.595.700 XOF) 100%
ADIM – Associação de Desenvolvimento Integrado das Mulheres	Bolama/Bijagós	90.000€	(59.036.130 XOF) 90%
COAJQ – Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros de Canchungo	Cachungo	99.832€	(65.485.251 XOF) 100%
EDEC – Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária (Edec)	Tombali	89.209€	(58.517.087 XOF) 100%
Cet – Associação Céu e Terras	Sector Autónomo de Bissau	100.000€	(65.595.700 XOF) 100%
AJPCT – Associação dos Jovens para a Promoção da Paz e a Cooperação Transfronteiriça	Bafatá	100.000€	(65.595.700 XOF) 100%
Voz di Paz	Nacional	99.854€	(65.499.930 XOF) 100%
ENEAPROMA – Estrutura Nacional da Educação Agrícola e de Proteção do Meio Ambiente	Quinara	89.444€	(58.671.418 XOF) 100%
AGRICE – Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos	Nacional/SAB	87.718€	(57.539.236 XOF) 100%
Gaeca-Palmeirinha	Bolama-Bijagós e SAB	44.557€	(29.227.476 XOF) 100%



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

1º Convite UE-PAANE: Linhas Temáticas

2º Convite UE-PAANE: Redes, Plataformas e Grupos de Trabalho Temáticos

Grupos-alvo e objetivos

O 1º e 2º Convite do UE-PAANE estavam abertos às OSC de 1º, 2º, 3º e 4º Nível. O 1º convite teve como objetivo financiar iniciativas das OSC em qualquer das 10 áreas temáticas identificadas (Segurança Alimentar, Educação/Formação Profissional, Água e Saneamento, Atividades Geradoras de Rendimento, Saúde, Meio Ambiente, Descentralização e Autarquias, Direitos Humanos, Cultura e Género) de forma a contribuir para o reforço das suas capacidades através do apoio na experiência prática de implementação das suas próprias iniciativas. O 2º Convite teve como objetivo reforçar as capacidades das redes, plataformas e grupos de trabalho e apoiar as suas atividades.

Propostas recebidas e selecionadas

No quadro do 1º Convite foram recebidas e avaliadas 85 propostas das quais foram selecionadas 14 nas áreas temáticas de Segurança Alimentar (2), Educação (1), Água e Saneamento (1), Atividades Geradoras de Rendimento (4), Saúde (1),

Meio Ambiente (1), Descentralização e Autarquias (2) e Direitos Humanos (2). Estes 14 projetos com uma duração inicial estimada de 1 ano e uma duração final de 15 meses, foram iniciativas promovidas e implementadas por 14 OSC, abrangendo todas as regiões do país, através de 14 contratos de subvenção com um montante máximo de 100.000€, assinados em Dezembro de 2012.

No quadro do 2º convite, foram recebidas e avaliadas 14 propostas das quais foi selecionada para atribuição 1 proposta no sector do médio ambiente, nomeadamente gestão do lixo e reciclagem, que foi implementada ao longo de um período de 8 meses por uma OSC através de um contrato de subvenção assinado em Agosto de 2013.

Verificação de despesas e avaliação da gestão financeira dos projetos

Também foi realizada por uma equipa de consultoria externa uma verificação das despesas e avaliação da gestão financeira dos 15 projetos, cujas principais



conclusões foram: i) o nível de cumprimento dos requisitos estabelecidos é bastante elevado, facto que está diretamente relacionado com apoio prestado pela UGP e ii) os apoios prestados revelaram-se úteis e contribuíram sobremaneira para o reforço da capacidade de gestão das organizações.

Acompanhamento e fecho

As OSC beneficiárias dos contratos de subvenção assinados no quadro do 1º e 2º convite do UE-PAANE, contaram com o acompanhamento e apoio da equipa de subvenções do programa, ao longo da implementação dos projetos. Após a conclusão das ações, as organizações também contaram com o apoio da UGP para a justificação técnica e financeira dos fundos recebidos, o que permitiu justificar o 100% dos fundos executados.

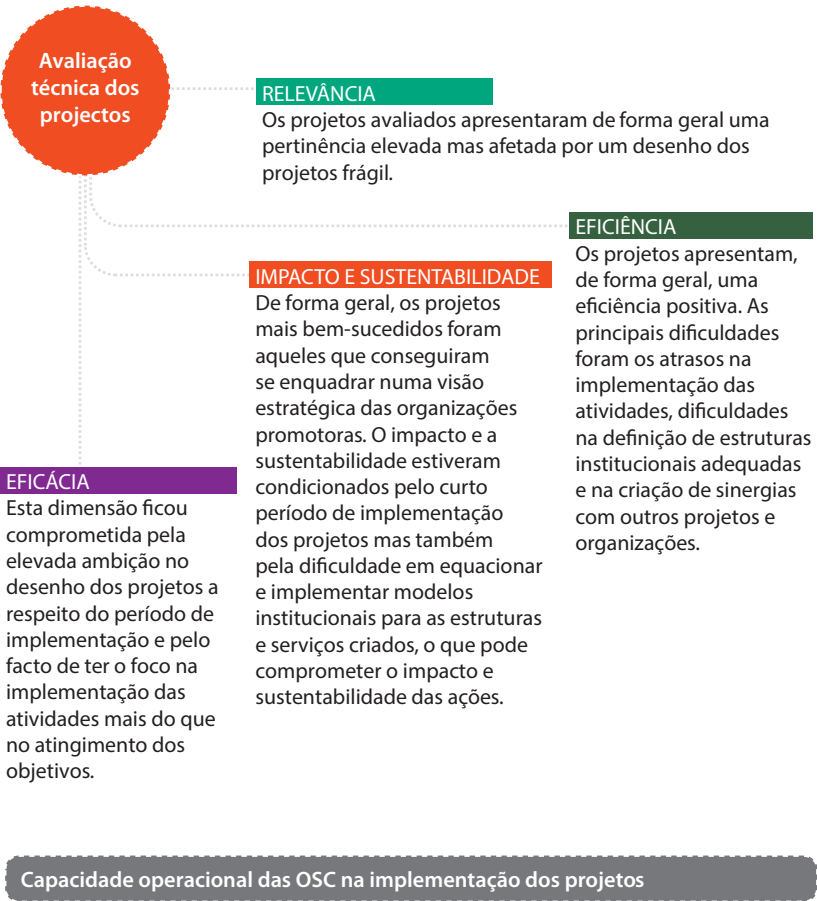
Avaliação técnica

Os projetos financiados no quadro do 1º e 2º convite foram alvo de uma avaliação externa realizada por uma equipa de consultoria

contratada para: i) Realizar uma avaliação técnica dos 15 projetos financiados no quadro do 1º e 2º Convite do UE-PAANE, que permitisse às organizações cujos projetos foram avaliados adquirir conhecimentos quer do processo de avaliação quer dos critérios avaliados, e ii) Realizar a avaliação das capacidades operacionais das organizações implementadoras dos projetos e a sua evolução durante a implementação de cada um dos projetos, incluindo recomendações em termos de reforço de capacidades operacionais das organizações.

O processo de avaliação analisou ainda o sistema de seguimento dos projetos por parte da UGP concluindo que este foi essencialmente dedicado ao seguimento financeiro e de procedimentos, e recomendando um maior foco no futuro no acompanhamento técnico desde o momento da concepção do projeto até à sua monitoria e preparação da avaliação.

Aqui são detalhadas as conclusões principais dos critérios avaliados.



Verificação de despesas e avaliação da gestão financeira dos projetos

Também foi realizada por uma equipa de consultoria externa uma verificação das despesas e avaliação da gestão financeira dos 15 projetos, cujas principais conclusões foram: i) o nível de cum-

primento dos requisitos estabelecidos é bastante elevado, facto que está diretamente relacionado com apoio prestado pela UGP e ii) os apoios prestados revelaram-se úteis e contribuíram sobremaneira para o reforço da capacidade de gestão das organizações.

Testemunhos Balanço da participação no Programa



*O programa UE-PAANE vai fazer muita falta.
As organizações da Guiné-Bissau não têm
capacidade para aceder a fundos da União Europeia
(tendo em conta o cofinanciamento requerido),
razão pela qual a maior parte dos fundos são
atribuídos a organizações internacionais*

Palmeirinha

A ONG Palmeirinha trabalha na Guiné-Bissau desde 1992 na área do ambiente através da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). No início, faziam sessões de sensibilização em ambiente escolar, ações de sensibilização para jornalistas, e elaboravam manuais didáticos, nas regiões de Cacheu, Tombali, Bolama e Bijagós. Entre 1999 e 2003 concentraram as suas ações nas áreas protegidas do país.

No quadro do UE-PAANE, obtiveram em 2013 o primeiro apoio financeiro através do 2º Convite programa, para a implementação de um projeto na área da sensibilização e educação escolar sobre gestão do lixo, no quadro do qual foram promovidas oficinas de reciclagem nas escolas e adquiridos equipamentos para tal, que ainda são usados. A ONG Palmeirinha, que não conhecia a metodologia para o acesso a fundos da UE, recebeu apoio técnico para a elaboração da proposta do projeto. Assim, após a seleção da proposta fizeram uma revisão conjunta com a UGP do orçamento e atividades do projeto antes da assinatura do contrato de subvenção.

A ONG Palmeirinha também participou em várias formações promovidas pelo programa, como a formação em gestão de Recursos Humanos, e participou ativamente nos djumbais realizados.

Em 2015 conseguiram um novo financiamento no quadro do programa UE-PAANE, desta através do 4º Convite, para a implementação de um projeto no sector de recursos mineiros, que incluía ações de sensibilização comunitária e informação sobre a exploração de recursos em diversas regiões e o potencial impacto sobre a população.

Neste momento continuam envolvidos na área do ambiente e recursos naturais e contam com 5 membros efetivos. A ONG Palmeirinha, já fora do âmbito do UE-PAANE, obteve um financiamento para trabalhar

na dinamização de 22 rádios comunitárias para a prevenção do vírus zika, ébola, etc. e estão a trabalhar numa proposta na área de gestão do lixo em Buba.

Aspetos positivos

Para a organização, a capacitação interna em projetos financiados pela UE foi importante, sendo que nunca tinha acedido aos fundos da UE dada a sua complexidade e as exigências de cofinanciamento o que produz que a maior parte dos fundos sejam atribuídos a organizações internacionais. Após a conclusão das ações financiadas no quadro do UE-PAANE, continuam a registar indicadores das atividades e utilizar os instrumentos fornecidos pela UGP. Os projetos permitiram-lhes adquirir vários equipamentos (equipamento de som e gerador, por exemplo) e uma viatura para a deslocação às comunidades nas regiões para a realização de ações de sensibilização através de cine-djumbais para reflexão. Os projetos também permitiram reforçar a equipa de animadores com formação específica na área de recursos mineiros e criar um comité de concertação nas comunidades. O projeto financiado no quadro do 4º convite foi igualmente importante para a boa governação interna da ONG, sendo que tiveram apoio para rever os estatutos e realizar uma nova assembleia geral que permitiu eleger novos órgãos sociais. Foi também possível a criação de um site da organização.

Dificuldades

O último projeto financiado no quadro do UE-PAANE, teve uma duração de apenas 6 meses, que começaram na época das chuvas, facto que obrigou a reduzir atividades e limitou o tempo da implementação das mesmas.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Os projetos deveriam ser um período de implementação maior, por exemplo de 3 anos, por forma a garantir funcionamento e a sustentabilidade.

*A participação nos
djumbais promovidos
pelo Programa UE-
PAANE também foi
positiva enquanto debate
e reflexão. Mas é preciso
depois passar à prática*



AGRICE

A Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE), é uma organização sem fins lucrativos que, desde 1996, promove a inclusão social das pessoas com deficiência visual, em todas as esferas da sociedade guineense. Através do 1º Convite do programa UE-PAANE, AGRICE conseguiu um financiamento para o projeto “Melhores Serviços, Mais direitos” onde foi possível a capacitação dos quadros administrativos, ativistas e dirigentes de associações representativas de cidadãos/ás com deficiência, reciclagem de conhecimentos, elaboração de um plano estratégico da AGRICE e a produção e difusão de programas radiofónicos, conseguindo resultados muito positivos. Assim, AGRICE aposta no trabalho de educação e advocacia para a criação de escolas de surdos/mudos, tendo apostado também, no quadro do projeto, na estruturação e estratégia da sua própria organização.

Aspetos positivos

O projeto financiado através do UE-PAANE permitiu a formação de professores e membros da direção das escolas para saber como lidar com a educação de pessoas com deficiência. Assim mesmo, permitiu criar uma sala de recursos educativos. Como exemplo dos efeitos multiplicadores, a visita da Ministra de Educação às escolas fez com que no Ministério também colocasse rampas no seu edifício.

Por outro lado, permitiu mudanças estruturais internas na organização. Assim, AGRICE tem um novo Plano Estratégico, aprovado na Assembleia Geral em Setembro de 2015.

AGRICE ajudou a criar as Associações de deficientes de Gabú, Bafatá, Biombo, etc., tendo daí surgido a Confederação das Associações de Deficientes da Guiné-Bissau. Segundo referido pelo representante de AGRICE: “Conseguimos a nossa organização e somos fundadores de associações de deficientes do país”.

Atualmente, já conseguiram como requerentes um financiamento da UE para a implementação de um novo projeto de educação inclusiva nas escolas ao nível nacional (“Advocare”), em parceria com a ACAPO.

Dificuldades

A instabilidade política e a politização da sociedade civil. Sublinharam que o Ministério de Educação não tem gabinete de educação inclusiva e existe demasiada rotação política, que tem como consequência que estejam sempre a trabalhar com pessoas diferentes. Ao nível legal existe uma lei para as pessoas vulneráveis mas não existe nada específico para os invisuais e surdos. AGRICE propôs um projeto-lei para Assembleia, tendo em vista a educação inclusiva, mas que ainda não avançou.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

AGRICE refere a necessidade de facilitar o reforço da sensibilização inclusiva.

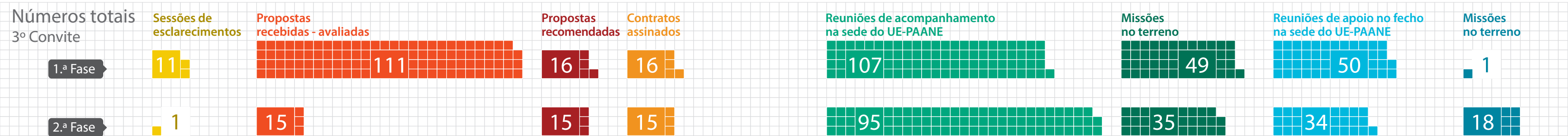
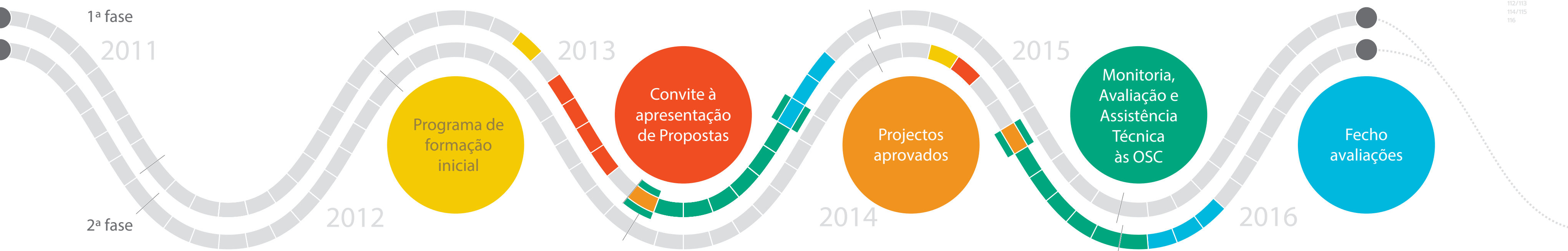
ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
ONG Palmeirinha
Nome/cargo
Nicolau Mendes / Diretor Executivo

ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
ONG AGRICE
Nome/cargo
Manuel Lopes Rodrigues / Presidente

Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

3º Convite UE-PAANE: Fundo regional (1ª e 2ª Fase)

OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
ADIB – Associação para o Desenvolvimento Integrado das Ilhas Bijagós	Bolama-Bijagós	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AFITA – Associação para Edificação das Tabancas	Tombali	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AGUIPRODES – Associação Guineense para Promoção do Desenvolvimento	Tombali	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AJAD – Associação Juvenil para Ação e Desenvolvimento do Sector de Nhacra	Oio	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AJUFAEL – Associação Juvenil Dos Filhos e Amigos de Elia	Cacheu	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AMLDNB – Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento Nafaia de Buruntuma	Gabú	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AMPN – Associação de mulheres de Ponte Nova	Bafatá	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
AMPROSAL – Associação das Mulheres Produtoras do Sal	Quinara	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
ASPAG – Associação Guineense de Saneamento Básico e Proteção Ambiental da Região de Gabú	Gabú	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
COCEDECAS – Cooperativa, Centro de Desenvolvimento dos Camponeses do Sul	Tombali	10.000€	(6.559.570 XOF) 97%
DDCC – Djemberem di Cumpu Combersa	Gabú	15.333€	(10.058.005 XOF) 98%
MERS BODJAR – Associação Rural para o Desenvolvimento das Atividades Sócio Económicas na Região de Biombo	Biombo	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
OPRO – Organização dos Produtores da Região de Oio	Oio	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
PROAGRI-GB – Promoção Para o Desenvolvimento Agrária na Guiné-Bissau	Bafatá	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
PROCOLÂMCA – Projeto Cooperativa Lampada de Campo	Cacheu	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%
UDEC – União para o Desenvolvimento Comunitária	Quinara	15.333€	(10.058.005 XOF) 100%



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

3º Convite UE-PAANE: Fundo regional (1ª e 2ª Fase)

Grupos-alvo e objetivos O 3º Convite foi dirigido a OSC do 1º nível com experiência limitada na gestão de projetos, que participaram no programa de formação inicial (ver Eixo I para mais informações), do qual beneficiaram-se 136 OSC de todas as regiões do país.

Propostas recebidas e selecionadas No quadro deste convite foram recebidas e avaliadas 111 propostas. Tendo em conta a limitada experiência das OSC requerentes na elaboração de propostas, todas as OSC interessadas (108 das 136) contaram com o apoio individualizado na elaboração da sua proposta. Das propostas avaliadas foram selecionadas 16, nas áreas de Água e Saneamento (1), Segurança alimentar e Desenvolvimento Rural (8), Cidadania e Direitos Humanos (1), Educação e Formação (2), Ambiente (1), Mediação de conflitos (1), Economia e atividades geradoras de rendimento (1) e Comercialização de produtos (1). Estes 16 projetos com uma duração de 7 meses, foram financiados através de 16 contratos de subvenção, com um montante máximo de 10.000€, assinados em Janeiro de 2014.

Acompanhamento e fecho As OSC beneficiárias dos contratos de subven-

ção assinados no quadro do 3º convite do UE-PAANE, contaram com o acompanhamento e apoio da equipa de subvenções do programa ao longo da implementação dos projetos, nomeadamente de um técnico de seguimento dedicado exclusivamente ao acompanhamento destas 16 OSC. Para além dos apoios na gestão de subvenções, no quadro das missões de seguimento no terreno foram realizadas assistências técnicas às OSC em função das necessidades identificadas e através da contratação de consultores externos quando preciso. Nomeadamente, foram realizadas assistências técnicas em matéria de: gestão organizacional, horticultura, higiene em transformação e conservação de produtos, gestão de resíduos sólidos e medições e mapeamentos.

Com o objetivo de atingir os objetivos preconizados para o apoio às OSC na implementação e justificação dos seus projetos, foram desenvolvidas pela UGP ferramentas de monitoria e avaliação específicas e adaptadas às capacidades destas OSC, na medida em que a maioria delas não possuía experiência na gestão de subvenções, como também nenhuma ferramenta de controlo administrativa, financeira e operacional, e em consequência precisavam de um for-



Avaliação técnica da 1ª Fase

RELEVÂNCIA

Os projetos adequavam-se às necessidades e prioridades dos beneficiários.

EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

As atividades foram executadas de forma eficaz e eficiente dentro do prazo e em conformidade com o escopo definido o que permitiu atingir satisfatoriamente os resultados preconizados.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

No geral os projetos são sustentáveis e têm uma elevada probabilidade de impacto mas precisam de ações complementares para garantir a sua consolidação.

Capacidade operacional das OSC na implementação dos projetos

► Ao nível do reforço de capacidades, tendo em conta a falta de experiência prévia na gestão de subvenções das OSC beneficiárias do 3º concurso, o nível inicial das OSC ao início dos projetos e os resultados obtidos após a implementação dos mesmos, foi concluído que foram

feitos grandes avanços no reforço de capacidades operacionais das OSC para a execução de microprojectos nos domínios socioeconómicos mas que se revelaram insuficientes e que seria necessário mais tempo para completar o processo de reforço e consolidar estas capacidades.

Tendo em conta estas conclusões da primeira fase do 3º Convite, foi financiada uma segunda fase de 15 dos 16 projetos através do 3º Convite (2ª Fase) com o objetivo de permitir: i) a implementação das atividades necessárias para consolidar os resultados dos projetos desenvolvidos na 1ª fase e garantir a sua sustentabilidade e ii) completar o processo de reforço e consolidar as capacidades das OSC. Esta segunda fase foi realizada através de 15 contratos de subvenção de até 5.000 €, assinados em Julho de 2015, que permitiu às OSC implementar a segunda fase dos projetos com uma duração de 6 meses e uma metodologia de acompanhamento da UGP similar à estratégia da 1ª Fase, mas com mudanças que visaram contribuir à autonomização das OSC.

Avaliação técnica da 2ª Fase A avaliação técnica dos projetos financiados no quadro do 3º Convite (2ª Fase) reali-

zada pela UGP permitiu concluir que: Todas as atividades implementadas, contribuíram de forma direta para consolidar os resultados dos 15 projetos financiados no quadro da 1ª fase do 3º Convite; As atividades implementadas permitiram reforçar e garantir a sustentabilidade da maioria dos projetos, nomeadamente aqueles projetos que continuaram após a conclusão da primeira fase, e portanto mostraram-se sustentáveis antes da implementação da 2ª fase (11 de 15 projetos). A implementação da 2ª Fase dos projetos permitiu consolidar as capacidades das OSC (ver gráfico em baixo).

Verificação de despesas A verificação realizada pela UGP de todas as despesas realizadas no quadro na 1ª e 2ª Fase do 3º Convite, permitiu certificar que 100% dos fundos executados foram justificados segundo as regras contratualizadas.

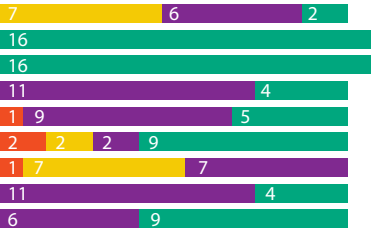
Fraco Razoável Bom Muito Bom

Antes do 3º Convite (1ª Fase)

Depois do 3º Convite (1ª Fase)

Depois do 3º Convite (2ª Fase)

Elaboração de Projectos
Gestão Bancária
Aquisições e Logística
Planeamento
Controlo de Actividades
Controlo Financeiro
Elaboração de Relatórios
Documentação administrativa
Registos



Testemunhos Balanço da participação no Programa

A nossa grande preocupação era o fim do UE-PAANE. Não conseguimos o financiamento da UE diretamente. O surgimento do UE-PAANE fez com que produzíssemos melhores resultados nas nossas localidades



ENTREVISTA presencial

Entidade/Beneficiário

ONG AJAD

Nome/cargo

Mamadou Serifo Djaló (Coordenador de projectos e ex-presidente)

AJAD

A AJAD é uma associação de desenvolvimento local criada em 2005 e que conta com 103 associados e 80 membros. A sua criação advém de um movimento de jovens de Nhacra, um dos 5 sectores da região de Oio, preocupado com os problemas da região como o abuso das autoridades e ausência de serviços como a educação. A AJAD é membro da rede de Associações Juvenis da Guiné-Bissau e do Fórum Nacional da Juventude e População (FNJP) da Guiné-Bissau.

Ouviram na rádio Sol Mansi o anúncio sobre as inscrições na bolsa do Programa de Formação Inicial do programa UE-PAANE, para o qual se candidataram, tendo sido 1 das 2 associações da região de Oio selecionadas para integrar a bolsa, através da qual beneficiaram de 4 módulos de formação.

Após o programa de formação inicial, a associação AJAD foi beneficiária de uma subvenção no quadro do 3º Convite (1ª Fase), e de uma subvenção no quadro do 3º Convite (2ª Fase), para a implementação de duas fases de um projeto na área da Cidadania e Direitos Humanos em Nhacra. Na primeira fase foi criado um Comité de Direitos Humanos, com o objetivo de identificar casos de violação de Direitos Humanos nas comunidades: para tal foram formados ativistas para ações de sensibilização. Por outro lado, foi incluída uma componente de apoio financeiro para a conclusão da construção da sede da organização e equipamentos informáticos para o seu funcionamento.

Na segunda fase, os ativistas foram capacitados em termos de intervenção e denúncia de casos e foram realizadas atividades de monitoria e encaminhamento de novos casos para a polícia. Os principais casos detetados foram relativos ao casamento forçado, violência doméstica e infanticídio de crianças com deficiências e, ao nível público, relacionados com posse da terra e abusos por parte das autoridades. No início das ações realizaram reuniões de advocacia junto dos responsáveis dos sectores, tendo sido assinado um memorando de entendimento com o compromisso de engajamento que foi cumprido. Neste momento, há casos detetados que já estão em tribunal.



O modo de funcionamento da equipa do UE-PAANE é interessante: dá mais dinâmica ao seguimento dos projetos



A associação AJAD também participou como parceiro num projeto liderado pela LGDH e financiado no quadro do 4º Convite do UE-PAANE, visando a monitoria dos processos nos tribunais em Bissau.

Aspetos positivos

Os projetos terminaram mas continuam a trabalhar no seguimento de casos. O Comité criado continua a contactá-los para enviar novos casos detetados. Por outro lado, através dos projetos conseguiram finalizar a construção e equipamento da sede da Associação: “Agora não temos dificuldades, quando precisamos podemos trabalhar e imprimir documentos”. Também as iniciativas dos djumbais foram muito positivas,

cujas conclusões foram sempre restituídas aos elementos da associação.

Dificuldades

A associação necessita de novos financiamentos para as suas atividades, que atualmente são realizadas através do esforço de todos os jovens e as quotas dos sócios.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

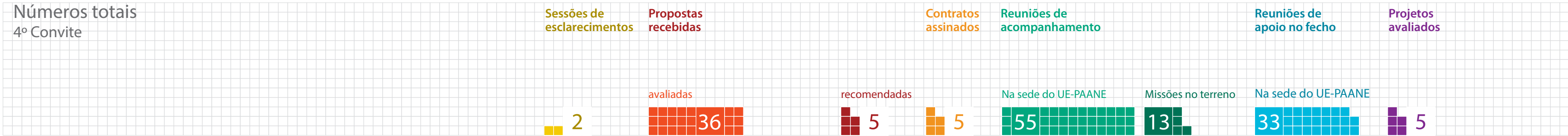
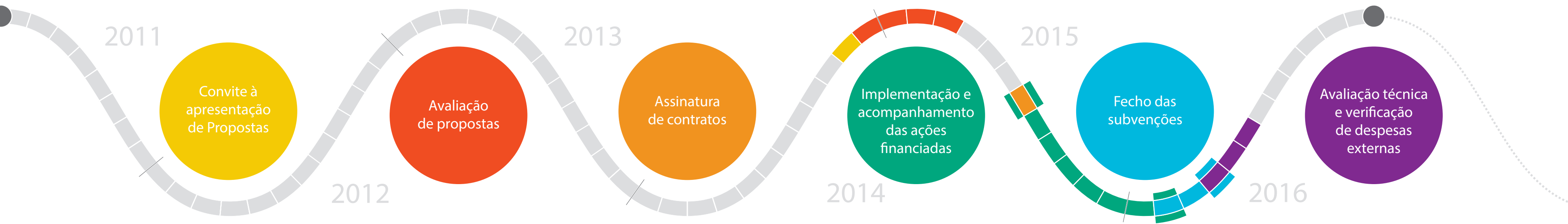
Seria importante aumentar o número de OSC a participar no programa assim como o montante de financiamento.



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

4º Convite UE-PAANE: Boa Governação

OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
ADIC NAFAIA	Região de Gabú	82.021€	(53.802.100 XOF) 100%
Gaeca-Palmeirinha	Cacheu, Região de Oio, Região de Bolama/Bijagós, Região de Gabú	86.114€	(56.487.148 XOF) 100%
Voz di Paz	Nacional	67.504€	(44.279.799 XOF) 99%
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos	Sector Autónomo de Bissau	82.431€	(54.071.191 XOF) 100%
OdM – Ordem dos Médicos da Guiné-Bissau	Nacional	99.882€	(65.518.205 XOF) 100%



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

4º Convite UE-PAANE: Boa Governação

Grupos-alvo e objetivos O 4º Convite à apresentação de propostas do programa destinou-se às OSC do 1º, 2º, 3º e 4º nível, em parceria com, no mínimo, duas OSC. O objetivo deste convite foi contribuir para a consolidação da Boa Governação através de dois objetivos específicos definidos no quadro do djumbai de Boa Governação: i) reforçar a boa governação interna das OSC da Guiné-Bissau e as suas capacidades de influência política, e ii) apoiar iniciativas de Boa Governação em matéria de elaboração, monitoria e avaliação de legislação e políticas públicas por parte da Sociedade Civil.

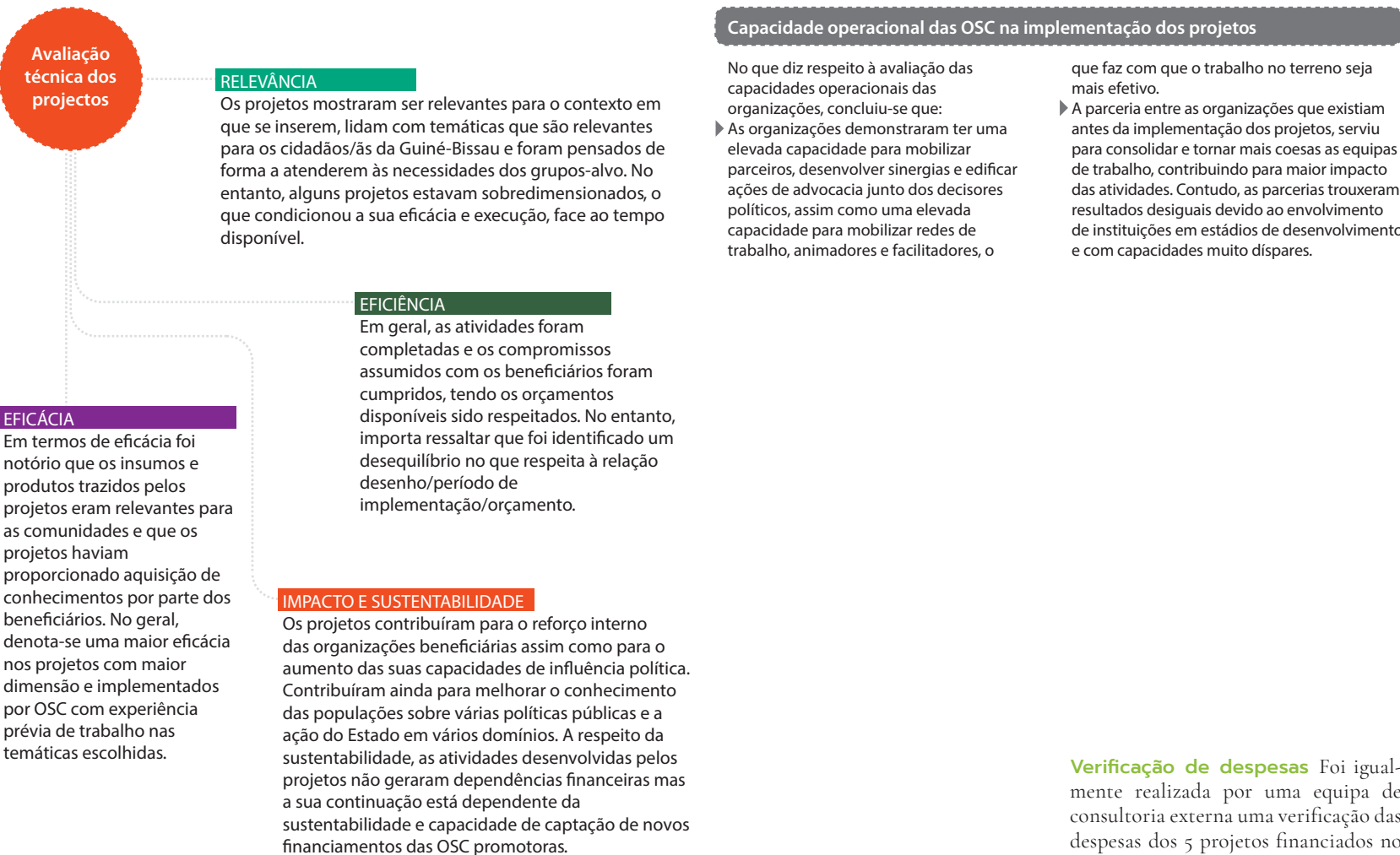
Propostas recebidas e selecionadas No quadro do 4º Convite foram recebidas 36 propostas das quais foram selecionadas 5 que tinham como objetivos: contribuir para a melhoria da capacidade de intervenção das OSC na implementação

e monitorização das políticas agrárias na região de Gabú; contribuir para o reforço da capacidade dos atores da sociedade civil sobre boa governação dos recursos naturais e biodiversidade; contribuir para criar as condições favoráveis à participação ativa dos cidadãos numa descentralização sem conflito; aproximar os cidadãos da administração da justiça através de ações das OSC que visam divulgar as decisões judiciais, analisá-las criticamente e monitorizar a implementação dos processos penal e civil e reforçar a capacidade institucional das organizações socioprofissionais dos quadros e técnicos ligados à área de Saúde da Guiné-Bissau. Estes 5 projetos, com uma duração de 6 meses, foram iniciativas promovidas e implementadas por 5 OSC junto dos seus parceiros, através de 5 contratos de subvenção com um montante máximo de 100.000€, assinados em Julho de 2015.

Acompanhamento e fecho As OSC beneficiárias dos contratos de subvenção assinados no quadro do 4º convite, contaram com o acompanhamento e apoio da equipa de subvenções do programa ao longo da implementação e fecho dos projetos. Após a conclusão das ações, as organizações também contaram com o apoio da UGP para a justificação técnica e financeira dos fundos recebidos, o que permitiu justificar o 100% dos fundos executados.

Avaliação técnica Os projetos financiados no quadro do 4º convite foram alvo de uma avaliação externa realizada por uma equipa de consultoria contratada para: i) Realizar uma avaliação técnica dos 5 projetos financiados no quadro do 4º Convite do UE-PAANE, que permitisse às organizações cujos projetos foram avaliados adquirir conhecimentos

quer do processo de avaliação quer dos critérios avaliados, e ii) Realizar a avaliação das capacidades operacionais das organizações implementadoras dos projetos, incluindo recomendações em termos de reforço de capacidades operacionais das organizações. O processo de avaliação analisou ainda o **sistema de seguimento dos projetos** (do 4º convite e das duas atribuições diretas) **por parte da UGP** e concluiu que este foi: i) claro, com regulamentos, compromissos e prazos percetíveis para o conjunto das organizações; ii) flexível e adaptado ao contexto, por ter tido em conta as necessidades individuais de cada organização; e iii) próximo e didático, sendo proposto como oportunidade de aprendizagem e melhoria dos procedimentos das organizações beneficiárias. Aqui são detalhadas as conclusões principais dos critérios avaliados.



Verificação de despesas Foi igualmente realizada por uma equipa de consultoria externa uma verificação das despesas dos 5 projetos financiados no quadro do 4º convite que concluiu que: existe um elevado nível no cumprimento dos procedimentos que norteiam as cláusulas do contrato de subvenção, as despesas verificadas foram executadas de forma exata e realista e os relatórios financeiros estão conformes e refletem de forma exata e realista as despesas efetuadas.

Testemunhos Balanço da participação no Programa

*Qualidade de
intervenção das OSC
melhorou substancialmente,
facilitado pelos debates
públicos desenvolvidos
pelo UE-PAANE*



ENTREVISTA presencial

Entidade/Beneficiário

ONG LGDH

Nome/cargo

Augusto Mario (Presidente); Yasmine Cabral (Substituir por "Coordenador do projecto financiado no quadro do 4º Convite)



LGDH

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é uma ONG de defesa, proteção dos direitos e liberdades da pessoa, criada a 12 de Agosto de 1991, com o objetivo de promover e defender os direitos fundamentais dos cidadãos cujos princípios estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos Humanos dos Povos. A sede da LGDH atualmente uma ex-prisão que foi cedida à iniciativa Casa dos Direitos de onde fazem parte a LGDH, entre outras organizações como AMIC RENLUV, ACEP e Tiniguena.

A LGDH já trabalha há alguns anos com subvenções da UE com outros parceiros como a ACEP e a Casa dos Direitos (por exemplo, o projeto do Observatório dos Direitos). No quadro do programa UE-PAANE, a LGDH beneficiou de 3 subvenções. A primeira no quadro do 1º Convite, no quadro do qual elaboraram um estudo sobre a Impunidade ao longo dos últimos 40 anos na Guiné-Bissau, o segundo no quadro do Fundo Flexível I que permitiu a realização de atividades de sensibilização e educação cívica sobre eleições, e um terceiro financiamento no quadro do 4º Convite do UE-PAANE, que permitiu implementar um projeto de promoção do acesso à Justiça através da monitorização dos serviços dos tribunais no Sector Autónomo de Bissau.



Aspetos positivos

Os projetos financiados foram um sucesso. O princípio de igualdade tem estado sempre presente no trabalho com as OSC e nos djumbais foi procurado o envolvimento de todos no processo.

“O UE-PAANE tem procurado apoiar as OSC nas várias dimensões”.

Os mecanismos da UE são complexos o que dificulta o acesso das organizações aos fundos. O processo é rigoroso, mas o UE-PAANE tem sido flexível para melhorar os aspetos mais frágeis. Por isso, o processo dura mais porque o acompanhamento da equipa permitiu que as propostas fossem revistas. A divisão dos fundos do UE-PAANE por grupo-alvo também permitiu o acesso de pequenas organizações aos fundos da UE, para além de fortalecer as suas capacidades através de programas de formação específicos.

Dificuldades?

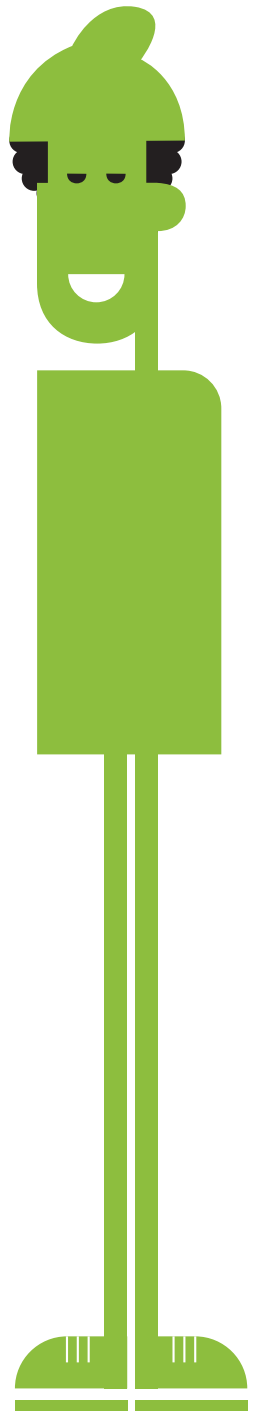
As redes na Guiné-Bissau ainda são frágeis. Os atuais movimentos da sociedade civil devem ser reestruturados, pois estão a deixar de representar a perspetiva de todas as OSC. Seria necessária uma Plataforma Nacional que agregasse os interesses de todos. Existe ainda falta de apoio institucional às OSC.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

Advocacia para a sua continuidade e alargar, se possível, a outras organizações mais pequenas. Manter o sistema da UGP de acompanhamento, diferente da UE: uma estrutura próxima das organizações e com recursos de apoio, com maior capacidade de resposta direta. No futuro, se fosse possível canalizar mais fundos da UE através da estrutura do UE-PAANE, os ANE teriam mais acesso a os fundos da UE.

Por outro lado, é importante manter-se a abordagem nacional do programa, mas ter em conta a especificidade das regiões e diferentes capacidades das organizações.

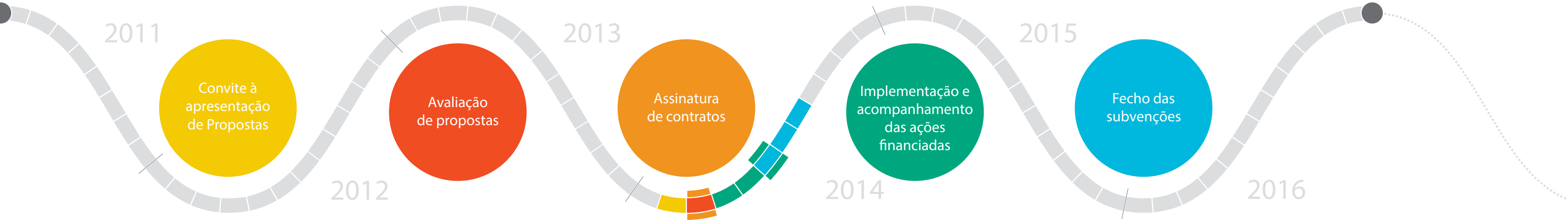
*A relação entre a
Liga e o UE-PAANE
é excelente, existe uma
confiança mútua*



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

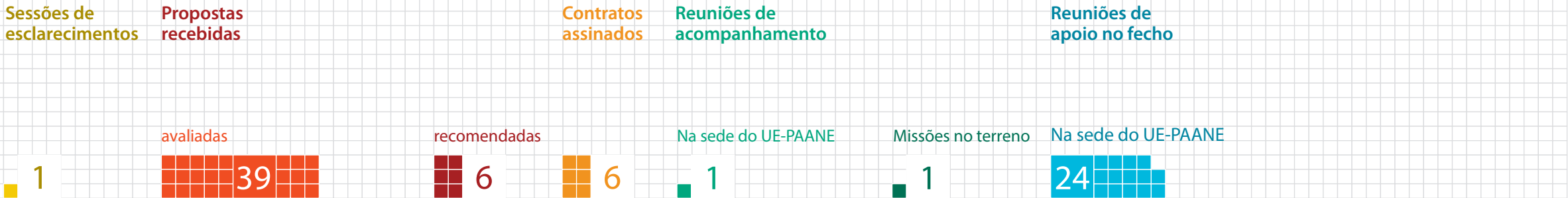
Fundo flexível I: Sociedade Civil e Eleições

OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
CARITAS/CJP – Comissão Justiça e Paz Direitos Humanos e Desenvolvimento	Nacional	8.202€	(5.380.000 XOF) 100%
AGB – Amigos da Guiné-Bissau	Cacheu	5.492€	(3.602.600 XOF) 100%
ANCOPF	Quinara	7.766€	(5.093.964 XOF) 100%
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos	Gabú, Bafatá, Oio e Quinará	9.937€	(6.518.500 XOF) 100%
AMBA – Associação das Mulheres de Bairro de Belém A	Sector Autónomo de Bissau	8.639€	(5.666.500 XOF) 100%
EDEC – Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária	Tombali	9.216€	(6.045.447 XOF) 100%



Números totais

Fundo Flexível I



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Fundo flexível I: Sociedade Civil e Eleições

Grupos-alvo e objetivos O programa UE-PAANE lançou em Fevereiro de 2014, um Fundo Flexível sob o título “Sociedade Civil e Eleições”, tendo consciência de que há momentos e atividades específicas em que as OSC precisam de um apoio financeiro imediato para desenvolver iniciativas, sem poder depender dos processos burocráticos de atribuição de subvenções de montantes elevados, que podem impedir a concretização das mesmas.

Assim, tendo em conta a especificidade e importância do momento político pelo qual passava a Guiné-Bissau antes das eleições legislativas e presidenciais, foi lançado este Fundo Flexível com o objetivo de apoiar atividades que promovessem a participação e contributo das OSCs para um processo eleitoral justo, transparente e democrático.

No quadro do fundo foram convidadas a concorrer 60 OSC que faziam parte da lista restrita elaborada pela UGP com base nos 3 critérios seguintes: i) ter experiência comprovada em ações de promoção de cidadania ativa e educação cívica, ii) fazer parte da bolsa do Programa de Formação Avançada do UE-PAANE ou iii) fazer parte do Grupo das Organizações da Sociedade Civil para as Eleições (GOSCE).

Propostas recebidas e selecionadas

No quadro do Fundo-Flexível I, foram recebidas e avaliadas 39 propostas, das quais 6 foram selecionadas para financiamento através de um contrato de subvenção para a implementação projetos de 4 meses de duração, com um montante máximo de 10.000€. As 6 OSC beneficiárias, todas elas com experiência prévia comprovada em ações de promoção de cidadania ativa e educação cívica, desenvolveram em todo o país a suas iniciativas nesta matéria, de maneira independente a qualquer atividade de propaganda política e em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Acompanhamento e fecho As OSC beneficiárias dos contratos de subvenção assinados no quadro do Fundo Flexível, contaram ao longo da implementação dos projetos com o acompanhamento e apoio da equipa de subvenções do programa que, no momento da assinatura do contrato, forneceu às OSC as ferramentas de gestão dos fundos e a documentação produzida pela CNE (a apresentação da campanha de educação cívica da CNE, o guia prático para animadores cívicos e o livro de bolso dos membros das mesas das Assembleias de Voto). Assim mesmo a UGP, facilitou



Avaliação dos projetos

Aquando a finalização das atividades dos projetos foi realizado um encontro entre a equipa de subvenções da UGP e os representantes das 6 OSC beneficiárias do Fundo Flexível com o objetivo de fazer uma avaliação interna de diferentes fatores. A seguir, são apresentadas as principais conclusões:

Avaliação das atividades implementadas

Os representantes das 6 OSC referiram que os seus projetos atingiram os resultados preconizados. Nomeadamente, sublinharam como principais resultados:

- ▶ A promoção da importância do voto e esclarecimento de dúvidas sobre o ato eleitoral que contribuíram para incrementar a percentagem de participação no ato de voto e diminuir a percentagem de votos nulos na segunda volta.
- ▶ O papel que tiveram as OSC como “fiscalizadores” do cumprimento do código de conduta de candidatos/partidos e código de conduta dos media, o que permitiu por exemplo, travar um comunicado nos órgãos de comunicação nacional e internacional que poderia ter afetado negativamente o processo eleitoral.

Forças e dificuldades na implementação dos projetos

Todas as OSC conseguiram implementar as atividades previstas sem grandes constrangimentos. As únicas **dificuldades** aludidas foram:

- ▶ **A nível logístico:** as barreiras burocráticas para o credenciamento do pessoal, falta de “livres trânsitos” (apenas 20 para todas as OSC) e materiais da CNE.
- ▶ **A nível operacional:** a confusão da população entre os animadores de educação cívica e militantes de partidos políticos (que foi ultrapassado com a capacitação dos animadores e as camisolas de visibilidade dos projetos), a falta de disponibilidade de parte da população para participar nas atividades (a causa da recolha de caju) que foi ultrapassada adaptando a metodologia da campanha, e a falta de disponibilidade dos candidatos a deputados para os debates previstos num dos projetos.

As principais **forças** referidas que contribuíram ao impacto das campanhas de educação cívica foram:

- ▶ A seleção dos animadores entre pessoas da própria comunidade e conhecedores das línguas locais e as metodologias de sensibilização escolhidas para a implementação das campanhas.

Análise da coordenação com a Comissão Nacional e Regionais de Eleições

Todas as OSC avaliaram como muito positiva a coordenação com a CNE e CRE no que refere à homogeneização das mensagens das campanhas a nível nacional. Assim, como foi contratualizado, as 6 OSC garantiram que as mensagens de educação cívica transmitidas durante as atividades respeitavam e estavam em articulação com o trabalho desenvolvido pelo departamento de Educação Cívica da CNE e as suas estruturas regionais (CRE), através da utilização das mensagens fornecidas pelas comissões ou solicitando aprovação das comissões para outras mensagens desenhadas.

Avaliação conjunta do contributo das atividades de educação cívica e promoção da cidadania para um processo eleitoral justo, transparente e democrático

Para além da avaliação do contributo de cada projeto para o bom desenrolar do processo eleitoral, foi avaliado o trabalho das OSC, e nomeadamente das OSC beneficiárias do Fundo Flexível I, como ações complementares à campanha de Educação Cívica da Comissão Nacional de Eleições que permitiu atingir a um maior grupo alvo e aplicar uma metodologia de sensibilização mais próxima das populações.

Lições aprendidas

- ▶ A eficácia da organização de agentes em grupos pequenos (1 ou 2), conhecedores das línguas locais e com tempo suficiente para organizar e realizar a sensibilização prolongada em grupo ou individual, e a necessidade de incidir mais em alguns aspetos práticos do ato de voto.
 - ▶ A necessidade de lançar o fundo mais atempadamente para a realização de um trabalho mais aprofundado e com um maior impacto.
 - ▶ A necessidade de continuidade das campanhas de educação cívica e cidadania ativa para além das eleições para uma consciencialização democrática mais continua e aprofundada, o fomento da paz e estabilidade, a orientação do diálogo social e a gestão de expectativa da população pós-eleições.
- A verificação realizada pela consultora externa de todas as despesas realizadas no quadro do Fundo Flexível, permitiu certificar que 100% dos fundos atribuídos foram executados e justificados segundo as regras contratualizadas.

os contactos das OSC beneficiárias do fundo à CNE e os contactos das pessoas de referência da CNE às OSC.

Após a conclusão das ações, as organizações também contaram com o apoio de uma consultora externa para a justificação técnica e financeira dos fundos recebidos, o que permitiu justificar o 100% dos fundos executados.

Verificação de despesas A verificação realizada pela consultora externa de todas as despesas realizadas no quadro do Fundo Flexível, permitiu certificar que 100% dos fundos atribuídos foram executados e justificados segundo as regras contratualizadas.”

Testemunhos Balanço da participação no Programa

*Apareceu
um espaço de
concertação
através do
UE-PAANE*



ENTREVISTA presencial

Entidade/Beneficiário

AMBA

Nome/cargo

Maria Aniquela (Secretária Geral);

Armando Junior (Responsável

Financeiro); Virgolino Costa

(Responsável de Programas)

AMBA

A Associação das Mulheres de Bairro de Belém A (AMBA) surgiu como um grupo de mulheres que realizava periodicamente atividades socioculturais dirigidas a mulheres, e constitui-se legalmente enquanto associação em 2003. Todos os seus membros são voluntários. Têm vindo a trabalhar com vários parceiros, entre eles a SNV (com que receberam varias formações), o IMVF (com quem colaboraram num projeto de segurança alimentar), o SNLS (com quem têm trabalhado na área da saúde), ActionAid, entre outros e fazem parte do Comité de Coordenação Multisetorial (CCM).

A Associação AMBA tem algumas atividades geradoras de rendimentos, através de um grupo de mulheres do bairro que faz produtos de artesanato que depois vendem em eventos, que permitem pagar os custos da associação. Criaram igualmente a Associação de Jovens do Bairro de Belém (JAMBA), filiada ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ) da Guiné-Bissau e têm vindo a reforçar as redes com que trabalham: RESSAN, RENLUV e RONACS, entre outras.

Atualmente, contam com cerca de 700 associados e têm ações em Mansoa, Bafatá, Farim e Gabú, alargando portanto a intervenção do nível local para o nível nacional.

No quadro do programa UE-PAANE, AMBA beneficiou do programa de formação inicial e de uma subvenção no quadro do Fundo Flexível I, para a implementação de uma campanha de ação cívica.



*O ganho é grande.
Reforçar as capacidades
de uma pessoa não é fácil*



Aspetos positivos

As formações nas áreas de elaboração de projetos, plano estratégico e contabilidade são muito importantes. Após as formações, os participantes faziam a restituição desses conhecimentos a todos os membros da associação de forma a que houvesse partilha desses benefícios entre todos.

Também os djumbai foram muito importantes. Enquanto espaços de comunicação, que permitem ver e comparar as capacidades e pontos de vista de cada instituição e os seus recursos.

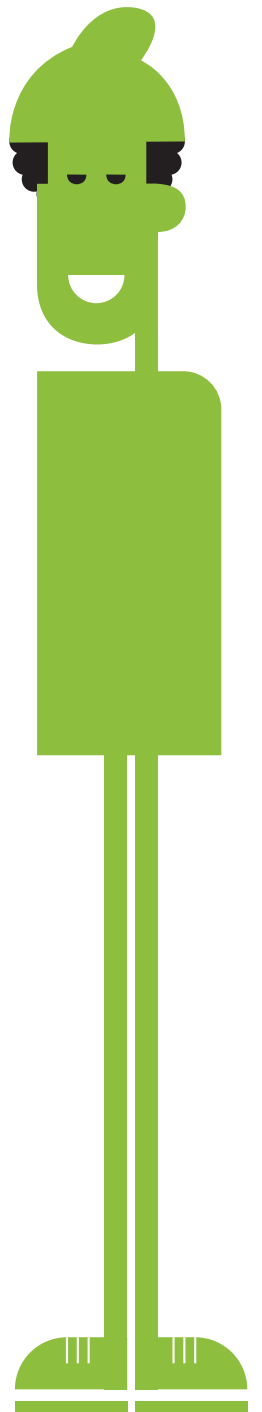
Dificuldades

Ao nível de fundos da UE, apontam os procedimentos burocráticos, como a apresentação dos documentos exigidos e a inscrição do PADOR (para o qual tiveram o apoio do gabinete do UE-PAANE) como uma dificuldade.

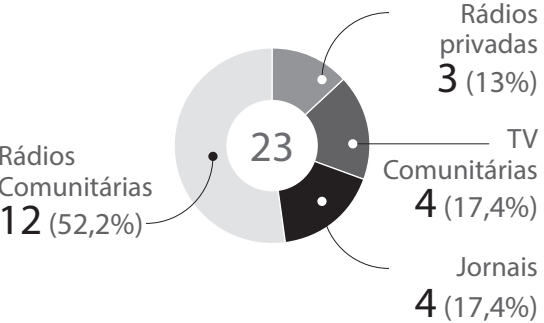
Ao nível da sociedade civil guineense, existem problemas relacionados com a falta de imparcialidade e desconfiança, que resulta da ligação de alguns ANE à política. Além de mais, “as associações mais pequenas têm mais dificuldade em aceder a financiamentos e ver a sua voz ouvida. A postura das associações maiores não é inclusiva” e as associações como AMBA contam com um apoio financeiro limitado para manter a sua estrutura.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

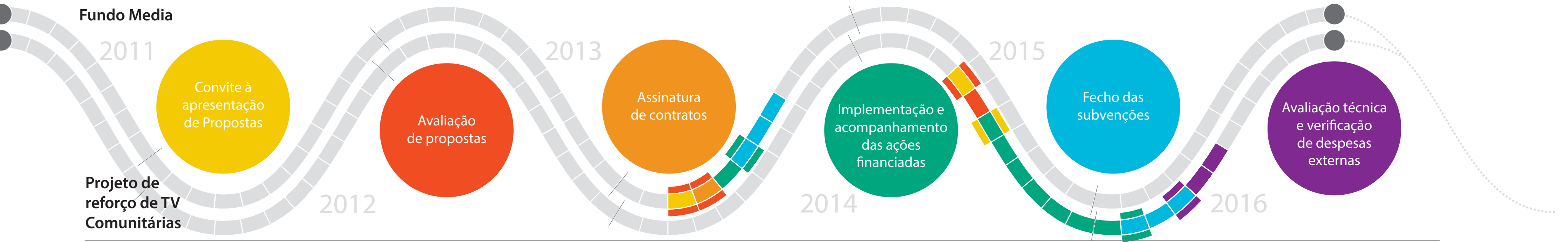
O reforço da sociedade civil de uma forma mais lata e o estímulo à participação cívica é essencial, pois ainda é fraca, o que torna difícil obter mudanças. Assim mesmo, é necessário apostar na concertação da Sociedade Civil e na capacitação em áreas como a elaboração de projetos, contabilidade e elaboração de planos de atividades.



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media
Fundo Media e Projeto de reforço das Televisões Comunitárias



OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
Rádio Comunitária Bafatá	Bafatá	8.812€	(5.780.000 XOF) 100%
Jornal Última Hora	Sector Autónomo de Bissau	9.964€	(6.536.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária N'Jjerapa Có	Biombo	10.000€	(6.559.570 XOF) 100%
Rádio Comunitária Papagaio	Quinara	9.924€	(6.509.600 XOF) 100%
Jornal O Democrata	Sector Autónomo de Bissau	9.909€	(6.500.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Bigene	Cacheu	8.507€	(5.580.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Titidjene	Cacheu	6.591€	(4.323.200 XOF) 100%
Rádio Comunitária Sancerla	Bafatá	9.943€	(6.522.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Tombali	Tombali	9.538€	(6.256.400 XOF) 100%
Jornal Bantaba di Nobas	Sector Autónomo de Bissau	10.000€	(6.559.570 XOF) 100%
Rádio Comunitária Voz de Quelelé	Sector Autónomo de Bissau	9.727€	(6.380.488 XOF) 100%
Jornal Gazeta de Noticias	Sector Autónomo de Bissau	10.000€	(6.559.570 XOF) 100%
Rádio Sol Mansi	Sector Autónomo de Bissau	9.967€	(6.538.000 XOF) 100%
Rádio Bombolom	Sector Autónomo de Bissau	9.999€	(6.559.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Colinas de Bôe	Gabú	9.665€	(6.340.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Fala di Wrok	Bolama/Bijagós	7.434€	(4.876.120 XOF) 100%
Rádio Comunitária Sintcham Occo	Gabú	9.528€	(6.250.000 XOF) 100%
Rádio Pindjiquiti	Sector Autónomo de Bissau	9.528€	(6.250.000 XOF) 100%
Rádio Comunitária Babok	Cacheu	9.471€	(6.212.500 XOF) 100%



Números totais		Sessões de esclarecimentos	Propostas recebidas - avaliadas	Propostas recomendadas	Contratos assinados	Reuniões de acompanhamento (Seguimento contínuo do perito media) Na sede do UE-PAANE	Missões no terreno	Reuniões de apoio no fecho Na sede do UE-PAANE	Projetos avaliados
Fundo Media e projecto de reforço de TV Comunitarias	Fundo Media	3	44	19	19		18		
	TV Comunitarias		1	1	1	7	2	1	1

Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Fundo Media e Projeto de reforço das Televisões Comunitárias

FUNDO MEDIA

Grupos-alvo e objetivos No mês de Março 2014, foi lançado o Fundo Media cujo objetivo foi a celebração de contratos de prestação de serviços com OCSC, para a produção e difusão de produtos informativos, quer ao nível da imprensa escrita, quer da rádio ou das televisões comunitárias, em temáticas de promoção e divulgação de informações de interesse cívico, promovendo um jornalismo de qualidade que permita ao cidadão guineense o acesso à informação, com vista à formação de uma opinião da realidade política, social e económica do país. Além de mais, este fundo pretendeu reforçar as capacidades dos OCSC beneficiários do fundo como complemento às ações de reforço de capacidades do Eixo Media do programa UE-PAANE.

O Fundo Media dirigiu-se a todos os Jornais, Rádios ou Televisões guineenses, privados ou comunitários, com licença ou autorização (ainda que provisória) há pelo menos 1 ano no momento de apresentação de candidaturas e com continuidade e regularidade de emissões/publicações.

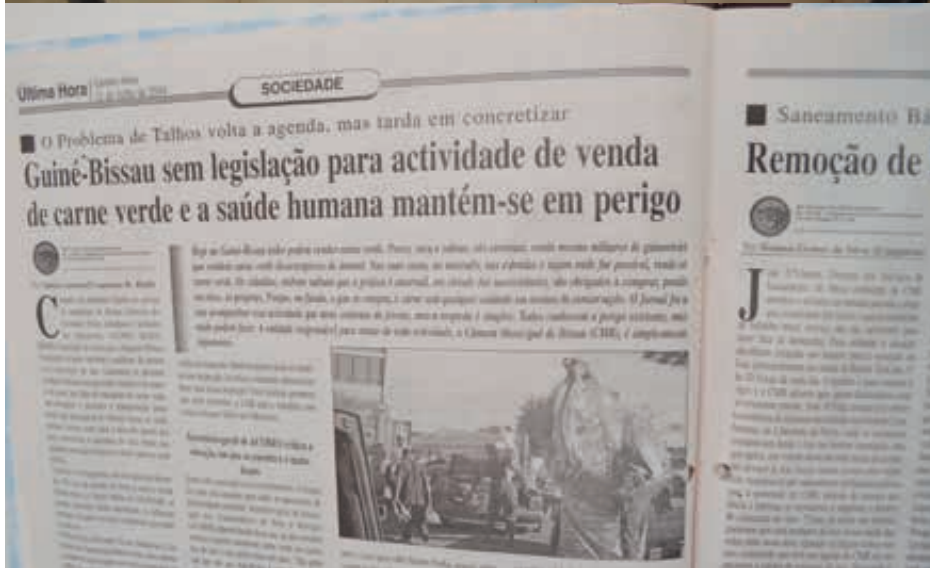
Propostas recebidas e selecionadas No quadro do Fundo Media, foram recebidas 43 propostas, das quais 19 foram se-

leccionadas para financiamento através de um contrato de prestação de serviços com um período de implementação de 2 meses e um montante máximo de 10.000€.

Acompanhamento e fecho Os OCSC beneficiários do Fundo Media, contaram com o apoio do perito media da UGP ao longo da implementação dos contratos, que visitou cada um dos órgãos como parte do seguimento e apoio na conclusão dos contratos. No quadro dos 19 contratos de prestação de serviço do Fundo Media foram produzidos: 168 produtos informativos, ultrapassando o numero de produtos inicialmente previstos.

Avaliação O perito media, realizou uma avaliação interna dos resultados cujas principais conclusões foram:

- No caso da imprensa escrita verificou-se uma mudança ao nível de conteúdos renovados e diversificados e a variação de géneros jornalísticos. Para além da investigação jornalística, destacaram-se os espaços novos de opinião e análise, introduzida nas suas edições.
- No caso das rádios aconteceu uma acentuada aproximação aos/às ouvintes o que fez aumentar o uso da via telefónica com contribuições opinativas nos diretos,



tanto de natureza pessoal como numa perspetiva de participação comunitária. Assim, os OCSC conseguiram renovar a agenda com abordagem de assuntos de interesse público, com claro destaque para a pesquisa e investigação jornalística. Além de mais, o facto do período da implementação dos produtos ter coincido com o processo eleitoral e de haver um conjunto de 19 OCSC beneficiários do fundo, fez com que não só a totalidade deles se tivesse posicionado com ética e rigor profissional em todo o processo eleitoral com abordagens acima de qualquer suspeita. Este grupo acabou por influenciar outros OCSC não abrangidos pelo fundo media o que se fez sentir nas suas programações e nos encontros mantidos com responsáveis editoriais dos OCSC não beneficiários.

PROJETO DE REFORÇO DAS TELEVISÕES COMUNITÁRIAS

Ainda no eixo de apoio a iniciativas dos Media, em Julho de 2015, foi assinado um contrato de subvenção com a TV Comunitária de Klelé, com o objetivo de reforçar as quatro televisões comunitárias da Guiné-Bissau (TV Klelé, TV Massar, TV Bagunda e TV Pkes Utchak) e de apoiar a elaboração e difusão

de produtos informativos de qualidade. Assim, o projeto, com uma duração de 6 meses, permitiu por um lado o reforço organizacional das quatro televisões comunitárias através da elaboração dos estatutos, registro notarial, aquisição de equipamentos e acompanhamento técnico da TV Comunitária Klelé às outras três televisões comunitárias da Guiné-Bissau, e por outro, a elaboração e difusão de 13 produtos informativos por parte das quatro televisões comunitárias.

Acompanhamento e fecho A TV Comunitária Klelé contou com o acompanhamento e apoio da equipa de subvenções e perito media do programa ao longo da implementação e fecho do projeto. Após a conclusão da ação, A TV Comunitária Klelé também contou com o apoio da UGP para a justificação técnica e financeira dos fundos recebidos, o que permitiu justificar o 100% dos fundos atribuídos e executados.

Avaliação técnica O projeto foi alvo de uma avaliação externa realizada por uma equipa de consultoria externa. A seguir são apresentadas as principais conclusões dos critérios avaliados (ver esquema ao lado).

Avaliação técnica do projeto

RELEVÂNCIA

O projeto foi considerado muito relevante para as necessidades do grupo-alvo, tendo em conta a existência de uma única emissora de televisão na Guiné-Bissau (TGB), cuja abrangência nacional ainda apresentava limitações. O projeto está desenhado de acordo com as necessidades dos grupo-alvo (4 TV comunitárias) e beneficiários finais (telespectadores) permitindo, conforme indicado no Objetivo Global, reforçar a capacidade das quatro televisões através do apoio à melhoria dos produtos televisivos, da regularização dos seus estatutos e registos e da aquisição de equipamentos.

EFICIÊNCIA

Todas as atividades previstas foram realizadas com os recursos disponíveis. No entanto, o período de execução do projeto acabou por ser curto para a importação e desalfandegamento dos equipamentos. Assim, as atividades foram planeadas na sequência adequada mas o atraso no desalfandegamento impediu que a recolha de imagens prevista fosse feita com os novos equipamentos adquiridos no quadro do projeto.

EFICÁCIA

Os objetivos propostos foram atingidos, nomeadamente a regularização e registo das 4 TV Comunitárias e o apoio à melhoria dos produtos televisivos (através da aquisição de equipamentos e assistência técnica), os quais foram bem avaliados pela comunidade.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

O projeto tem uma elevada probabilidade de contribuir para atingir o objetivo geral. Cerca de 3 meses depois do encerramento das atividades já é possível indicar impactos percetíveis, nomeadamente: maior independência e maior capacidade captação de financiamento; melhorias concretas na qualidade da imagem; renovada motivação dos recursos humanos das TV que agora dispõem de equipamentos novos; aumento da produtividade, nomeadamente nas atividades de edição e maior conhecimento técnico.

Verificação de despesas Foi igualmente realizada por uma equipa de consultoria externa uma verificação das despesas do projeto que concluiu que: existe um elevado nível no cumprimento dos procedimentos que norteiam as

cláusulas do contrato de subvenção, as despesas verificadas foram executadas de forma exata e realista e o relatório financeiro está conforme e reflete de forma exata e realista as despesas efetuadas.

Testemunhos Balanço da participação no Programa

*A TV Comunitária
Klelé serve de ponte para
as restantes 3 TV
Comunitárias regionais
e através do projeto, houve
um reforço desta rede*



ENTREVISTA presencial
Entidade/Beneficiário
TV Comunitária Klelé
Nome/cargo
Demba Sanhá (Diretor da TV
Comunitária Klelé e Coordenador
do projeto de reforço das TV
Comunitárias financiado no quadro
do UE-PAANE)



TV Comunitária Klelé

A TV Comunitária Klelé foi criada em 2001 e conta atualmente com 10 colaboradores que trabalham de forma voluntária. Fazem programas sobre temáticas diversas como seja educação, cultura, juventude, mulheres, etc. identificados com a Associação de Moradores do Bairro e têm como prioridade o desenvolvimento local das comunidades.

Estes programas são traduzidos em notícias e emitidos nas comunidades onde se fazem em direto sessões de debate e propostas para solucionar os problemas abordado no formato “Câmara Aberta”, e costumam contar com a presença de cerca de 500 a 1000 pessoas. Para o debate costumam colocar uma mesa onde estão representantes dos vários sectores/grupos da comunidade. A emissão tem o máximo de 30 minutos e os programas realizam-se periodicamente entre 2 a 1 vez por mês. Sendo uma organização de intervenção local, de proximidade, o objetivo é servir a comunidade mas também ser mais profissional.

Para cobrir estas atividades comunitárias, a TV de Klelé faz trabalhos em regime de prestação de serviços que ajudam a manter a organização em funcionamento: filmagens de advocacia e atividades para ONG, parceiros e outras entidades, videoclips transmitidos na TGB e RTP África, etc.

No quadro do UE-PAANE, a TV Comunitária Klelé foi beneficiária de uma subvenção para a implementação de um projeto de reforço das 4 TV Comunitárias da Guiné-Bissau, para além de beneficiar das ações de capacitação do Eixo Media do programa.



Aspetos positivos

Com o apoio do projeto financiado no quadro do UE-PAANE, puderam comprar equipamentos (câmaras digitais, projetor, equipamento de som, etc.), sem os quais não podem funcionar e permitiu criar outra dinâmica ao seu trabalho. Também no quadro do projeto, legalizaram as 4 TV Comunitárias, questão que exigia um jurista e valores para a organização da assembleia de aprovação dos estatutos: “Agora somos uma associação”. Neste processo, tiveram sempre o acompanhamento do UE-PAANE.

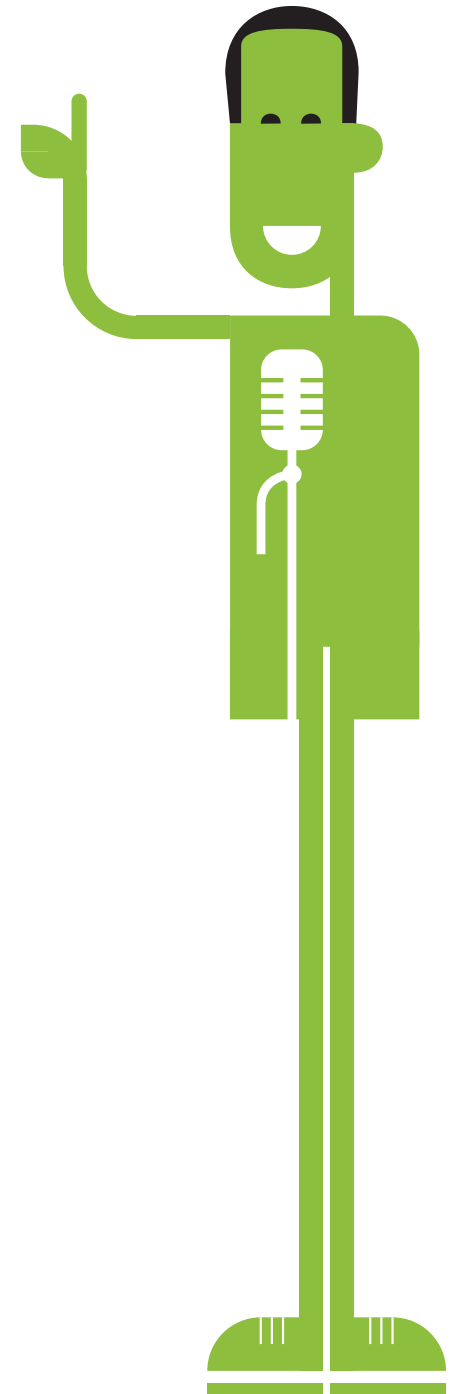
Dificuldades

As principais dificuldades que enfrentam as televisões comunitárias são a falta de um canal para emitir, a falta de infraestruturas (por exemplo, a TV Comunitária

Klelé trabalha em duas salas emprestadas pela Rádio Comunitária Klelé), a falta de emergia regularmente devido aos elevados custos de combustível do gerador e a grande rotatividade dos quadros, que são todos voluntários, e que depois de receber formação saem para trabalhar noutros sítios ou para se formar.

Em relação a um futuro programa de apoio à SC

“O maior desejo que nós temos é ter um canal para emitir”. Neste momento pediram ajuda para saber o orçamento necessário em Portugal. Gostavam também de melhorar as suas infraestruturas e continuar a ter formação, e esperam que um futuro programa possa contribuir a ultrapassar estes constrangimentos.



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Projetos da 1ª Edição da Academia Ubuntu - Guiné-Bissau

OSC beneficiária	Região	Montante atribuído	Taxa de execução
IPAV – Instituto Padre António Vieira – IPAV		50.000€	(32.797.850 XOF) 85%
Projeto Aprendiz		4.994€	(3.275.945 XOF) 100%
Projeto Padaria Social		4.616€	(3.027.780 XOF) 97%
Projeto Riqueza do Lixo		4.980€	(3.266.500 XOF) 94%
Projeto Bem Servir		4.872€	(3.196.000 XOF) 99%
Projeto Bemba		4.998€	(3.278.473 XOF) 98%
Projeto Inclusão Digital		4.999€	(3.279.100 XOF) 98%
Projeto Casa de Oportunidades		4.641€	(3.044.255 XOF) 96%
Projeto Cooperativa Valorizar		4.995€	(3.276.500 XOF) 99%
Projeto Bô Djudanu Rindi (BDR)		4.740€	(3.109.000 XOF) 95%

104/105

106/107

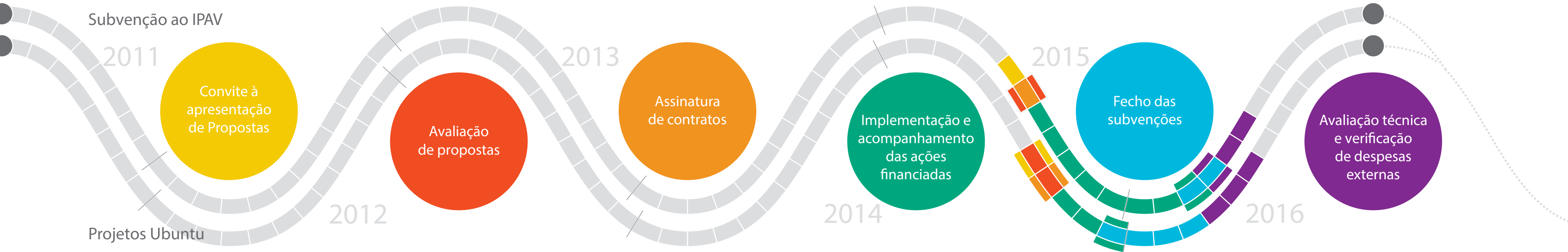
108/109

110/111

112/113

114/115

116



Financiamento de Iniciativas dos ANE e Media

Projetos da 1ª Edição da Academia Ubuntu - Guiné-Bissau

Grupos-alvo e objetivos

No mês de Julho de 2015, foi assinado um contrato de subvenção entre a UGP e o Instituto Padre António Vieira – IPAV com o objetivo de financiar projetos de empreendedorismo social dos participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu-Guiné-Bissau.

Assim, no quadro da subvenção o IPAV em Agosto 2015 lançou um convite à apresentação de propostas, dirigido aos participantes da Academia com o objetivo de: i) apoiar a concretização dos projetos de inovação e empreendedorismo social ao serviço da comunidade concebidos pelos participantes da 1ª Edição da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau, através do financiamento de iniciativas, e ii) reforçar as capacidades dos participantes em elaboração de candidaturas, execução de projetos e prestação de contas.

Propostas recebidas e selecionadas

No quadro do convite lançado pelo IPAV através da subvenção do UE-PAANE, foram recebidas e avaliadas pelo IPAV e a UGP 12 propostas apresentadas por 12 equipas que contaram com o apoio de tutores voluntários para a elaboração das mesmas. Das 12 propostas, 9 foram selecionadas e financiadas através de 9 contratos de apoio financeiro para a implementação de projetos de empreendedorismo social com

um período de implementação de 3 meses e um montante máximo de 5.000€.

Sendo que um dos objetivos do convite foi o reforço de capacidades dos participantes da Academia Ubuntu, foi proporcionado à equipa de jovens que não chegou a submeter candidatura e às 3 equipas cujas propostas não foram selecionadas, um pequeno montante do orçamento da Academia Ubuntu para desenvolver pequenas iniciativas sociais que permitiram estes jovens participar do processo de reforço.

Acompanhamento e fecho

As equipas cujos projetos receberam o apoio financeiro contaram com o acompanhamento dos 3 gestores da Academia Ubuntu na Guiné-Bissau e dos seus respetivos tutores. Para o fecho e justificação técnica e financeira as equipas receberam o apoio dos gestores da Academia e da equipa de subvenções da UGP, que também apoio ao IPAV na implementação e justificação da subvenção.

Avaliação técnica

A subvenção ao IPAV e os 9 projetos apoiados financeiramente através desta subvenção foram alvo de uma avaliação externa realizada por uma equipa de consultoria externa. Aqui são apresentadas as principais conclusões dos critérios avaliados.



Avaliação técnica dos projetos

RELEVÂNCIA

- **Subvenção IPAV:** A relevância do projeto do IPAV é alta e está de acordo com os objetivos da Academia Ubuntu. Permitiu aos/às alunos aplicar, num contexto real, diversos conceitos trabalhados na Academia (liderança servidora, trabalho em parceria). Além disto, permitiu às equipas desenvolver habilidades de elaboração de candidaturas, gestão de projetos de empreendedorismo social, prestação de contas e resolução de conflitos.
- **Projetos Ubuntu:** O conjunto dos projetos é relevante. As intervenções contemplavam diferentes ações que foram definidas de acordo com as necessidades dos grupos-alvo e tiveram como foco o desenvolvimento socioeconómico, a redução da pobreza e o trabalho comunitário.

EFICÁCIA

- **Subvenção IPAV:** De forma geral, os produtos foram disponibilizados e bem avaliados pelos beneficiários, foram produzidos na sequência indicada no quadro lógico e permitem o alcance do objetivo específico de cada projeto.
- **Projetos Ubuntu:** A eficácia dos projetos foi, de modo geral, alta, tendo sido registada a alta qualidade dos produtos (formações, acesso às tecnologias da informação, campanhas, atividades de produção, concessão de crédito, etc.). Os grupos consultados avaliaram positivamente a intervenção e referem-se a ganhos no âmbito das ações desenvolvidas.

EFICIÊNCIA

- **Subvenção IPAV:** Esta dimensão esteve comprometida pela falta de experiência prévia do IPAV como entidade adjudicante de apoios financeiros, e a falta de recursos específicos para a gestão dos mesmos. No entanto, a equipa do IPAV, com apoio da UGP, acompanhou de perto o trabalho das equipas o que foi fundamental para o sucesso alcançado pelos projetos Ubuntu.
- **Projetos Ubuntu:** Houve um claro desequilíbrio entre a ambição demonstrada pelas equipas no desenho dos projetos, os recursos orçamentados e o tempo disponível para a execução. No entanto, todas as equipas Ubuntu cumpriram com os compromissos assumidos, ainda que por vezes de forma parcial.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

- **Subvenção IPAV:** O projeto tem potencial para despertar a comunidade para alternativas de trabalho e formação por meio de projetos de empreendedorismo social. Tem ainda potencial impacto na trajetória profissional das equipas, agora capacitados para intervir na comunidade e para desenvolver projetos de empreendedorismo social. No que refere à sustentabilidade e embora o projeto não gere dependências financeiras, dado os diferentes níveis de desenvolvimento dos grupos, seria necessário para a sua manutenção algum acompanhamento externo.
- **Projetos Ubuntu:** Identifica-se impacto potencial para a participação informada dos beneficiários nos projetos desenvolvidos. A componente da participação, empoderamento, cidadania e liderança servidora foi, de forma geral, trabalhada pelas equipas. As diversas ações contribuíram para a mudança de mentalidades e melhor compreensão da sociedade. Identifica-se também uma postura mais ativa dos beneficiários nas associações e demais ações desenvolvidas. A respeito da sustentabilidade há um claro potencial de sustentabilidade para os projetos que no entanto está dependente da concretização de uma série de ações adicionais.

Verificação de despesas A verificação de despesas dos projetos Ubuntu foi realizada pelo IPAV com o apoio da UGP, o que permitiu certificar que 100% dos fundos executados foram justificados segundo as regras contratualizadas. Assim mesmo, foi realizada por uma equipa de consultoria externa uma verificação das despesas do projeto do IPAV que concluiu que: existe um elevado nível no cumprimento dos procedimentos que norteiam as cláusulas do contrato de subvenção, as despesas verificadas foram executadas de forma exata e realista e o relatório financeiro está conforme e reflete de forma exata e realista as despesas efetuadas.

Testemunhos Balanço da participação no Programa

ENTREVISTA presencial

Entidade/Beneficiário

Participantes da 1ª Edição da
Academia Ubuntu-Guiné-Bissau e
beneficiários do apoio financeiro aos
projetos Ubuntu

Nome/cargo

Abdelaziz Mané (Projecto Aprendiz);

Aissatu Djaló e Caitson Sanca

(Projecto Casa de Oportunidades);

Abdu Cadri Indjai e Binta Soncó

(Projecto Bem Servir)

*O projeto continua em
funcionamento e queremos
constituir a associação
Casa das Oportunidades*

Exemplos de projetos financiados no quadro dos projectos Ubuntu explicados pelas equipas

O projeto **Casa das Oportunidades**, trabalhou com 30 raparigas do bairro periférico do Caracol, em Bissau, em situação de vulnerabilidades, nomeadamente no que refere ao casamento forçado, violência baseada no género, entre outras a mutilação genital feminina. O objetivo do projeto era dar formação em liderança, educação sobre planeamento familiar, etc., complementado com formação em produção de materiais de artesanato (colares, carteiras, etc.) de forma a gerar rendimentos e permitir algum retorno económico.

O projeto **Bem Servir**, implementado por 3 jovens castrenses (militares e polícias), teve como objetivo a formação a 50 jovens fardados em: liderança servidora, cidadania, resolução de conflitos, etc., tendo em vista alterar as mentalidades e a forma como os militares e paramilitares são vistos pela sociedade, através de uma nova geração com outros comportamentos e atitudes de serviço ao próximo. As formações foram um sucesso e já estão a formalizar o apoio dos Ministérios que os tutelam para assegurar a continuidade destas iniciativas e abarcar mais jovens. A ideia é que os 50 jovens formados possam replicar os conhecimentos adquiridos aos seus pares.

*Agora ouve-se cada
vez mais chamarem-nos
padres, por causa das ideias
que transmitimos o que
é bom sinal!*

Bem Servir



*Os jovens não têm espaços na
escola onde possam estar, há
greves frequentes e as aulas têm
turnos por causa da grande
quantidade de alunos*

Aprendiz

O projeto **Aprendiz** centrado no bairro de Alto do Bandim em Bissau, teve como objetivo melhorar a aprendizagem dos jovens através da realização de atividades extracurriculares e do acesso a um espaço com acesso a internet e biblioteca. A direção da escola apoiou o projeto e cedeu uma sala para estas atividades, que ainda estão em funcionamento para o qual foram selecionados 15 alunos que estão a ser formados para gerir o espaço e as atividades para os jovens. Nesse espaço dão-se formações também sobre “liderança servidora”, artes plásticas, etc. Uma forma de sustentabilidade tem sido a cobrança de quotas pela utilização de internet para utilizadores externos, assim como a venda de materiais de papelaria.

“Resultados do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais - UE-PAANE na Guiné-Bissau: 2011 a 2016”

III. Síntese das áreas temáticas abarcadas com o Programa

O UE-PAANE não teve uma abordagem temática, nem na sua planificação e desenho, nem ao longo da sua implementação, devido ao facto de ser um programa de apoio e reforço das capacidades das OSC e OCSC indepen-

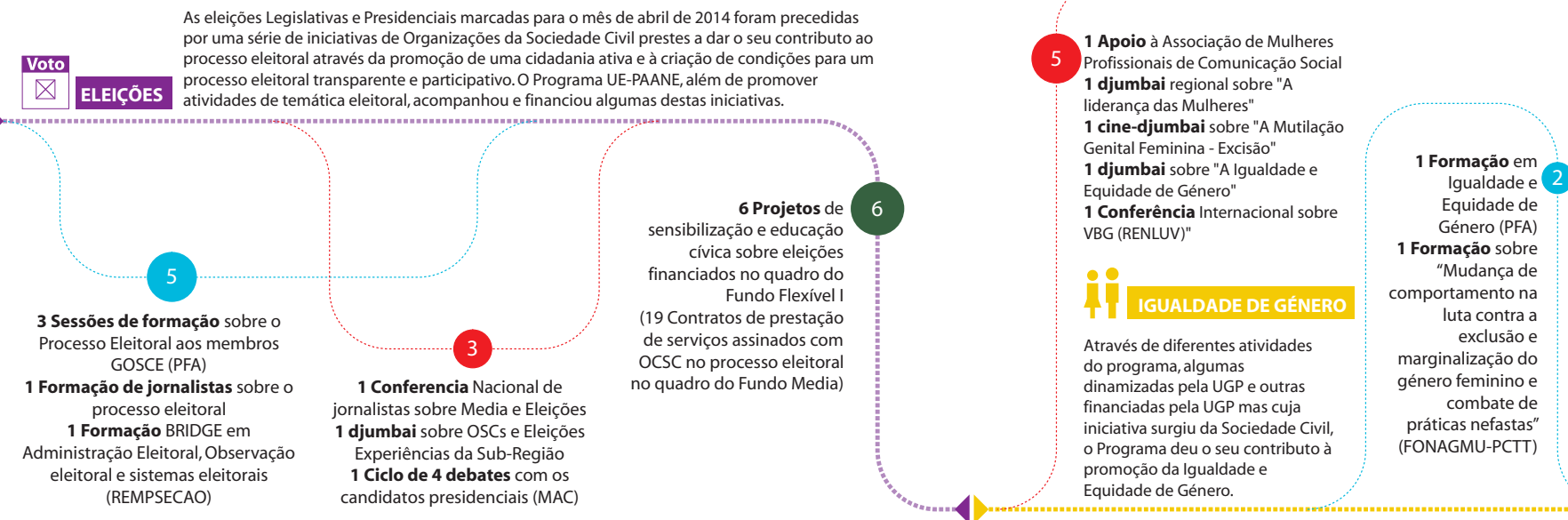
dentemente da sua área temática de especialização ou ação. No entanto, é possível analisar os resultados desde um ponto de vista das áreas temáticas abrangidas ao longo do programa. Esta análise não é estanque, no entanto po-

dem-se definir as áreas temáticas principais, que se apresentam de seguida, tendo por base: as formações; os espaços de reflexão e concertação e outros apoios a OSC/OCSC e o financiamento de iniciativas.

Dada a sua importância, um especial destaque é dado à temática de **eleições** e **igualdade de género**, que concentraram um grande número de atividades desenvolvidas no quadro do programa:

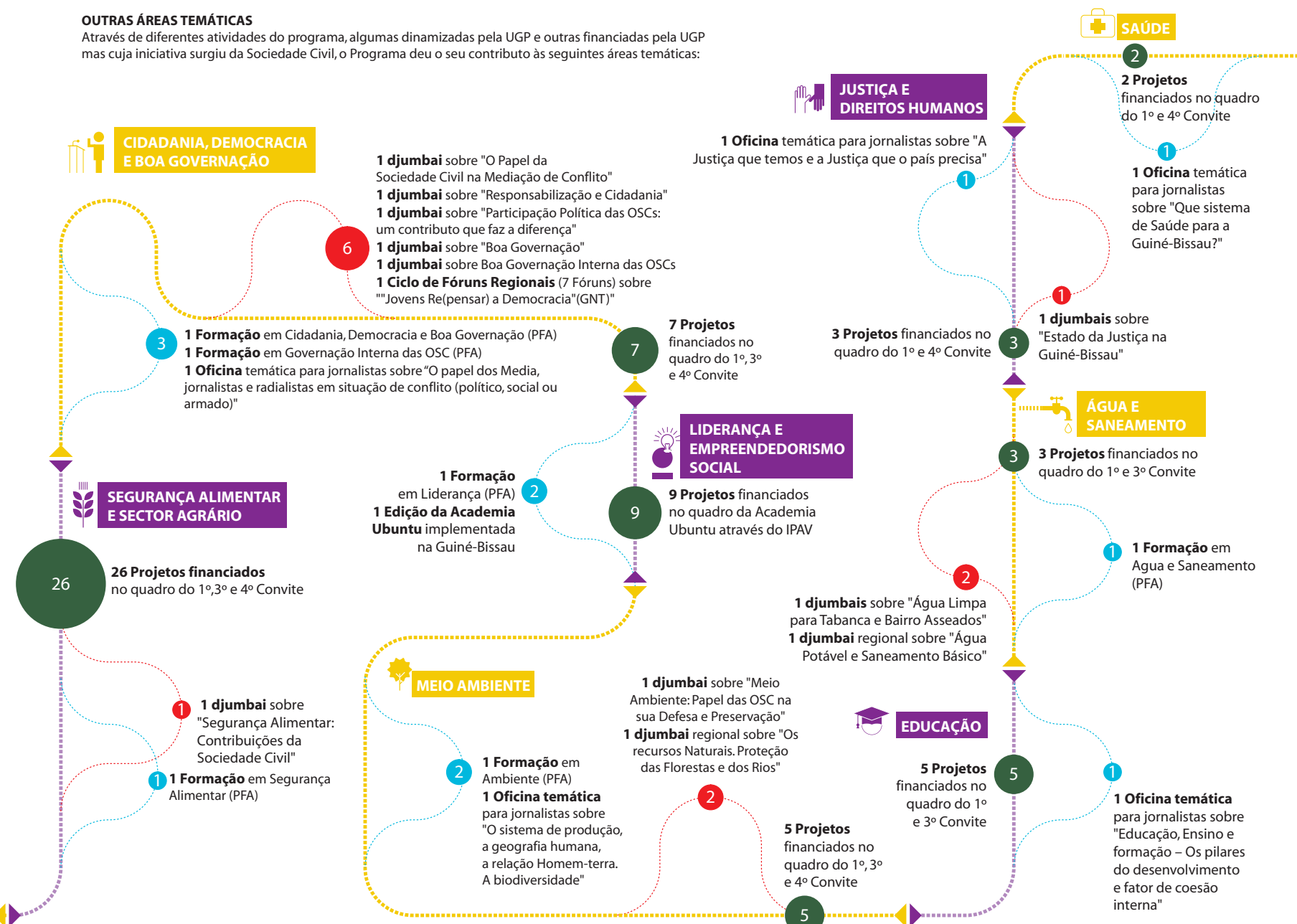
● Formações ● Espaços de reflexão e concertação e outros apoios a OSC/OCSC ● Financiamento de iniciativas

(PFA: Programa de Formação Avançada do UE-PAANE)



OUTRAS ÁREAS TEMÁTICAS

Através de diferentes atividades do programa, algumas dinamizadas pela UGP e outras financiadas pela UGP mas cuja iniciativa surgiu da Sociedade Civil, o Programa deu o seu contributo às seguintes áreas temáticas:



IV. Conclusões e Reflexões para o Futuro

O desempenho do UE-PAANE foi, em geral, muito satisfatório: elevados níveis de impacto, de eficácia e de pertinência foram alcançados; e um nível aceitável em termos de eficiência e sustentabilidade foi atingido¹

O Programa UE-PAANE foi, ao longo dos últimos anos, um dos mais importantes instrumentos de formação, partilha, acompanhamento e financiamento dos Atores Não Estatais da Guiné-Bissau e um dos principais mecanismos da UE para o apoio ao sector da sociedade civil (incluindo os media) do país.

Após 5 anos de trabalho conjunto, o “Nô Pintcha Pa Dizinvolvimentu”, chegou ao fim. São muitas as conclusões e recomendações resultantes de um processo de aprendizagem mutua entre os atores envolvidos. A seguir são resumidas as conclusões da avaliação final do programa UE-PAANE, realizada pela UE entre os meses de junho e julho de

2016, e as conclusões e recomendações do programa para o futuro.

Conclusões do UE-PAANE Ao nível das conclusões da implementação do UE-PAANE podemos destacar a importância que este teve:

- Na **facilitação do acesso** das OSC e OCS guineenses (nomeadamente as mais pequenas e com menos experiência) a formação diversificada e financiamentos de iniciativas e projetos;

- Na **implementação de uma estratégia diferenciadora de capacitação e reforço institucional** dos ANE: realizada através da combinação de ação

s de formação (diferenciadas para cada grupo-alvo e suas necessidades, e acompanhadas sempre que possível de formação prática); a promoção de espaços de concertação e reflexão sobre diversas temáticas importantes como seja a governação, o papel dos ANE e media no desenvolvimento, a igualdade de género ou meio ambiente; e o financiamento de iniciativas da sociedade civil, assente na perspetiva de aprendizagem através da prática, e que incluiu o apoio permanente da equipa da UGP através de mecanismos de acompanhamento e monitoria concebidos especificamente tendo em atenção as capacidades diferenciadas de cada grupo;



Conclusões retiradas da avaliação final realizada pela União Europeia ao Programa²

PERTINÊNCIA

Os objetivos e resultados do programa são pertinentes, especialmente se consideramos a abordagem “progressiva” e adaptada ao grupo-alvo, que foi implementada.

EFICIÊNCIA

Em geral, positiva, na medida em que foram utilizados 85% dos recursos e não houve atrasos significativos na gestão (salvo em casos justificados pela situação política do país).

EFICÁCIA

O resultado da avaliação é, em general, positivo: quase todas as atividades previstas foram realizadas e as eventuais alterações foram identificadas e planificadas, o que permitiu atingir todas as metas definidas. Outros fatores que contribuíram para a eficácia foram: a) o envolvimento das OSC numa pluralidade de ações integradas; b) o funcionamento agilizado do dispositivo operacional; c) a qualidade dos produtos do programa; d) a evolução das relações e do diálogo entre os atores-alvo; e) a integração de muitas “lições aprendidas” na implementação do programa.

SUSTENTABILIDADE

As questões de sustentabilidade são problemáticas para o UE-PAANE, devido à falta de OSC que possam assumir a responsabilidade de um programa de reforço de capacidades a nível nacional ou local, ou organizações ou instituições que possam manter e desenvolver as “infraestruturas” estabelecidas pelo programa. No entanto, os elementos emergentes relacionados com a capacidade de mobilização de recursos locais poderiam favorecer a sustentabilidade das atividades e resultados do programa.

IMPACTO

Para além dos impactos positivos sobre as OSC, parece possível identificar os efeitos em relação à: implementação de uma “interface” entre o governo e OSC, dinamização da relação entre as OSC, mobilização das OSC e aumento da sua vitalidade. Além disso, o apoio a 78 iniciativas nas regiões parece ter produzido efeitos positivos nas comunidades envolvidas.

Efeitos do UE-PAANE nas OSC envolvidas

OSC consultadas na avaliação final do UE-PAANE (%)



1 Avaliação final realizada pela União Europeia entre Junho e Julho de 2016 – Contrato nº 2016/375043 | 25 de Julho de 2016 (disponível no site da Delegação da União Europeia junto da República da Guiné-Bissau).

2 Idem

IV. Conclusões e Reflexões para o Futuro

O programa pode ser considerado como um verdadeiro laboratório onde foi possível experimentar e adaptar ferramentas e instrumentos metodológicos assim como abordagens de apoio aos ANE¹

• Na **abordagem de acompanhamento e adaptação dos processos decorrentes**, em detrimento de uma mera implementação de ações e dos resultados esperados, realizada ao nível dos atores envolvidos, dos mecanismos de gestão e nas modalidades de formulação e de implementação das atividades.

Reflexões e recomendações para a implementação de ações futuras

Não obstante todo o trabalho realizado com a Sociedade Civil e os media as necessidades de apoio em termos de recursos financeiros, assistência técnica, acesso à informação e produção de conhecimento permanecem vivas.

As reflexões sobre um futuro programa de apoio à sociedade civil, deverão, portanto, por um lado, basear-se na análise destas necessidades e, por outro lado, basear-se na implementação das muitas lições aprendidas e recomendações extraídas do UE-PAANE, das quais destacamos:

• Manter a **complementaridade e interdependência dos eixos** orientadores do Programa (Apoio Institucional e Financiamento de Iniciativas) permitindo um reforço de capacidades das organizações na prática, e incluindo estratégias e ferramentas adaptadas ao grupo-alvo.

• Desenhar as **ações de reforço de capacidades na base da procura** e garantir a restituição no seio das OSC e OCSC.

• Manter um **grupo-alvo diversificado** (OSC, OCSC, e instituições de tutela), tentando abranger outras manifestações da sociedade civil, nomeadamente aquelas com uma elevada capacidade de influência política como os sindicatos e organizações profissionais.

• Refletir sobre estratégias que facilitem manter uma **abrangência nacional, aumentando a presença regional** do programa para que possam desenvolver o seu papel com maior eficácia.



¹ Avaliação final realizada pela União Europeia entre Junho e Julho de 2016 – Contrato nº 2016/375043 | 25 de Julho de 2016 (disponível no site da Delegação da União Europeia junto da República da Guiné-Bissau).



Resultados do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais

UE-PAANE na Guiné-Bissau

2011|2016

Assistência Técnica para a implementação
de uma Unidade de Gestão do Programa (UGP)

Financiado pela
União Europeia

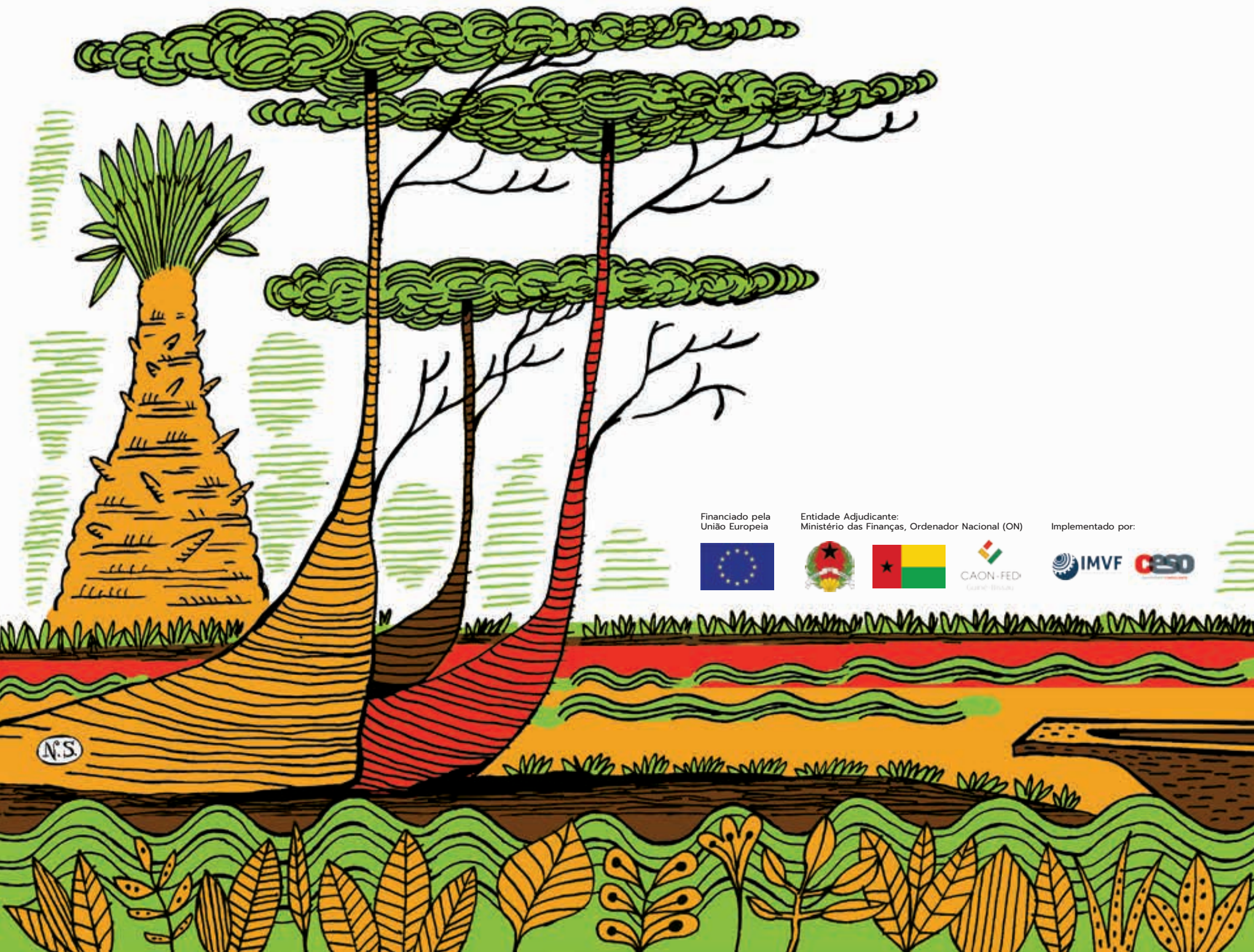


Entidade Adjudicante:
Ministério das Finanças, Ordenador Nacional (ON)



Implementado por:





Financiado pela
União Europeia



Entidade Adjudicante:
Ministério das Finanças, Ordenador Nacional (ON)



Implementado por:

